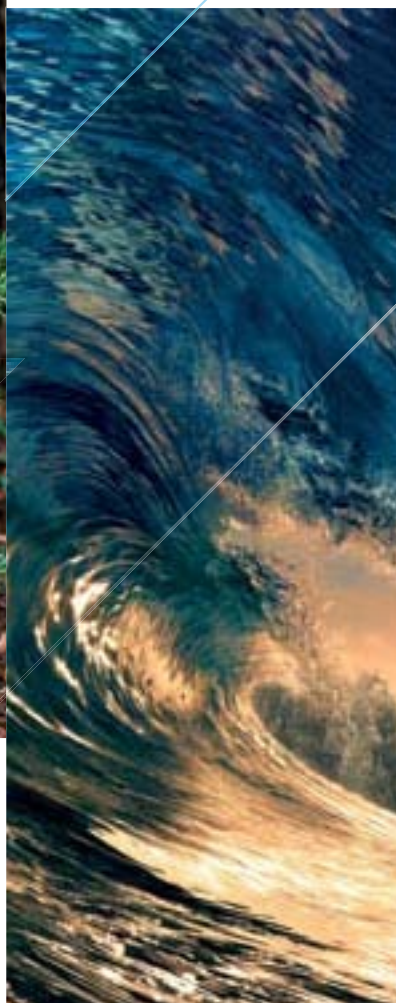


REN 

RELATÓRIO & CONTAS **2011**



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Caros Acionistas,

A REN obteve um bom resultado em 2011, num ano em que as condições económicas foram muito difíceis. O resultado líquido atingiu 121 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10% em relação a 2010. Com uma estrutura organizativa mais otimizada, a empresa apresentou pelo segundo ano consecutivo uma significativa redução de custos operacionais em 2011: -3,7%. Mas esse esforço não nos impediu de acelerar a conclusão dos investimentos em curso, o que resultou num máximo de sempre de entradas de ativos em exploração: 390 milhões de euros. Da conjugação do esforço do lado dos custos operacionais com o aumento dos proveitos associado à expansão da base de ativos, resultou um sólido crescimento do EBITDA, em 9,5%.

Na vertente de qualidade de serviço, a REN registou em 2011 o seu melhor desempenho de sempre: na rede elétrica 16 segundos de interrupção na totalidade do ano, e na rede de gás natural zero segundos.

O respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável continua a ser uma das prioridades estratégicas da REN. Em 2011 aperfeiçoámos as nossas linhas de atuação neste domínio, tendo para o efeito desenvolvido, mais uma vez, um processo formal de auscultação dos *stakeholders* mais relevantes da empresa no território nacional. O resultado deste processo permite-nos alinhar ainda melhor as nossas decisões e ações com as expectativas e preocupações desses *stakeholders*.

O trabalho que a REN tem vindo a desenvolver no domínio da responsabilidade social corporativa

e o nosso contributo em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades com quem interagimos foi reconhecido a nível internacional, em 2011, por duas agências independentes de renome, que classificaram a REN como uma das empresas de referência, no mundo da energia. Este reconhecimento, que é um motivo de orgulho para todos nós, constitui também um incentivo para continuarmos a desenvolver a nossa atividade tendo como referência os princípios do desenvolvimento sustentável, bem como da iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas, que subscrevemos e apoiamos incondicionalmente.

Durante o ano de 2011 a notação financeira de *rating* atribuída à REN foi fortemente penalizada pelas sucessivas descidas do *rating* da República, o que nos levou a perder o estatuto de *investment grade* junto das duas agências. Com o mercado das emissões públicas completamente fechado, a REN conseguiu, ainda assim, obter novos financiamentos de médio prazo em 2011 junto de três bancos internacionais, na modalidade de *private placement*. Relativamente ao crédito bancário, foi possível alongar a maturidade de várias das linhas existentes, mediante renegociação com os nossos bancos. O peso do financiamento externo no total do financiamento da REN aumentou para perto de 90%.

Uma outra medida que adotámos para fazer face à dificuldade crescente de acesso a financiamento, foi a de abrandar o ritmo dos novos investimentos a partir de meados do ano.

Graças a este conjunto de medidas, a nossa empresa está preparada

para enfrentar um ano de 2012 que se apresenta extremamente difícil. Sabemos que o consumo de energia elétrica em Portugal está a decair como nunca tinha acontecido no passado. No conjunto do ano de 2011 o consumo de eletricidade diminuiu quase 4%, e este ano a quebra será ainda mais acentuada. Também a procura de infraestruturas elétricas se está a reduzir, nomeadamente em face do inevitável abrandamento da construção de parques eólicos.

Neste contexto interno recessivo, a prioridade da REN é encontrar outras vias de crescimento e de criação de valor. Estamos a lançar projetos e a estabelecer alianças que nos permitirão vender serviços de engenharia e planeamento energético, bem como investir em novas concessões elétricas e gasistas em mercados de alto potencial. O futuro da nossa empresa passa pela internacionalização, mantendo sempre os níveis de excelência nas atividades *core* em Portugal. As competências tecnológicas que acumulámos ao longo dos anos tornam a empresa especialmente vocacionada para ajudar a planear, construir e operar redes de energia que permitirão aos Países hospedeiros integrarem os novos centros de produção elétrica que tiram partido das suas riquezas em recursos primários. Permitir-lhes-ão igualmente acelerar o esforço de eletrificação, que é um requisito essencial do desenvolvimento e bem-estar.

A segunda fase da privatização da REN vem dar um impulso extraordinário a este esforço de internacionalização. Com a entrada no capital de dois novos parceiros estratégicos – a State Grid Corporation of China, e a Oman Oil Company – a nossa empresa

ganha uma dimensão internacional que não é ainda habitual em empresas europeias de transporte de energia. É uma grande oportunidade para todos os que trabalham na REN, para todos os que nela investiram, e ainda para as centenas de empresas nacionais que trabalham connosco de norte a sul do País, ajudando-nos a construir e a manter as nossas infraestruturas de eletricidade e de gás natural.

A estrutura acionista, que já contava com um núcleo privado que tem desempenhado um papel fundamental na transformação da empresa, fica deste modo reforçada e mais internacionalizada. Ficou assegurada uma estrutura acionista estável e favorável ao crescimento e à criação de valor.

A empresa entrou em 2012 numa nova fase da sua vida. Estou certo de que todos os que cá trabalham estarão à altura do desafio e da tremenda oportunidade que se nos apresenta.

É devido um agradecimento aos Trabalhadores da empresa, que foram de um profissionalismo incedível num ano de grandes dificuldades, e para os Acionistas, cujo apoio continuado tem sido decisivo para a transformação da REN numa empresa moderna e internacionalizada.

Um agradecimento final é também devido à Comissão de Auditoria, que tem contribuído incansavelmente para o aperfeiçoamento das práticas e procedimentos da empresa.



Rui Cartaxo

Presidente do Conselho de Administração
e da Comissão Executiva

REN NUM RELANCE



PERFIL

BREVE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A REN tem como atividade principal a gestão de sistemas de transporte de energia, marcando presença nas áreas da eletricidade e do gás natural. Na Europa é um dos poucos operadores com esta característica:

- na eletricidade, através do transporte em muito alta tensão e da gestão técnica global do sistema elétrico nacional, na medida em que a REN – Rede Elétrica, S.A. é titular da concessão de serviço público por 50 anos, situação que vigora desde 2007; e
- no gás natural, através do transporte em alta pressão e da gestão técnica global do sistema nacional de gás natural, da receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito e do armazenamento subterrâneo de gás, sendo a REN Gasodutos, a REN Atlântico e a REN Armazenagem titulares de concessões de serviço público por 40 anos desde 2006.

A REN, através da REN Trading, promove a gestão da energia a adquirir a dois centros eletroprodutores, no âmbito de contratos de aquisição de energia que não foram objeto de cessação antecipada.

Desde 2002, a REN está também presente no setor das telecomunicações através da RENTELECOM, constituída para explorar a capacidade excedentária das redes de telecomunicações de segurança, essenciais ao suporte do transporte de eletricidade e de gás natural.



Desde 2002, a REN está também presente no setor das telecomunicações através da RENTELECOM, constituída para explorar a capacidade excedentária das redes de telecomunicações de segurança, essenciais ao suporte do transporte de eletricidade e de gás natural.



Em outubro de 2010, o Estado Português atribuiu à ENONDAS, uma sociedade detida integralmente pela REN, uma concessão para a produção de energia das ondas numa zona piloto a Norte de São Pedro de Moel. A concessão tem um prazo de 45 anos e inclui a autorização para a implantação das infraestruturas de ligação à rede elétrica pública.

Um conjunto de funções de negócio do Grupo é executado pela REN Serviços, designadamente funções de apoio às concessões e de *back-office*. Para além destas ações de suporte, a REN Serviços funciona como extensão comercial da REN, prestando serviços de consultoria e/ou de engenharia, dentro do setor energético, a terceiros.

De forma a potenciar o alargamento do objeto social da REN Serviços, bem como o relevante papel que esta sociedade passou a ter no grupo REN, foi prevista uma reestruturação societária e funcional, em duas fases, que visa

fomentar a eficiência da atividade operacional do grupo.

A primeira fase desta reestruturação foi concluída em 2011, tendo sido constituída a sociedade REN Gás, S.A., encarregue da gestão e coordenação das atividades do setor do Gás Natural, que passou a ser detida diretamente pela REN Serviços.

Na segunda fase desta reorganização será constituída uma sociedade com funções idênticas para as concessões do setor elétrico.

▀ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Dando sequência ao acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico da energia elétrica, a REN deixou de ser acionista maioritário do OMIP, SGPS, S.A., tendo no final do exercício de 2011 uma participação de 35% no capital social daquela empresa, devendo esta participação ser reduzida

até chegar aos 10%. Em outubro de 2011, na sequência da venda da maioria do capital social do OMIP, SGPS, S.A., as contas desta sociedade deixaram de ser consolidadas no seio da REN SGPS.

No âmbito do referido acordo entre os Estados Ibéricos, a REN adquiriu, em outubro de 2011, 10% do capital social do OMEL, a sociedade de direito espanhol contraparte do OMIP, SGPS, S.A..

Através destas participações no capital social do OMIP, SGPS, S.A. e do OMEL – cujas participadas OMIP, SGMR, S.A. e OMIE gerem o mercado ibérico de eletricidade – a REN promove o desenvolvimento do mercado da energia na península ibérica.

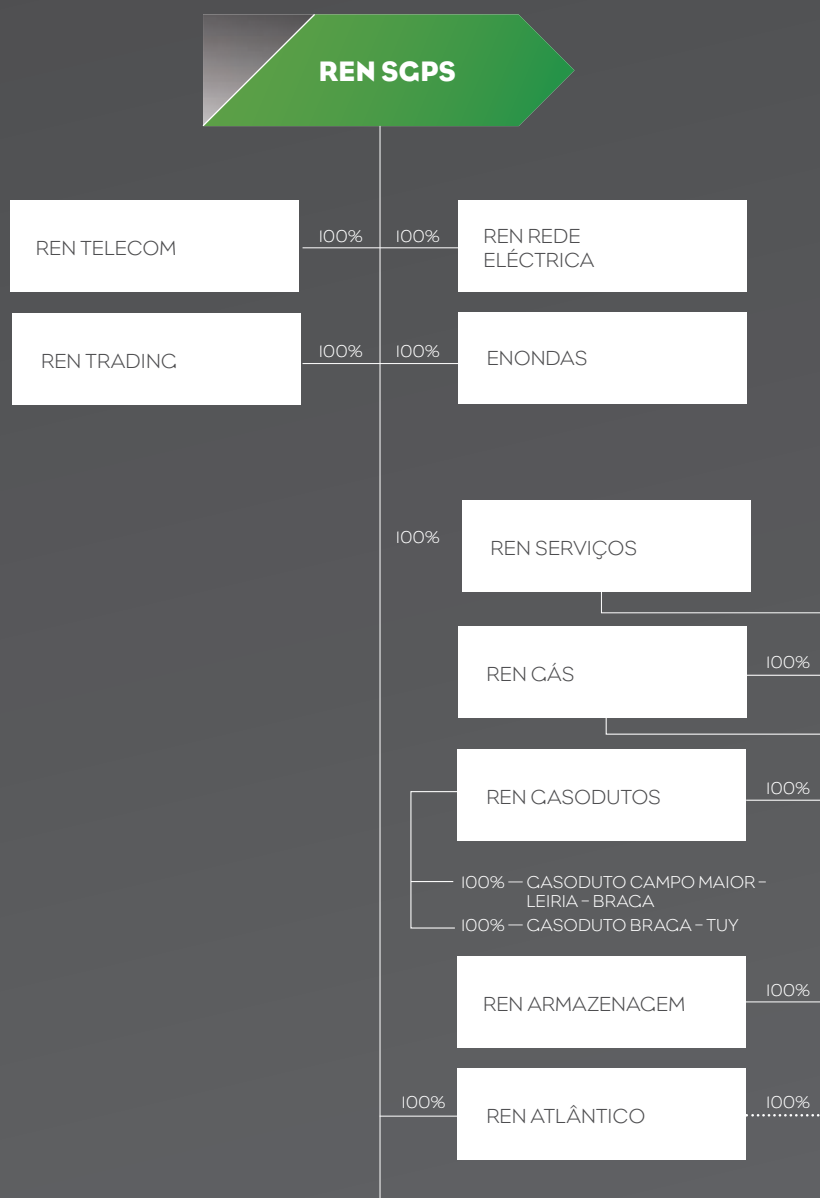
Realça-se também a importância que as parcerias estratégicas têm para a REN, como as que têm vindo a ser desenvolvidas com a Red Eléctrica Corporación e com a Enagás, sociedades em que a REN detém 1% do capital social.



0.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

(ORGANOGRAMA REPRESENTATIVO DO UNIVERSO DE EMPRESAS REN)

GRUPO
REN



0.3 ESTRUTURA

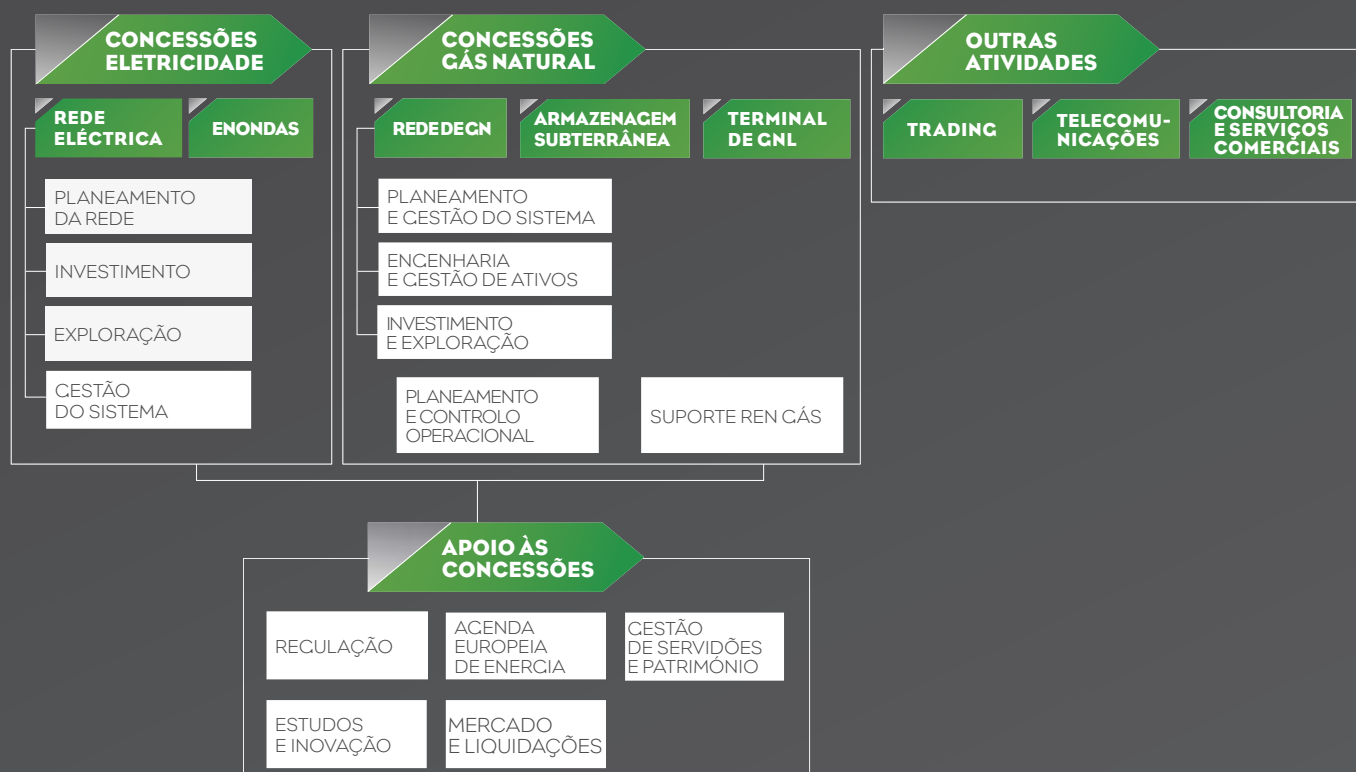
ORGÂNICA E FUNCIONAL

(ORGANOGRAMA SINTÉTICO)

GRUPO
REN



UNIDADES
DE NEGÓCIO



ESTRUTURAS CORPORATIVAS E DE SUPORTE



MARCOS EM 2011

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

GRUPO REN



JAN

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Alcochete que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento.

FEV

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Rio Frio, que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento.
- Reestruturação Funcional do Grupo REN

MAR

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Maceira, que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento;
- Renúncia ao cargo de vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (“REN SGPS”) dos administradores Filipe de Botton, Luís Maria Atienza Serna, Manuel Carlos Mello Champalimaud e Gonçalo José Zambrano de Oliveira;
- Constituição da sociedade REN Gás, S.A., que passou a deter as concessionárias do setor do Gás Natural (numa primeira fase a REN – Gasodutos e a REN Armazenagem, estando em curso o processo relativo à REN Atlântico) e início da reestruturação societária, em que a REN Serviços passou a ter um papel de destaque no Grupo REN.

ABR

- Procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular junto de dois bancos internacionais de primeira linha, no montante de 100 M€, sem garantias, com prazo de três anos e seis meses.
- Assembleia Geral Anual da REN SGPS, realizada em 15 de abril de 2011, onde foram eleitos os seguintes novos administradores da sociedade para o remanescente do período do mandato 2010/2012 em curso:
 - EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (anteriormente designada Logoplaste, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.);
 - Gestmin, SGPS, S.A.;
 - Oliren, SGPS, S.A.; e
 - Red Eléctrica Corporación, S.A.

JUL

- Procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular junto de um banco internacional de primeira linha, no montante de 50 M€, sem garantias, com prazo de três anos.
- A EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. nomeou Luís Guedes da Cruz Almeida para o desempenho, em nome próprio, do cargo de administrador da REN SGPS durante o mandato em curso (2010-2012).

AGO

- Foi realizada, no terminal de Sines, uma operação de *Gas-In e Cooldown* ao navio metaneiro *LNG Wilgas*;
- Entrada em exploração das linhas a 400 kV entre as subestações de Portimão e de Tavira, e entre esta e a fronteira espanhola. É de realçar o volumoso investimento na expansão da rede na região do Algarve.

SET

- A OLIREN – SGPS, S.A., a Gestmin, SGPS, S.A., e a *Red Eléctrica Corporación, S.A. (REE)* procederam à nomeação de, respetivamente, Gonçalo Xavier Araújo, José Manuel Félix Morgado e Luís Maria Atienza Serna para exercer o cargo, em nome próprio, de Administrador da REN SGPS durante o mandato em curso (2010-2012).

OUT

- Início do processo de alienação de ações representativas do capital social do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP) pela REN, com a venda de 50% do capital social da sociedade acima referida, a entidades que atuam ou detêm participações em empresas do setor energético na Península Ibérica, em lotes de 5%;
- Aquisição pela REN de ações representativas de 10% do capital do OMEL, a um conjunto de oito acionistas desta entidade. Com a aquisição dessa participação, a REN passa a deter no OMEL uma posição acionista equivalente à detida por este no capital do OMIP (10%).

NOV

- Concluído o posto de transição de Valongo;
- Conclusão dos trabalhos de lixiviação da Caverna TGC-2, propriedade da Transgás Armazenagem. Estes trabalhos foram executados pela REN Armazenagem, enquanto proprietária das instalações de lixiviação.
- Decisão do *Cour d'Appel* de Paris, no âmbito do Recurso de Anulação do Acórdão CCI que a REN intentou contra a Amorim Energia, que indeferiu o pedido de anulação formulado pela REN;
- O Governo aprovou, nos termos do Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de novembro, a 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN SGPS, tendo determinado, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei, a possibilidade de realização de uma venda direta de referência, de uma venda direta institucional e de uma oferta pública de venda no mercado nacional.

DEZ

- Foi concluída a 2ª fase do projeto de expansão do terminal de Sines, a qual permitiu o aumento da sua capacidade de emissão para 1.300.000 m³(n)/h;
- Concluída a nova linha entre Lavos e Paraimo, na região Centro;
- Entraram em exploração as novas subestações interiores blindadas nas zonas urbanas da grande Lisboa (Zambujal e Fernão Ferro) e no grande Porto (Ermesinde e Prelada);
- Construção e colocação em exploração da estação de regulação e medida (GRMS) de Benavente, que sofreu um aumento de capacidade de entrega;
- No âmbito dos projetos de ligação à Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural e a clientes, verificou-se a conclusão e entrada em exploração dos seguintes pontos de entrega:
 - Vila Nova de Cerveira, para assegurar o abastecimento à EDP-Gás;
 - Soure e Lares, para assegurar o abastecimento à Lusitaniagás;
 - Chaparral, para abastecer a refinaria de Sines.
- O administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma comunicou à REN SGPS, a 29 de dezembro de 2011, a sua renúncia ao cargo de administrador executivo e *Chief Financial Officer*, com efeitos em 1 de janeiro de 2012, tendo sido deliberado que o *Chief Executive Officer* e Presidente do Conselho de Administração, Rui Manuel Janes Cartaxo, irá acumular tais funções até à designação de um novo CFO;
- O Conselho de Ministros determinou, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2011, de 7 de dezembro, que a venda direta de referência prevista no artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 106 -B/2011, de 3 de novembro, tem por objecto um máximo de 213 600 000 e um mínimo de 26 700 000 de ações, representativas de um máximo de 40 % e um mínimo de 5 % do capital social da REN SGPS. Para além disso, aprovou o respetivo caderno de encargos, no qual se estabelecem os termos e condições específicos a que obedece a venda direta.

07. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

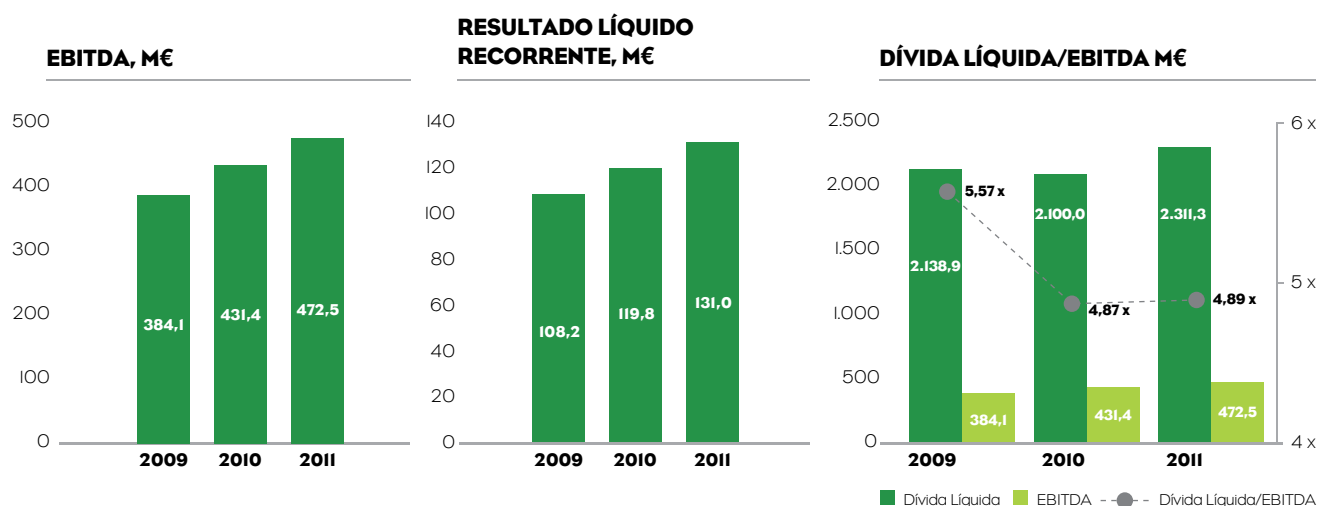


7.1 INDICADORES FINANCEIROS

RESULTADO DA EXPLORAÇÃO

[milhões de euros]

	09	10	11
EBITDA	384,1	431,4	472,5
EBIT	258,7	250,5	283,2
Resultados financeiros	-73,8	-83,9	-103,4
Resultado antes de impostos	184,9	166,6	179,8
Resultado líquido	134,0	110,3	120,6
Resultado líquido recorrente	108,2	119,8	131,0

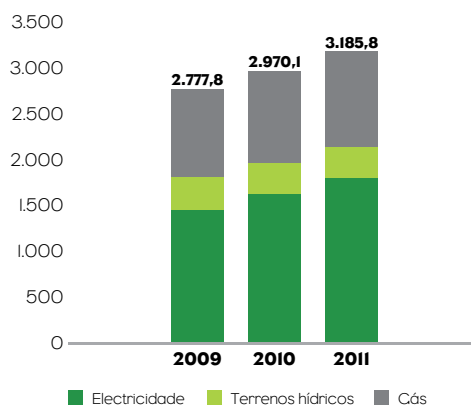


ATIVO, INVESTIMENTO E DÍVIDA

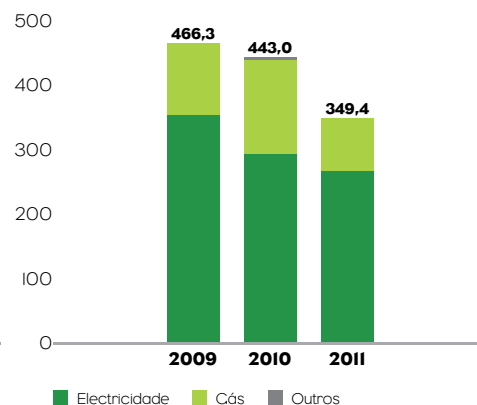
[milhões de euros]

	09	10	11
Taxa média remuneração do RAB, %	7,12%	6,89%	7,61%
Investimento (Capex), milhões de euros	466,3	443,0	349,4
Dívida líquida, milhões de euros	2.138,9	2.100,0	2.311,3
Dívida líquida/EBITDA, x	5,57x	4,87x	4,89x

RAB MÉDIO, M€



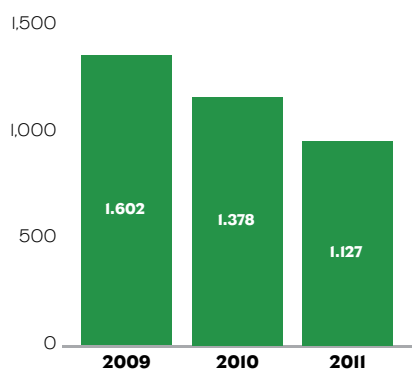
INVESTIMENTO, M€



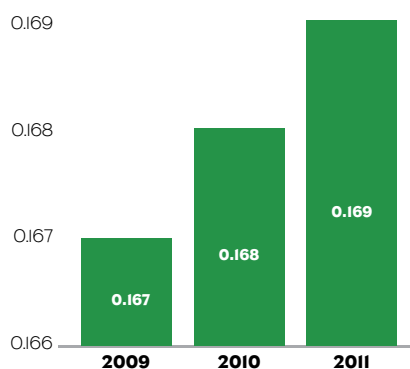
AÇÃO REN

	09	10	11
Cotação no final do ano, euros	3,000	2,580	2,110
Retorno acumulado da ação, %	18,2%	7,4%	-7,4%
Capitalização bolsista, milhões de euros	1.602	1.378	1.127
Resultado líquido por ação, euros	0,25	0,21	0,23
Dividendo por ação, euros	0,167	0,168	0,169
Payout ratio, %	66,5%	81,4%	74,8%
Dividend yield, %	5,6%	6,5%	8,0%

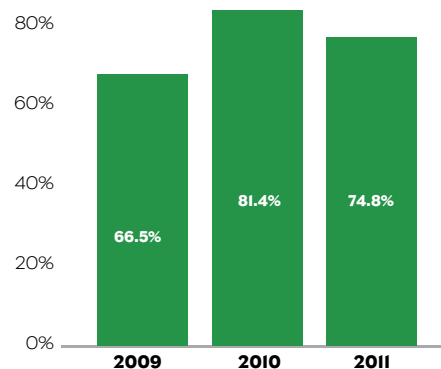
CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA, M€



DIVIDENDOS POR AÇÃO, EUROS



PAYOUT RATIO, %



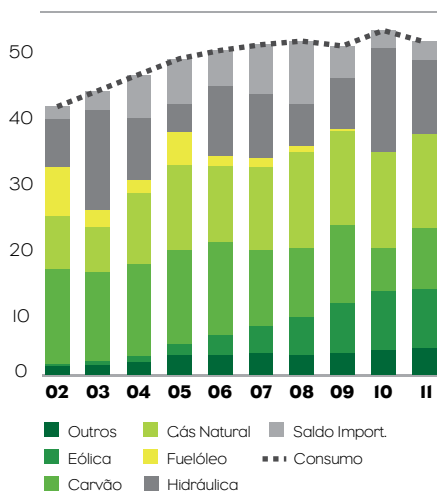
7.2

INDICADORES TÉCNICOS

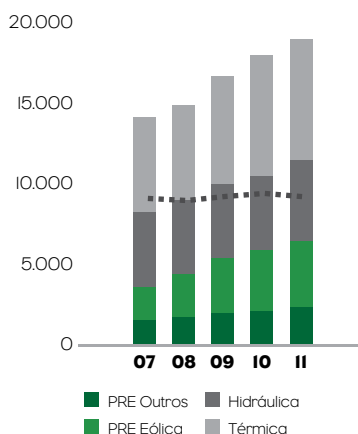
ELETRICIDADE

	07	08	09	10	11
Variação anual do consumo de eletricidade, %	1,8	1,1	-1,4	4,7	-3,2
Potência instalada, MW	14.073	14.852	16.643	17.904	18.900
Tempo de interrupção equivalente, minutos	0,74	1,29	0,42	1,15	0,27

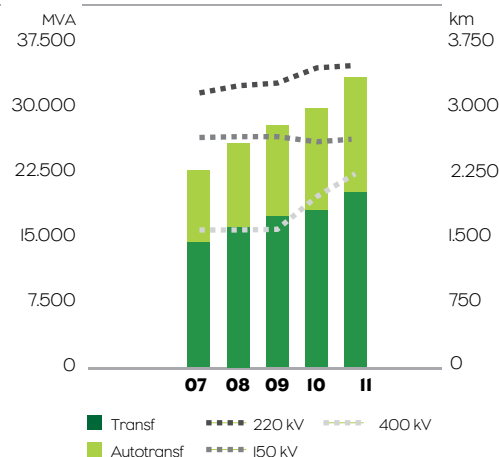
SATISFAÇÃO DO CONSUMO, TWh



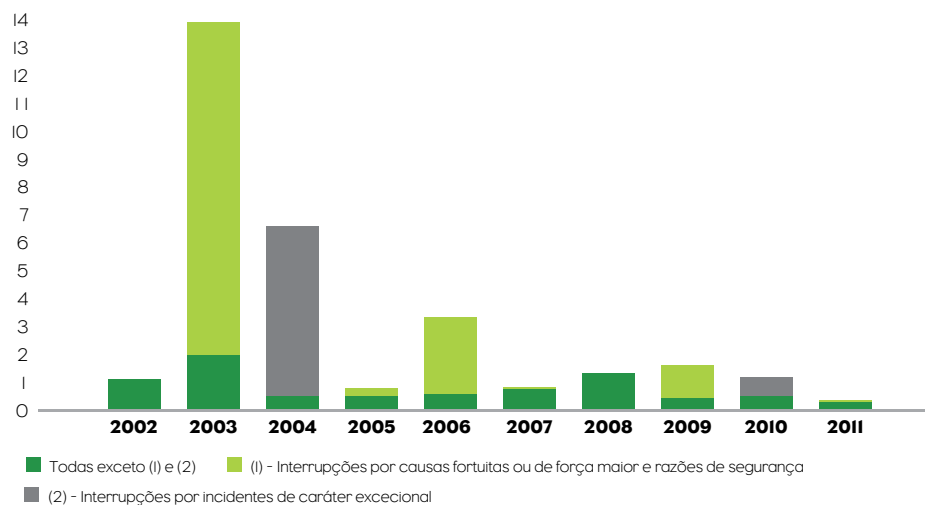
EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA, MW



COMPRIMENTO DE LINHAS E POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO



EVOLUÇÃO DO TEMPO DE INTERRUPÇÃO EQUIVALENTE (TIE), minutos



7.3

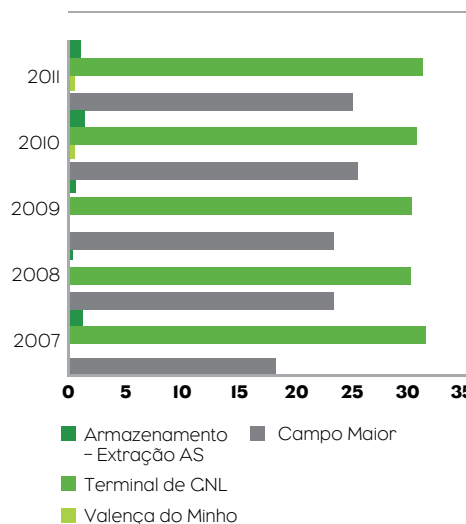
INDICADORES TÉCNICOS

GÁS NATURAL

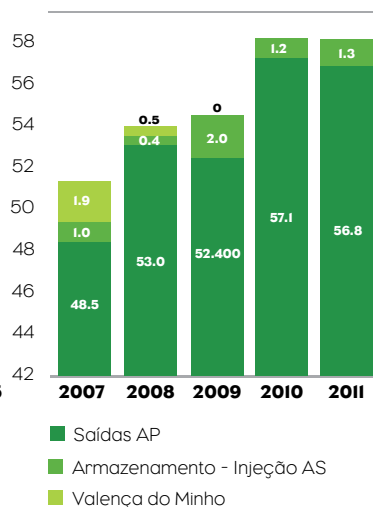
	07	08	09	10	11
Variação anual do consumo de gás natural, %	6,5%	9,4%	-1,0%	9,1%	-0,5%
Entradas na RNTGN, TWh	51,1	53,9	54,3	58,3	58,1
Saídas da RNTGN, TWh	51,3	53,9	54,4	58,3	58,2
Expansão da RNTGN, km	1.218	1.248	1.267	1.296	1.298
Capacidade de Armazenagem Subterrânea de Gás (Mm³) (*)	66,3	66,3	138,2	138,2	132,7

(*) O VOLUME INDICADO EXPRESSA A CAPACIDADE MÁXIMA DISPONÍVEL PARA FINS COMERCIAIS, A QUAL É CONDICIONADA PELA TERMODINÂMICA ESPECÍFICA DA ARMAZENAGEM DE GÁS NATURAL EM ALTA PRESSÃO EM CAVIDADES SALINAS.

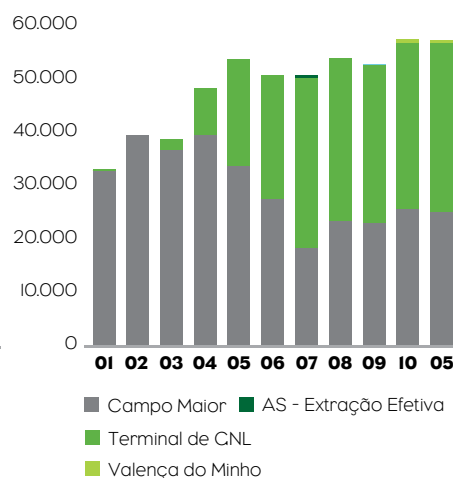
ENTRADAS NA RNTGN, TWh



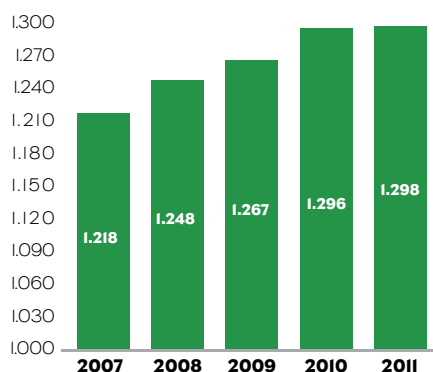
SAÍDAS DA RNTGN, TWh



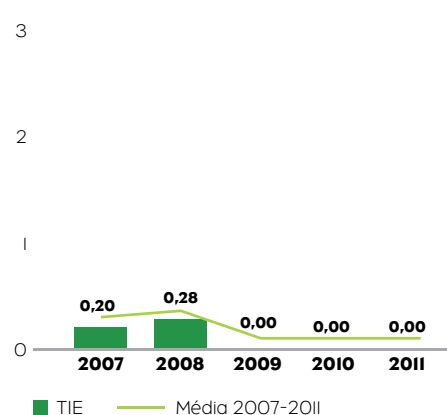
SATISFAÇÃO DO CONSUMO (RNTGN), GWh



COMPRIMENTO DOS GASODUTOS, km



TEMPO DE INTERRUPÇÃO EQUIVALENTE (TIE), minutos



08. ATIVOS REGULADOS



8.1 ELETRICIDADE

O Grupo REN exerce no setor elétrico três atividades reguladas:

- Gestão Global do Sistema;
- Transporte de Energia Elétrica;
- Compra e Venda de Energia Elétrica do Agente Comercial, que consiste na atividade de *trading*, no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), da produção proveniente dos Contratos de Aquisição de Energia Elétrica (CAE) não cessados, através da REN Trading.

Os proveitos permitidos das duas primeiras atividades são recuperados pela aplicação de duas tarifas reguladas: a tarifa de Uso Global do Sistema (UGS) e a tarifa de Uso da Rede de Transporte (URT).

Os proveitos da terceira atividade são essencialmente provenientes da venda em mercado da produção dos CAE não cessados, refletindo a tarifa UGS a diferença, positiva ou negativa, entre o custo correspondente no âmbito dos CAE adicionado dos incentivos à otimização da gestão dos CAE e à gestão eficiente das licenças de emissão de CO₂ e o proveito da venda em mercado da energia e serviços de sistema fornecidos pelas respetivas centrais.

Ambas as tarifas são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) com base em dados previsionais energéticos e económicos,

respeitantes nomeadamente à procura, custos, proveitos e investimentos.

A atividade de Gestão Global do Sistema é regulada por taxa de remuneração aplicada aos ativos intangíveis afetos à atividade, líquidos de depreciações e subsídios e ainda por custos aceites.

A atividade de Transporte de Energia Elétrica é regulada por incentivos: (i) incentivo ao investimento eficiente na rede de transporte, (ii) incentivo à eficiência nos custos de exploração através do estabelecimento de um limite máximo destes custos acrescido de uma componente em função do nível de atividade da empresa, (iii) incentivo à manutenção em exploração de equipamento em fim de vida útil e, (iv) incentivo ao aumento da disponibilidade dos elementos da Rede Nacional de Transporte (RNT).

O incentivo ao investimento consiste na determinação da base de ativos a remunerar (RAB) e da respetiva taxa de remuneração em função do nível de eficiência obtido pela empresa.

O mecanismo introduzido pela ERSE consiste na comparação entre os custos de investimento incorridos pela empresa (Creal) e o custo equivalente valorizado a custos de referência (Cref). As figuras seguintes sintetizam a forma de cálculo da base de ativos e da respetiva taxa de remuneração, para os ativos que entrarem em exploração a partir de 1 de janeiro de 2009. Para os restantes

ativos mantém-se a aplicação sobre o montante líquido de amortizações

e subsídios da taxa de remuneração sem prémio.



No caso de obras em subestações que entraram em exploração antes de 2006 aplica-se o seguinte mecanismo.



Nas situações 1 e 2 a base de ativos aceite tem um tratamento extra contabilístico e o seu valor difere do escriturado nas contas estatutárias (artigo 7.º e n.º 3 do artigo 8.º).

Apesar de o tratamento de alguns custos continuar a ser de *pass through*, como é o caso dos custos

no âmbito do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, dos custos com compensações entre operadores das redes de transporte e de outros custos decorrentes de alterações legislativas, a grande parte dos custos de operação e manutenção (OPEX) ficam sujeitos a uma regulação por *revenue cap*.

O montante de custos aceite fixado para o 1.º ano do período de regulação evolui nos anos seguintes com a taxa de variação do Índice de Preços implícito no Produto Interno Bruto, deduzida duma meta de eficiência determinada pela ERSE que para 2010 e 2011 foi de 0,5%. A este montante acresce a variação do OPEX decorrente do crescimento anual da rede de transporte (em quilómetros de linhas e em número de painéis nas subestações), calculado com os correspondentes custos incrementais, também fixados pela ERSE.

O incentivo à manutenção em exploração do equipamento em fim de vida útil pretende estimular a continuidade em serviço de ativos que ainda apresentem condições técnicas de funcionamento, mas que já se encontrem em final de vida útil económica. Para 2011, o valor deste incentivo foi de 7 M€.

O incentivo ao aumento da disponibilidade da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, introduzido em 2009, tem como objetivo promover a eficiência da operação e manutenção da infraestrutura de rede. Este incentivo é calculado com base em valores ocorridos, pelo que é recebido com um diferimento de dois anos, o que significa que o incentivo relativo a 2011, no montante de 560 milhares de euros, apenas se refletirá nas tarifas de 2013.

As tarifas fixadas pela ERSE refletem ainda desvios tarifários que, dois anos depois, reconciliam (na medida em que sejam justificáveis e aceites pela ERSE) valores previstos e ocorridos de custos e proveitos e desvios de procura.

De seguida apresentam-se os vários constituintes dos proveitos permitidos das atividades de Transporte de Energia Elétrica e Gestão do Sistema.

CUSTO COM CAPITAL		CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	INCENTIVO À MANUTENÇÃO EM EXPLORAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM FIM DE VIDA ÚTIL	INCENTIVO AO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DOS ELEMENTOS DA RNT	*/- DESVIOS DE ANOS ANTERIORES	PROVEITOS PERMITIDOS DO ANO _N	PROVEITOS A RECUPERAR COM APLICAÇÃO DAS TARIFAS DO ANO _N
(OT ⁽¹⁾ + 300 p.b.) X RAB	[OT ⁽¹⁾ +300 p.b.+ 150 p.b. (prémio)] x RAB	Atividade Transporte: - Crescimento OPEX limitado ao (IPIB ⁽²⁾ - 0,5%) OPEX adicional induzido pelo crescimento da atividade (ex-tensão da rede e n.º de painéis) com base em custos incrementais fixados pela ERSE - Custos com PPDA, limpeza de florestas e com o mecanismo de compensação entre ORT tratados como custos aceites. Atividades CGS: Custos	Incentivo à manutenção de equipamen- to totalmente depreciado, mas em condições técnicas de continuar em exploração	Promover a disponibilidade enquanto fator determinante para a qualida- de de serviço associado ao desempenho da RNT	Desvios tarifá- rios do ano _{n-2} x (1+Euribor I ano _{n-2} + spread ⁽³⁾) n-2) x (1 + Euribor I ano _{n-1} + spread ⁽³⁾) n-1		
(Ativos em exploração valorizados a custos reais)	(Ativos em exploração a partir de 1 de jan 2009 calculados de acordo com o mecanismo de valorização dos novos investimentos a custos de referência)						
+ Amortização	+ Amortização						

⁽¹⁾ OT – OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS (CALCULADO COM BASE NA MÉDIA DAS RENDIBILIDADES DIÁRIAS DAS OT A 10 ANOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE SETEMBRO DO ANO_{n-2} E 31 DE AGOSTO DO ANO_{n-1}, 4,56% EM 2011).

⁽²⁾ ÍNDICE DE PREÇOS IMPLÍCITO NO PRODUTO INTERNO BRUTO.

⁽³⁾ SPREAD: 1,25% EM 2010 E 2,0% EM 2011.

Assim, em 2011, o RAB médio sobre o qual incide a taxa com prémio, de 9,06%, é de 594 milhões de euros, sendo os restantes 1170 milhões de euros remunerados à taxa sem prémio de 7,56%

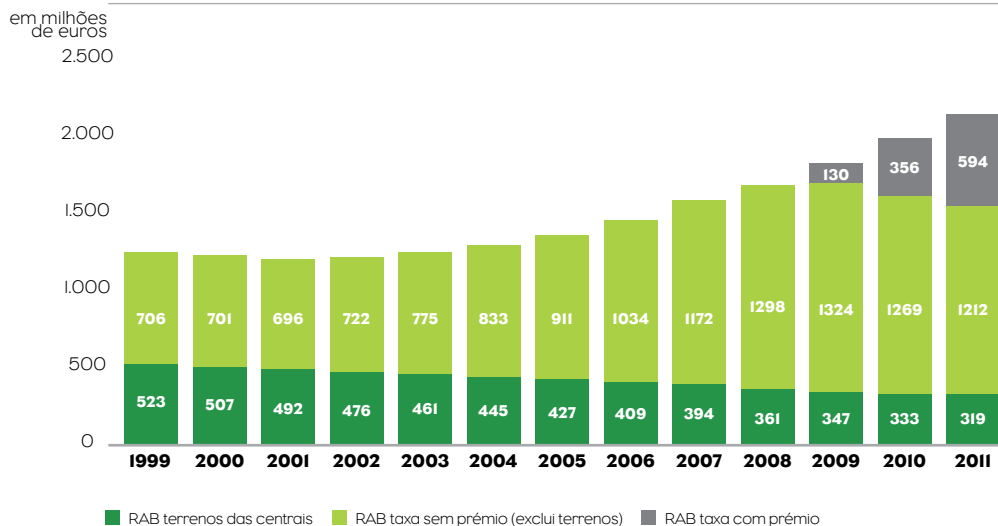
A base de ativos regulados (RAB) da eletricidade compreende o ativo líquido de subsídios afeto às atividades de Transporte de Energia Elétrica e de Gestão Global do Sistema. Para efeitos de cálculo da remuneração, a ERSE utiliza a média aritmética dos valores do RAB no início e no final de cada ano.

Para a atividade de Transporte de Energia Elétrica, e como anteriormente referido, com a publicação do Despacho n.º 14430/2010, de 15 de setembro, a base de ativos a remunerar contempla a aplicação do mecanismo de valorização dos novos investimentos da RNT a custos de referência com efeitos a 1 de janeiro de 2009. Assim, em 2011, o RAB médio sobre o qual incide a taxa com prémio, de 9,06%, é de 594 milhões de euros, sendo os restantes 1170 milhões de euros remunerados à taxa sem prémio de 7,56%.

Na atividade da Gestão Global do Sistema, o princípio de valorização do RAB está assente numa base de custos históricos, sendo nestes casos aplicada a taxa de remuneração de 7,56%. O RAB médio da atividade da Gestão Global do Sistema era, em 2011, de 42 milhões de euros. Ao ativo afeto a esta atividade pertencem ainda os terrenos do domínio público hídrico cuja remuneração é dada pela taxa *swap* interbancária de prazo mais próximo ao horizonte de amortização legal dos terrenos em causa, verificada no 1.º dia de cada período, divulgada pela Reuters, acrescida de 50 *basis point*, nos termos da Portaria n.º 542/2010, de 21 de julho. Em 2011, o RAB médio dos terrenos do domínio público hídrico foi de 319 M€ e a taxa de remuneração foi de 3,91%.

O gráfico seguinte apresenta o valor do RAB para os diferentes grupos de ativos:

EVOLUÇÃO DO RAB DESDE 1999 ATÉ 2011



No final de 2011, o saldo dos desvios tarifários para o conjunto das três atividades reguladas desenvolvidas pela REN no setor elétrico era de 70,7 milhões de euros a devolver às tarifas.

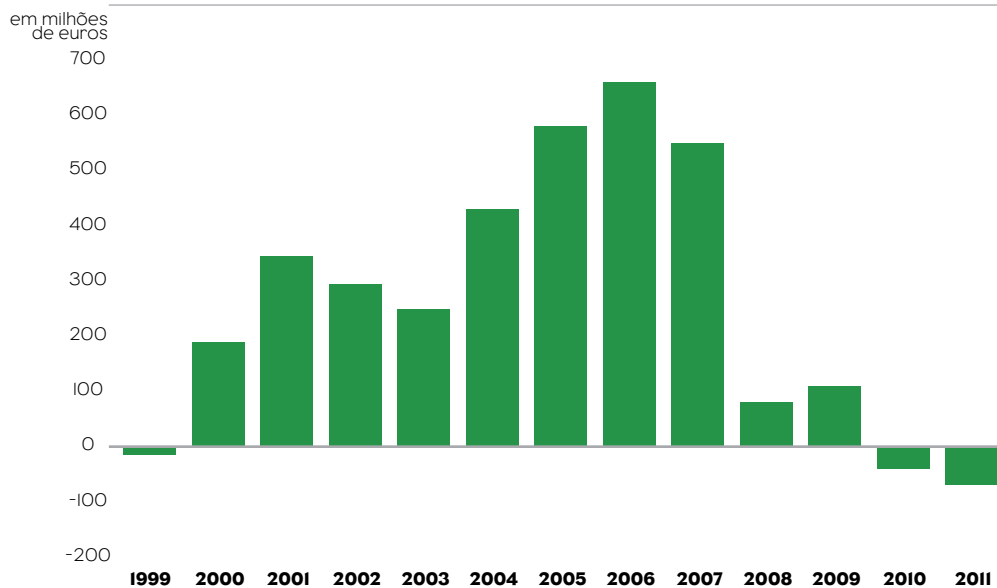
O saldo das contas de desvios tarifários relativo às atividades de Transporte de Energia Elétrica e de Gestão Global do Sistema era de 51,4 milhões de euros a devolver às tarifas.

O desvio de 2011 resultou essencialmente de uma sobrestimação dos consumos e uma subestimação dos custos com interruptibilidade por parte do regulador.

O saldo da conta de desvios tarifários da atividade de Compra e Venda de Energia Elétrica, em 2011, é de 19,3 milhões de euros a devolver às tarifas.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do saldo das contas de desvios tarifários no final de cada ano, para o período entre 1999 e 2011:

SALDO DE CONTAS DE BALANÇO DE DESVIOS TARIFÁRIOS NO FINAL DE CADA ANO



O saldo do desvio tarifário desde 2008 tem apresentado valores bastante inferiores aos ocorridos em anos anteriores. Para esta redução contribuiu em grande medida, a cessação da

atividade de Aquisição de Energia Elétrica, que, devido à dificuldade de previsão dos preços de combustíveis, justificava sempre uma grande parte do desvio tarifário.



8.2 GÁS NATURAL

Em 2011, o RAB conjunto das empresas da REN no gás natural evoluiu positivamente na sequência dos investimentos para aumentar a capacidade do sistema.

ATIVIDADES NO GÁS NATURAL

O setor do Gás Natural (GN) em Portugal apoia-se na rede e infraestruturas de alta pressão da REN, essenciais na viabilização do mercado de GN, através de três empresas associadas a concessões de serviço público integralmente detidas pela REN:

- REN Gasodutos – rede nacional de transporte em alta pressão;
- REN Armazenagem – armazenamento subterrâneo;
- REN Atlântico – terminal de receção, armazenamento e regaseificação de GNL.

A rede de transporte em alta pressão constitui uma plataforma de rotação logística entre as fontes de abastecimento do país, as duas interligações com a rede espanhola por gasoduto, o terminal de Sines e as infraestruturas de armazenamento subterrâneo. Através da rede de alta pressão é assegurado o abastecimento de gás natural às redes de distribuição, às centrais de produção de energia elétrica e às indústrias diretamente ligadas à alta pressão, independentemente da sua proveniência.

O Decreto-Lei 30/2006, o Decreto-Lei 77/2011, que o republicou, e o Decreto-Lei 140/2006 enquadram juridicamente o exercício das atividades destas empresas, que detêm, desde 2006, um contrato de concessão de serviço público por um período de 40 anos. Em particular, a REN Gasodutos tem a exclusividade do transporte de gás natural em território continental.

A atuação destas empresas respeita a legislação e os regulamentos nacionais e comunitários em vigor, bem como os contratos de concessão de serviço público, e a regulamentação técnica emitida pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Exercem, ainda, atividades sujeitas a regulação económica aplicada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) de que se destacam:

- Transporte de gás natural em alta pressão;

- Gestão técnica global do SNGN;
- Receção, armazenamento e regaseificação de GNL;
- Armazenamento subterrâneo de gás natural.

À REN Gasodutos, para além do transporte em alta-pressão, cabe o papel de gestor técnico global do Sistema Nacional do Gás Natural (SNGN) e, desde o início de 2009, por imposição regulamentar, o de gestor do processo de mudança de comercializador.

As empresas da REN, com atividades reguladas no GN, têm total independência jurídica de decisão e de propriedade relativamente às empresas que exercem a atividade de comercialização de gás, em linha com a Diretiva 2009/73/EC do Conselho Europeu, que define as regras do mercado de gás natural e que entrou em vigor a 3 de março de 2011.

As infraestruturas de gás natural detidas pela REN têm um papel essencial na satisfação da procura e na gestão dos riscos de abastecimento aos consumidores. A elevada integração e interdependência dos mercados da eletricidade e do gás natural, em particular a preponderância da geração de eletricidade no mercado ibérico como veículo de valorização do uso do gás natural, colocam a REN numa posição única por integrar de forma coordenada nas suas atividades as infraestruturas de transporte de energia elétrica e o sistema logístico de gás natural em alta pressão e em particular o seu planeamento e gestão.

Em 2010 foi publicado o Regulamento Europeu 994/2010 relativo a medidas destinadas a garantir a segurança de abastecimento de gás natural. Um documento que, para além de introduzir nas infraestruturas e redes de gás natural o conceito de segurança "N-1", obriga a assegurar o abastecimento em caso de falha de uma infraestrutura, ao estabelecer critérios para definição, constituição e utilização de reservas de segurança a determinar pelos estados membros da UE. Este ponto encontra-se em fase de estudo e implementação.

Nos termos previstos no Regulamento Tarifário, a ERSE apresentou, em junho de 2011, as tarifas e os preços de gás natural para o Ano Gás 2010-2011 com base nos novos parâmetros de regulação, publicados em 2010, para o período de regulação de 2010-2011 a 2012-2013. Ali estão definidos os proveitos permitidos a cada uma das atividades reguladas, bem como os preços para as tarifas praticadas.

O período regulatório 2010-2013, iniciado em julho de 2010 e que termina em junho de 2013, encontra-se a meio em dezembro de 2011. Neste contexto é relevante assinalar que, tendo sido fixado o ano civil como o período a considerar para efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Ao longo do mesmo período, foram introduzidos incentivos à eficiência para os custos de operação e manutenção (OPEX) associados à atividade de rede de transporte, na REN Gasodutos e na REN Atlântico e a todos os custos operacionais regulados associados à atividade de receção, armazenamento e regaseificação.

Os custos operacionais foram repartidos pelo regulador em valores fixos, sujeitos a uma abordagem regulatória do tipo proveito máximo (*revenue cap*), enquanto os restantes foram indexados às dimensões relevantes das infraestruturas e sua utilização. Trata-se, por isso, de variáveis, sujeitas a uma abordagem do tipo preço máximo (*price cap*).

Quer uns quer outros irão evoluir nos anos seguintes com base na taxa de variação do Índice de Preços do Produto Interno Bruto (IPIB), deduzida duma meta de eficiência X determinada e publicada pela ERSE para cada período regulatório, o que limitará o fator de crescimento permitido dos custos operacionais a $1+IPIB-X$. No atual período regulatório a ERSE fixou o valor de X em:

- 3,8% em 2010, 0% em 2011 e 0% em 2012 para os proveitos permitidos da atividade de transporte da REN Gasodutos e em
- 1% em 2010, 2011 e 2012 para os custos operacionais das atividades da REN Atlântico.

PERCENTAGENS APROXIMADAS DAS COMPONENTES DO OPEX QUANDO DA SUA FIXAÇÃO PELA ERSE:

TIPO / EMPRESA	REN GASODUTOS	REN ATLÂNTICO
Revenue Cap	45%	45%
Price Cap	40% associado ao comprimento em km dos gasodutos;	30% energia regaseificada
Price Cap	10% número de GRMS	25% capacidade técnica de emissão
Price Cap	5% energia total transportada	

REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS REGULADOS DE GÁS NATURAL

A remuneração das empresas da REN com atividades reguladas no setor do gás natural é determinada no Regulamento Tarifário pela definição dos proveitos permitidos, com um período de regulação de três anos, estabilização dos parâmetros nesse período e revisão anual de tarifas em função das estimativas de quantidades do regulador.

Os proveitos relativos ao capital investido decorrem da remuneração dos ativos fixos em exploração, líquidos de amortizações e subsídios (RAB), a uma taxa definida pela entidade reguladora para cada período de regulação adicionada das correspondentes amortizações.

8%
ATÉ 31 DEZ 2012

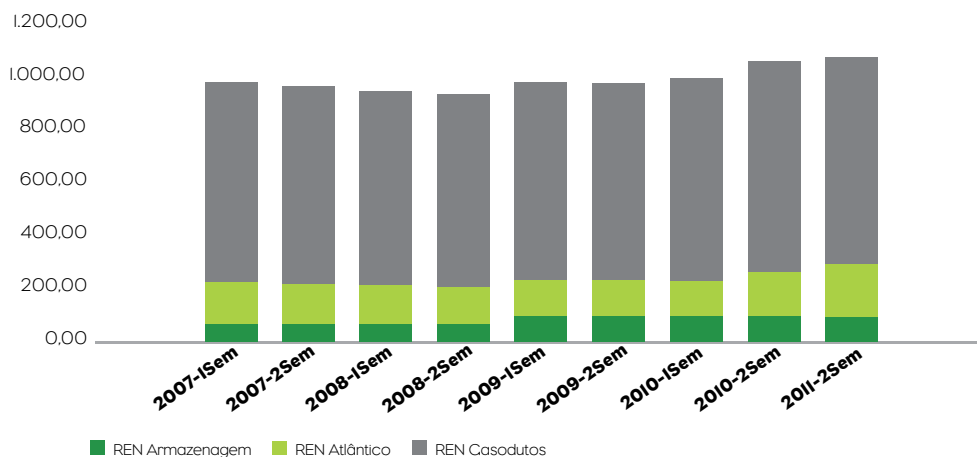
REMUNERAÇÃO DO RAB	RECUPERAÇÃO DO OPEX	DESVIOS TARIFÁRIOS DE ANOS ANTERIORES	RESULTADOS PERMITIDOS URT/ UGS/ UTRAR/ UAS
+ ROR * Base de Ativos Regulados (RAB)	Para o transporte e terminal de GNL: <i>Revenue cap</i> – para o OPEX o aumento é limitado a $(1 + \text{IPIB} - X)^{(2)}$ • O OPEX induzido pelo crescimento e operação é sujeito a <i>price cap</i> com crescimento limitado a $(1 + \text{IPIB} - X)^{(2)}$	Desvios tarifários no ano s-2 $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 1\%)$ $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 2\%)$ e Desvios tarifários em s-1 $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 2\%)$	
+ Amortizações (liquidas de subsídios) +/- Mecanismo de alisamento ⁽¹⁾	Para a Gestão Global do Sistema e para o armazenamento subterrâneo: • Custos aceites		

NOTAS:

⁽¹⁾ O EFEITO DE ALISAMENTO APLICA-SE APENAS AO TERMINAL ATÉ 2016

⁽²⁾ REN GASODUTOS: X = 3,8% PARA O PRIMEIRO ANO E 0% PARA OS SEGUINTE; PARA A REN ATLÂNTICO: X = 1% PARA O PERÍODO REGULATÓRIO X APLICA-SE A TODOS OS COMPONENTES DO OPEX, TANTO AO "REVENUE CAP" COMO AO "PRICE CAP"

O RAB médio semestral das empresas de gás natural teve a seguinte evolução até ao final de 2011:



Em 2011, o RAB conjunto das empresas da REN no gás natural evoluiu positivamente na sequência dos investimentos para aumentar a capacidade do sistema, em que o consumo tem crescido acima da média do dos países europeus mais próximos, mesmo em períodos de crise económica como entre 2009 e 2011. O aumento do RAB reflete, em particular, o projeto de ampliação da capacidade do terminal de GNL, que teve em 2011 a conclusão da segunda fase com a entrada em operação dos novos sistemas de regaseificação e correspondendo a um investimento de cerca de 49 milhões de euros. A conclusão deste projeto está prevista para 2012, com a entrada em exploração do 3.º tanque de armazenamento de GNL.

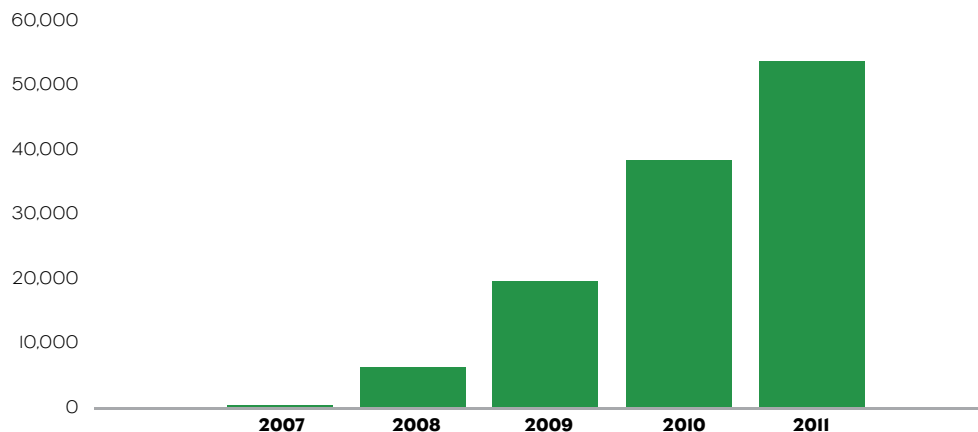
Os desvios são recuperados/devolvidos dois anos depois de ocorrerem, sendo

esse valor remunerado a uma taxa regulada igual à média da Euribor a 3 meses verificada em cada período até ao ano da recuperação, acrescida de 200 pontos-base para o período imediatamente anterior e de 100 pontos-base para os desvios incorridos anteriormente.

O regulamento tarifário contempla também um mecanismo de antecipação do processo de recuperação/devolução dos desvios estimados do ano anterior ao ano das tarifas a que se aplica uma taxa regulada igual à média da Euribor a 3 meses verificada no ano acrescida de 200 pontos-base.

O saldo dos desvios tarifários tem a seguinte evolução:

SALDO ACUMULADO DESVIOS LÍQUIDOS M€



01 RELATÓRIO DE GESTÃO



ENERGIA DE PROGRESSO

A REN já instalou mais de 8 300 km de linhas para transportar energia elétrica em todo o país. Uma rede em constante atualização que liga o progresso ao bem-estar, contribuindo para o funcionamento de escolas, centros de saúde, hospitais, empresas e residências para que nunca passem um só dia sem eletricidade.

REN. A REDE QUE NOS UNE

REN. A REDE QUE NOS UNE

REN 



02. ELETRICIDADE



2.1 EXPLORAÇÃO DA RNT

O TIE, INDICADOR DE DESEMPENHO GLOBAL USUALMENTE UTILIZADO PELAS *UTILITIES* ELÉTRICAS, REGISTOU NOVO MÍNIMO HISTÓRICO.

QUALIDADE DO SERVIÇO

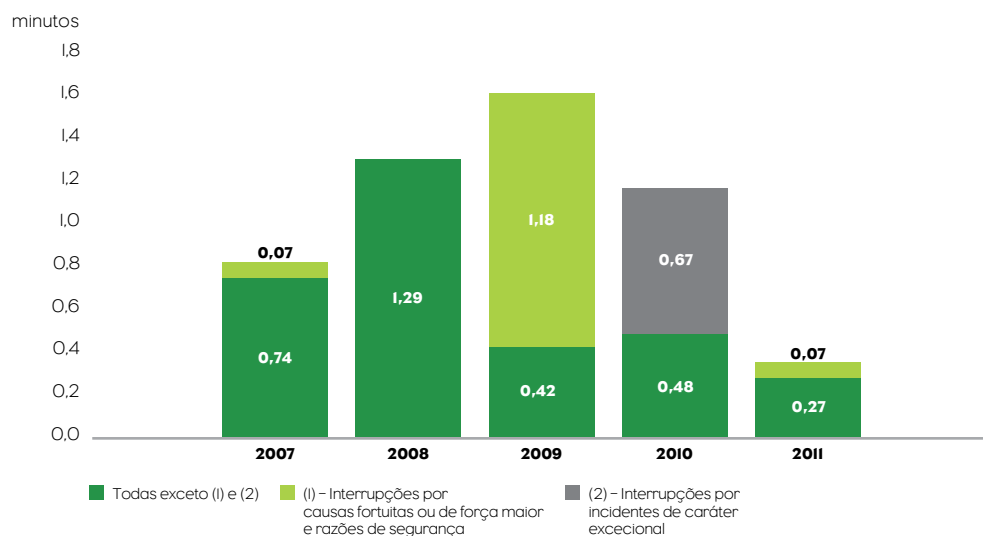
A Qualidade de Serviço prestada pela REN, entendida como segurança e continuidade do abastecimento de energia elétrica com características técnicas adequadas, situou-se novamente a um nível elevado, mantendo e consolidando a tendência verificada em anos anteriores de uma progressiva e sustentada melhoria do desempenho da Rede Nacional de Transporte (RNT).

Os valores registados por quatro (ENF, TIE, SAIFI e SAIDI) dos cinco indicadores gerais de continuidade de serviço, estabelecidos no Regulamento de

Qualidade de Serviço, foram os melhores valores de sempre, posicionando deste modo a REN ao nível das melhores empresas congéneres europeias.

O Tempo de Interrupção Equivalente (TIE), indicador de desempenho global usualmente utilizado pelas *utilities* elétricas, registou novo mínimo histórico, com o valor de 0,27 minutos (16,2 segundos), correspondendo a uma energia não fornecida de 25,6 MWh, ou seja, a REN alimentou de energia elétrica os diversos pontos de entrega aos clientes em 99,99995% do tempo (cerca de 999 horas, 59 minutos e 58 segundos, por cada 1000 horas).

EVOLUÇÃO DO TEMPO DE INTERRUPÇÃO EQUIVALENTE



Da análise do gráfico pode constatar-se uma melhoria sustentada da continuidade de serviço nos últimos anos, excluídas as situações pontuais e de carácter excecional.

Em 2011, prosseguiu a monitorização da qualidade da onda de tensão na generalidade dos pontos de entrega e de interligação da RNT.

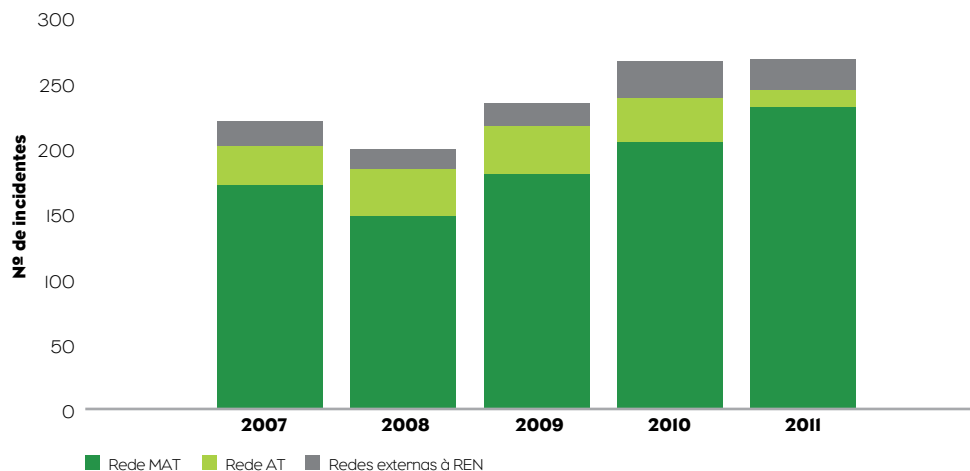
As medições efetuadas continuam a mostrar resultados que se enquadram, com um reduzido número de exceções em casos pontuais e localizados, nos valores recomendados no Regulamento da Qualidade de Serviço.

O nível global da qualidade da energia elétrica depende do número de

incidentes registados, ou com impacto, na rede de transporte. Em 2011, no que respeita a incidentes e perturbações, verificou-se um número semelhante ao obtido em 2010, tendo ocorrido 275 incidentes (mais 0,7% do que em 2010), dos quais 237 tiveram origem na Rede de Muito Alta Tensão (MAT), 14 na Rede de Alta Tensão (AT) e 24 em outras redes mas com impacto nas redes MAT e AT da REN.

Apenas 8 incidentes (2,9% do total) provocaram interrupções no abastecimento de energia elétrica aos clientes, tendo causado 9 interrupções de consumo nos pontos de entrega.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INCIDENTES

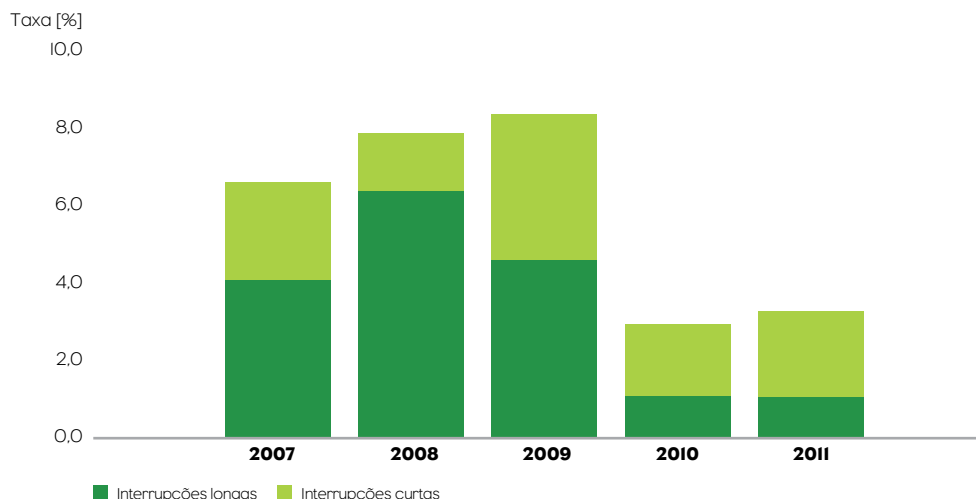


Outro modo de evidenciar o desempenho da rede de transporte é através do indicador designado por "Vulnerabilidade", que traduz a capacidade da rede de transporte de não cortar o abastecimento de energia elétrica aos consumidores na sequência de incidente, qualquer que seja a sua origem (inclui também os

incidentes causados por força maior). Este indicador é um rácio entre o número de interrupções de abastecimento e o número de incidentes.

Em 2011, a rede de transporte registou em média 0,0109 interrupções longas (> 3 min) e 0,0218 interrupções curtas (entre 1 seg. e 3 min.) por incidente.

EVOLUÇÃO DA VULNERABILIDADE DA REDE DE TRANSPORTE



Este indicador registou, em 2011, o segundo melhor valor de sempre, só ultrapassado pelo atingido em 2010, o que evidencia o bom funcionamento dos automatismos instalados na rede de transporte.

COMPORTAMENTO DAS REDES

No decorrer de 2011, os principais congestionamentos que ocorreram na RNT estiveram associados a indisponibilidades de elementos de rede, tendo os mesmos sido solucionados através da criação de restrições de geração ou da introdução de alterações topológicas na rede.

Merece particular destaque a indisponibilidade fortuita que afetou a Linha Penela – Zêzere, no dia 7 de dezembro de 2010, na sequência de queda de apoios provocada por um tornado na zona de Tomar. Esta indisponibilidade, que se manteve até ao dia 1 de fevereiro de 2011, revelou a necessidade de introduzir alterações no perfil de geração proveniente do mercado a sul de Santarém, nomeadamente nas centrais do Ribatejo, Setúbal, Sines e Alqueva.

No ano de 2011, fruto das condições económicas do país, registou-se um forte decréscimo no consumo nacional de eletricidade. Um facto que, associado ao crescimento verificado na extensão da RNT (em 2011 a rede de linhas de MAT em serviço aumentou 322 km) e

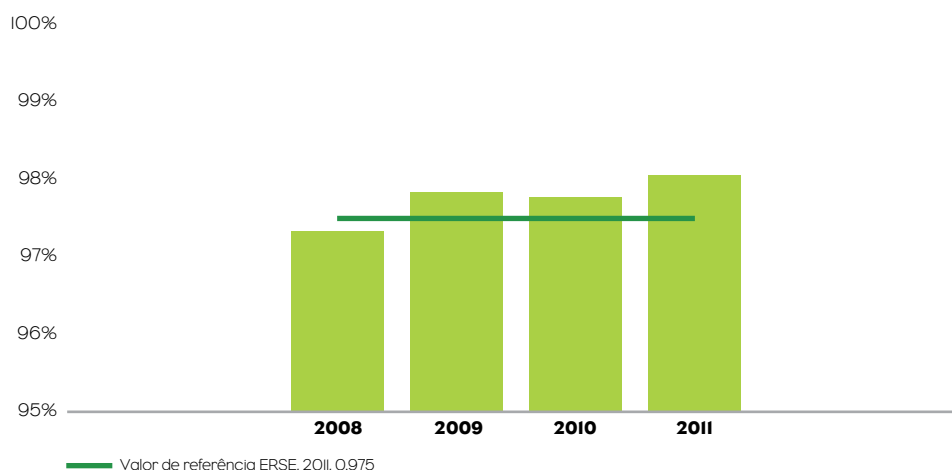
ao cada vez maior peso da produção não despachável, originou, em alguns períodos, um excesso de energia reativa na RNT e consequentemente dificuldades no controlo das tensões.

A dificuldade referida foi ultrapassada através de medidas de recurso, tais como o desligar de linhas MAT ou a solicitar ao operador da RND que desligasse as suas baterias de condensadores. No final do ano o problema foi ligeiramente atenuado com a entrada em serviço de duas reatâncias *shunt*, nas subestações de Castelo Branco e Tábua, que permitem o consumo de cerca de 150 MVar.

DISPONIBILIDADE

A Taxa Combinada de Disponibilidade, indicador regulatório introduzido pela ERSE em 2009, atingiu em 2011 um novo máximo histórico, com o valor de 98,06%. Esta variável é afetada, sobretudo, pelos trabalhos de longa duração, nomeadamente os aumentos de capacidade das linhas e remodelações de equipamentos em subestações.

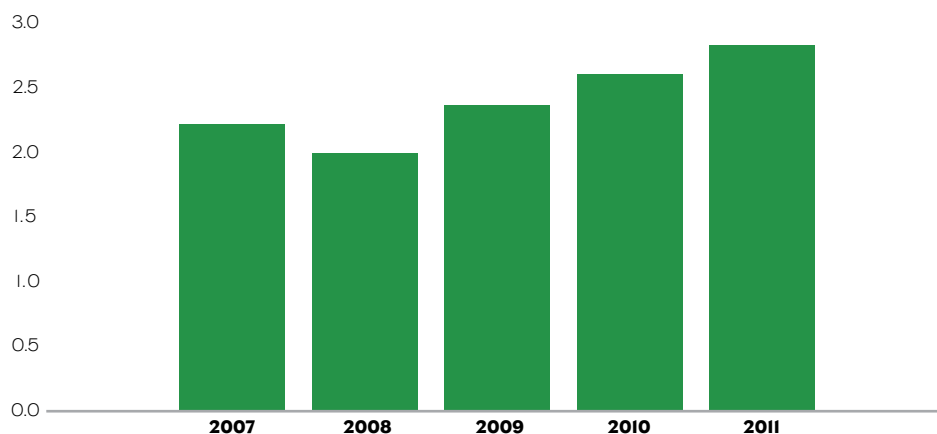
A figura seguinte apresenta a evolução anual deste indicador desde que se iniciou o seu cálculo, em 2008. Ao revelar uma progressiva melhoria, torna evidente a evolução verificada ao nível da coordenação e programação das indisponibilidades da rede ao longo do período em causa.

TAXA COMBINADA DE DISPONIBILIDADE**DESEMPENHO DAS LINHAS**

Em 2011, as linhas da RNT tiveram um desempenho global satisfatório, apesar de um ligeiro aumento verificado no número de defeitos por 100 quilómetros de circuito. A taxa global de disponibilidade dos circuitos de linha, incluindo os painéis terminais, foi de 98,00%, valor

significativamente superior ao verificado no ano anterior (+0,51%).

O gráfico da figura seguinte ilustra o desempenho das linhas nos últimos 5 anos, no que respeita ao número de defeitos por 100 km de circuito.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DEFEITOS COM ORIGEM EM LINHAS DA RNT POR 100 KM DE CIRCUITO

O índice global da rede MAT registou um agravamento de 8% relativamente a 2010, situando-se agora nos 2,81 defeitos por 100 km de circuito. Esta evolução menos positiva deve-se, em particular, ao número de defeitos por descargas atmosféricas, que registaram um aumento muito significativo nos últimos anos (51% vs 2010; 72% vs 2007).

Consequência deste crescimento, o impacto das descargas atmosféricas ganhou nova relevância no conjunto dos fatores externos que afetam as linhas da RNT. A empresa está particularmente atenta a esta evolução, tendo-se já iniciado, por um lado, um acompanhamento dos circuitos mais problemáticos, dado atravessarem

Em 2011 foi concluído um importante lote de novos projetos na Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica (RNT), contribuindo para o reforço da capacidade de receção de energia.

zonas de índice ceráunico elevado e estarem suportados em apoios com resistência de terra elevada, e por outro, a reavaliação da eventual necessidade de revisão de critérios de coordenação de isolamento das linhas.

DESEMPENHO DAS SUBESTAÇÕES

De uma forma geral, as subestações registaram um comportamento favorável no seu desempenho em serviço. O número de avarias em transformadores foi inferior ao verificado no ano anterior, contrariamente ao observado nos disjuntores, onde se registou um incremento do número de avarias, embora, na maioria

dos casos, sem consequências na exploração das redes. A taxa global de disponibilidade de transformadores e autotransformadores (incluindo os respetivos painéis) situou-se nos 98,22%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2010 (-0,4%), consequência, sobretudo, das inúmeras remodelações e substituições de equipamento MAT e AT e de transformadores de potência concretizadas no decurso de 2011.

No Relatório da Qualidade de Serviço, publicado anualmente pela REN, estes assuntos são tratados com maior profundidade técnica.

2.2 INVESTIMENTO NA RNT

PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

Em 2011 foi concluído um importante lote de novos projetos na Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica (RNT), contribuindo para o reforço da capacidade de receção de energia, em particular da proveniente de fontes renováveis, para o aumento das capacidades de troca de energia com Espanha, bem como para a segurança e fiabilidade de funcionamento global do sistema e para o reforço das condições de alimentação às redes de distribuição.

No Douro Internacional, terminou a profunda remodelação do posto de corte do Picote, ao qual foi ligado o reforço de potência da central do Picote. A linha Bemposta – Lagoaça 3 passou à exploração a 400 kV, para ligação do reforço de potência da central de Bemposta.

Ainda em Trás-os-Montes, foi colocada em exploração a linha de 220 kV Macedo de Cavaleiros – Valpaços, componente importante na futura malha a 220 kV entre Lagoaça, no Douro Internacional, e Valdigem, com passagem pelas subestações de Macedo de Cavaleiros, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

No Grande Porto, para reforço de alimentação dos consumos, foi colocada em serviço a nova subestação 220/60 kV

de Prelada, equipada com um transformador de 170 MVA e alimentada através da passagem à exploração a 220 kV de um circuito já existente mas até agora a operar na rede de 60 kV. No âmbito da remodelação para 220/60 kV da subestação de Ermesinde, foi colocado em exploração o nível de 220 kV desta instalação, com três unidades 220/60 kV de 170 MVA e uma ligação em circuito subterrâneo entre Ermesinde e o novo posto de transição de Valongo.

Na região centro foi estabelecida uma nova ligação a 400 kV entre Lavos e Paraimo, de forma a facilitar os trânsitos norte-sul no eixo litoral a 400 kV e melhorar o escoamento da produção.

Na região de Lisboa, para apoio ao abastecimento dos consumos nos concelhos de Oeiras e Lisboa, entrou ao serviço o novo injetor 220/60 kV do Zambujal, equipado com dois transformadores de 170 MVA e alimentado por um circuito subterrâneo de 220 kV proveniente de Alto de Mira, que se encontrava já construído mas a operar na rede de 60 kV. Entrou também ao serviço, mas temporariamente explorado a 60 kV, um novo circuito subterrâneo de 220 kV entre as zonas de Sacavém e do Alto de São João, provisoriamente ligado entre duas instalações da EDP Distribuição.

Na Península de Setúbal, a linha a 400 kV Palmela – Ribatejo foi desviada para a subestação de Fernão Ferro, no âmbito do projeto de introdução do nível de 400 kV nesta instalação.

No Algarve, entrou em serviço a nova subestação 400/150/60 kV de Tavira, com um autotransformador de 400/150 kV de 450 MVA e dois transformadores 150/60 kV de 126 MVA. Foram também concluídas as linhas a 400 kV Portimão – Tavira e o troço nacional da futura interligação internacional a 400 kV entre Tavira e Puebla de Guzmán (em Espanha). A subestação de Tavira constitui também um ponto de apoio à receção de energia renovável e à alimentação dos consumos do sotavento algarvio.

Ainda no Algarve, foi igualmente concluída a linha a 150 kV Portimão – Tunes 3, reforço importante na garantia de alimentação à subestação de Tunes.

Foram colocados em serviço 15 novos transformadores, com uma potência total de 2374 MVA, e 5 novos autotransformadores, correspondendo a 1.680 MVA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM CURSO

REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Para reforço das capacidades de troca entre Portugal e Espanha, encontra-se prevista, no Minho, uma nova interligação a 400 kV, ligando a futura instalação de Viana do Castelo, do lado português, com as de “O Covelo” e “Boborás”, do lado espanhol.

LIGAÇÃO À RNT DE PRODUTORES EM REGIME ESPECIAL

- Conclusão do fecho da malha a 220 kV em Trás-os-Montes, com a construção da linha Valpaços – Vila Pouca de Aguiar.

- Concretização de uma ligação a 220 kV entre as subestações de Vila Pouca de Aguiar e do Carrapateiro, contornando a Serra do Alvão pelo Norte. Esta ligação será, na maior parte do seu traçado, construída como dupla de 400+220 kV de modo a preparar também a futura integração na RNT das centrais do PNBEPH localizadas na bacia do Alto e Médio Tâmega;
- Remodelação da atual linha simples de 220 kV Carrapateiro – Estarreja 1, para dupla de 400+220 kV num troço e dupla de 220 kV no restante;
- Construção de uma nova linha entre a Falagueira e Castelo Branco, construída como dupla de 400+150 kV, mas de início a operar apenas a 150 kV;
- Edificação duma nova linha dupla de 400+220 kV entre as zonas de Castelo Branco e de Ferro e a abertura de nova subestação na zona da Covilhã, ligada à Falagueira a 400 kV.

LIGAÇÃO À RNT DE NOVOS GRANDES CENTROS PRODUTORES EM REGIME ORDINÁRIO

- Construção de um posto de corte a 400 kV em Vieira do Minho e implementação de duas ligações, também a 400 kV, entre este ponto e Pedralva, para ligação dos reforços de potência de Venda Nova (Venda Nova III) e de Salomonde (Salomonde II).

ALIMENTAÇÃO ÀS REDES DE DISTRIBUIÇÃO PARA MELHORAR A ALIMENTAÇÃO DE GRANDES POLOS DE CONSUMO

- No Minho, abertura de subestação 400/60 kV na zona de Fafe, servindo igualmente os concelhos limítrofes de Guimarães, Vizela e Felgueiras.
- Na região de Trás-os-Montes, nova subestação 220/60 kV de Valpaços, a qual facultará uma melhoria no abastecimento também aos concelhos vizinhos, com destaque para o de Chaves, onde poderá ser desativada uma instalação antiga e com menor fiabilidade.

- Na zona a sul do Porto junto ao litoral, criação da subestação 400/60 kV de Feira, alimentando consumos nos concelhos de São João da Madeira, Feira e Arouca.
- Na zona norte de Lisboa, reconversão da atual linha simples de 220 kV Carregado – Rio Maior 1 para dupla de 400+220 kV, reforçando a capacidade norte-sul na alimentação à Grande Lisboa.
- Na cidade de Lisboa, abertura da subestação 220/60 kV do Alto de São João, alimentada através de dois circuitos subterrâneos, oriundos de Sacavém/Prior Velho.
- Na Península de Setúbal, abertura da nova subestação 400/60 kV do Montijo; introdução dos 400 kV na de Fernão Ferro; conclusão da segunda linha a 150 kV entre as subestações de Fernão Ferro e Trafaria.
- Na zona litoral norte e sul do Tejo, conclusão da nova ligação a 400 kV

zona da Marateca-Pegões-Fanhões, introduzindo um reforço na fiabilidade do eixo norte-sul a 400 kV, e também na alimentação aos consumos da região Lisboa/Península de Setúbal.

ALIMENTAÇÃO DE GRANDES CLIENTES EM MUITO ALTA TENSÃO (MAT)

Para alimentação à linha ferroviária de alta velocidade no troço português do eixo Lisboa – Madrid está prevista uma extensão da estrutura do nível de 400 kV entre as subestações de Falagueira e Palmela, através de um novo eixo Falagueira – Estremoz – Divor (Évora) – Pegões – Palmela, e o estabelecimento de ligações de alimentação a subestações de tração ferroviária a partir das subestações da RNT de Estremoz, Divor e Pegões. No entanto, a realização deste conjunto de obras está dependente do calendário de concretização deste eixo ferroviário.

No mapa da RNT que integra este relatório é ilustrada a localização dos principais reforços previstos a curto e médio prazo.



2.3

PRODUÇÃO

EM REGIME ESPECIAL

A REN TEM PARTICIPADO ATIVAMENTE NO TRABALHO DESENVOLVIDO NO DOMÍNIO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS, CABENDO-LHE UMA QUOTA-PARTE IMPORTANTE NESSE ESFORÇO.

PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

Nos últimos anos, o peso do consumo de energia elétrica com origem em fontes renováveis tem aumentado significativamente, com destaque para a produção eólica, na qual se enquadra a Produção em Regime Especial (PRE).

A PRE é regida por legislação específica e inclui as pequenas centrais hidroelétricas, na sua grande maioria com uma potência instalada inferior a 10 MVA (mini-hídricas), as centrais eólicas, as centrais fotovoltaicas, as centrais de biomassa, as centrais de resíduos e ainda outras tecnologias que utilizam fontes de energia renovável, como seja o aproveitamento da energia das ondas, as centrais de cogeração e a micro produção (< 11,04 kW) e a mini produção (< 250 kW).

A REN tem participado ativamente

no trabalho desenvolvido em Portugal no domínio das energias renováveis, cabendo-lhe uma quota-parte importante do esforço desenvolvido com os respetivos promotores para uma eficaz e segura integração de fontes de energias renováveis no Sistema Elétrico Nacional (SEN).

No ano de 2011 verificou-se um crescimento da potência de PRE instalada nas Redes Elétricas de Serviço Público (RESP), que se cifrou em novos 675 MW, com destaque para a cogeração (172 MW) e para a eólica (453 MW) – ver tabela. O aumento da potência eólica deveu-se essencialmente à ligação de novos parques eólicos e de novos aerogeradores em parques já em exploração, mas cuja construção ainda não tinha sido concluída; o aumento em apreço também se deveu a situações de ampliação e remodelação de parques já em funcionamento.

CENTRAIS	POTÊNCIA INSTALADA [MW]	POTÊNCIA DE LIGAÇÃO ⁽¹⁾ [MVA]
Micro produção	27	27
Mini-hídricas	2	2
Eólicas	453	368
Fotovoltaicas	2	2
Cogeração	172	199
Biogás	19	20
Total 2011	675	618

(1) POTÊNCIA AUTORIZADA A INJETAR NO PONTO DE LIGAÇÃO ÀS RESP

Em 2011, também se iniciou a ligação às RESP dos parques eólicos do consórcio vencedor da Fase B do concurso para a construção de novos parques eólicos em Portugal, cujo contrato foi assinado em setembro de 2007. A potência de

ligação atribuída nesta fase do concurso foi de 400 MVA. O primeiro parque eólico deste consórcio – parque eólico de Vale Grande, com seis aerogeradores – foi ligado à Rede Nacional de Transporte (RNT) em 28 de julho de 2011, utilizando

No ano de 2011 verificou-se um crescimento da potência de PRE instalada nas Redes Elétricas de Serviço Público (RESP).

a rede interna a 30 kV do parque eólico do Toutiço, escoando depois a sua produção através dos 220 kV da subestação da Tábua, por meio da linha Pampilhosa da Serra – Tábua.

A atividade da REN na coordenação dos processos de ligação e na integração de projetos de PRE na rede, particularmente os que se ligam à RNT, desenvolveu-se em diversos domínios:

- no planeamento da capacidade de receção de nova produção, dos reforços de rede necessários e das condições técnicas de ligação (ver imagem abaixo);
- no desenvolvimento de projetos, no planeamento das obras, na execução dos trabalhos sob responsabilidade da REN e no acompanhamento das obras sob responsabilidade dos promotores;
- na participação e acompanhamento nas vistorias e na execução das ligações à rede; na definição dos sistemas de proteção dos sistemas de comunicação, dos sistemas de comando e controlo; na definição dos sistemas de contagem e de fronteira com os mercados e do controlo operacional da exploração e da execução dessa operação através dos centros de controlo de despacho;
- na previsão dos volumes de energia produzidos e na resolução dos problemas de gestão da produção elétrica necessária para satisfazer os consumos.



Parque eólico de São Macário II: deixou de ter limitação na sua potência de ligação, na sequência de uma reestruturação da topologia da rede, que permitiu redirecionar a sua produção para os 60 kV da subestação do Carrapatelo em vez dos 60 kV da subestação do Torrão, a partir de 3 de junho de 2011.

03. GÁS NATURAL



3.1 EXPLORAÇÃO DA RNTGN

A PROCURA DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL, DISCRIMINADA NO QUADRO SEQUINTE, VERIFICOU UMA DIMINUIÇÃO RELATIVAMENTE A 2010 DE 0,5%.

Em 2011, as entradas de gás natural na infraestrutura explorada pela concessionária da RNTGN, foram predominantemente efetuadas por Sines (55%), sendo provenientes da regaseificação de gás natural liquefeito no Terminal de Sines da REN Atlântico, tendo a entrada por Campo Maior, que interliga com o gasoduto do Magrebe e abastece Portugal com gás oriundo sobretudo da Argélia, contribuído com 44%. Tal como no ano de 2010, as entradas por Valença representaram apenas 1% do total das entradas no sistema nacional.

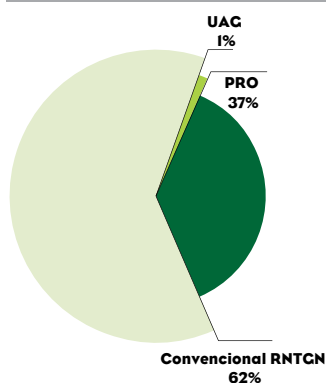
Em 2011, os 58.157 GWh (cerca de 4,89 bcm) transportados através da RNTGN incluíram o consumo nacional em alta pressão e a injeção de gás natural no armazenamento subterrâneo. Esta atingiu 1.324 GWh (cerca de 0,11 bcm) e a saída de gás natural para Espanha através da interligação de Valença do Minho, que contabilizou 36 GWh /cerca de 0,003 bcm).

A procura de gás natural em Portugal, discriminada no quadro seguinte, verificou uma diminuição relativamente a 2010 de 0,5%.

SEGMENTO DE MERCADO	PROCURA DE GÁS NATURAL (GWh)		VARIACÃO (%)
	10	11	
Produção de eletricidade em regime ordinário	22.296	21.317	-4,4%
Mercado convencional RNTGN	34.828	35.480	1,9%
Mercado convencional UAG	677	717	5,9%
Total	57.801	57.514	-0,5%

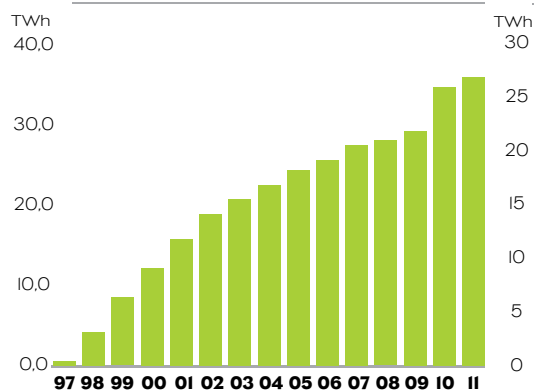
O gráfico seguinte representa o peso dos diversos segmentos de mercado.

SEGMENTOS DE MERCADO



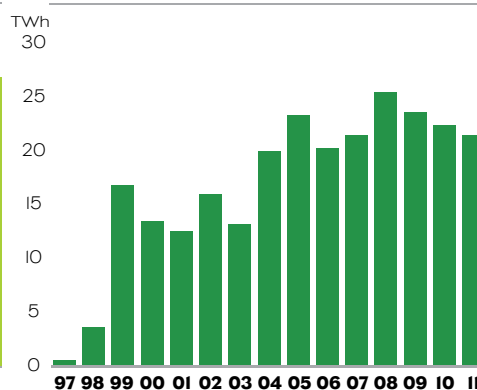
A figura seguinte mostra os consumos no setor convencional desde o arranque do gás natural em Portugal.

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE GN - MERCADO CONVENCIONAL



Da conjugação destes fatores resultaram os consumos anuais mostrados na seguinte figura.

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE GN PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME ORDINÁRIO



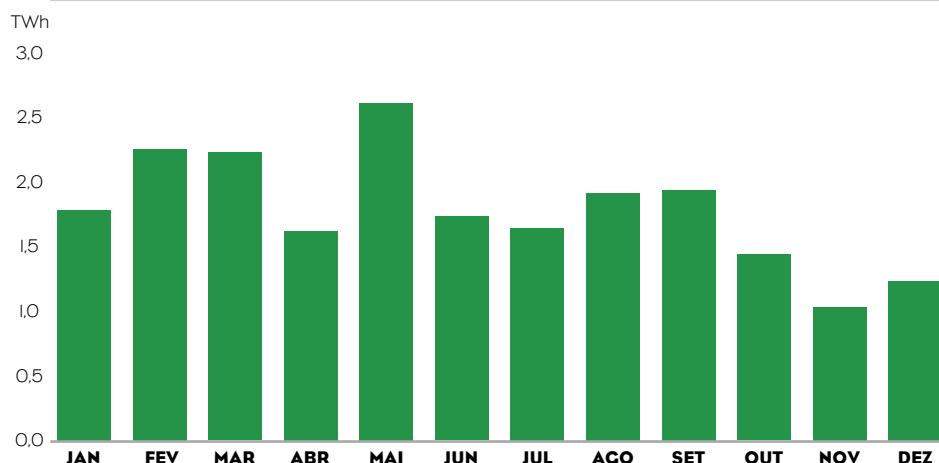
No mercado convencional, a variação de 2010 para 2011 foi inferior relativamente ao crescimento verificado nos anos anteriores. Para isso, contribuiu a estabilização da procura ao nível dos grandes clientes abastecidos a alta pressão.

No segmento de mercado da produção de energia elétrica em regime ordinário, os consumos anuais variam de acordo com a potência térmica instalada, com o regime hidrológico presente e com o contributo da produção de energia

elétrica em regime especial. Neste segmento, a energia eólica continua a ter um peso significativo, tendo sido registado um aumento de cerca de 10% face à potência instalada no final de 2010.

Devido à redução registada em 2011 na procura de energia elétrica, bem como à competitividade do carvão face ao gás natural que influenciaram os baixos consumos de gás especialmente no último trimestre do ano, a procura deste segmento teve a seguinte evolução:

PROCURA DE GN PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME ORDINÁRIO EM 2011



Foi realizado um simulacro, com participação de entidades externas, que testou a capacidade de resposta da REN Atlântico.

▀ TERMINAL DE CNL DE SINES

No ano de 2011 prosseguiram os trabalhos de expansão do Terminal de GNL, nomeadamente da sua capacidade de armazenamento e emissão, tendo-se concluído com êxito a 2.ª fase do projeto, que tem como data final estimada o 1.º semestre de 2012.

Como resultado, o Terminal de GNL de Sines viu aumentada a sua capacidade de emissão de gás natural de 1.125.000 m³(n)/h para 1.300.000 m³(n)/h. Ao nível da capacidade de emissão, o terminal, ficou desde já preparado para permitir uma futura expansão, até 1.800.000 m³(n)/h com recurso a trabalhos de impacto mínimo na exploração da instalação.

Relativamente à atividade de exploração, o Terminal de GNL recebeu, em 2011, 37 navios, correspondentes a um total de energia descarregada de 32,7 TWh e emitiu para a rede 31,3 TWh. Neste mesmo período, foram carregadas 2.639 cisternas (aumento de 18,6%

face a 2010), correspondentes a um total de energia de 799 GWh.

A indisponibilidade total foi de 70 horas, das quais 65 foram planeadas e devidas a atividades associadas ao projeto de expansão. Estes valores traduzem uma disponibilidade da instalação de 99,2%.

Em termos internos foram realizadas cerca de 190.000 horas trabalhadas sem registo de qualquer acidente.

A empresa realizou sete auditorias, todas com resultados positivos, sendo três no âmbito da diretiva SEVESO e duas no âmbito da verificação do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho.

Foi realizado um simulacro, com participação de entidades externas, que testou a capacidade de resposta da REN Atlântico e demais entidades envolvidas no âmbito da proteção da instalação (ISPS) e Segurança (PEI-SEVESO).



Nova tomada de água do mar.

REN ARMAZENAGEM

Na globalidade, em 2011 foram extraídos 926 GWh e injetados 1.078 GWh de gás natural nas cavernas da REN Armazenagem, com consumos na ordem dos 8 GWh. Ao nível da utilização das instalações de superfície, a movimentação total de gás natural cifrou-se em 2.447 GWh, repartidos

em 1.123 GWh de extração e 1.324 GWh de injeção, com 10 GWh de autoconsumo. No final do ano, e comparativamente com a situação verificada no final de 2010, observou-se o seguinte balanço de quantidades e nível médio diário de existências físicas e comerciais nas cavidades:

EXISTÊNCIAS DE GÁS NATURAL NA REN ARMAZENAGEM (GWh)*

A 31 DE DEZEMBRO DE 10	A 31 DE DEZEMBRO DE 11	VARIAÇÃO 10/11 (ENERGIA)
1.295	1.439	11%

* OS VALORES INDICADOS NÃO INCLUEM O CUSHION GAS

NÍVEL MÉDIO DIÁRIO DE EXISTÊNCIAS DE GÁS NATURAL NA REN ARMAZENAGEM (GWh)*

10	11	VARIAÇÃO 10/11 (ENERGIA)
1.180	1.377	16,6%

* OS VALORES INDICADOS NÃO INCLUEM O CUSHION GAS

Nota:

Cushion gas: volume de gás imobilizado para garantir a pressão de estabilidade estrutural das cavidades;

As quantidades armazenadas no final de 2011 representam um acréscimo de 11% relativamente às registadas no final do ano transato, enquanto a utilização da infraestrutura, medida em termos de valor de existência física média diária ao longo do ano, sofreu uma variação positiva de 2010 para 2011 de 16,6%.

A 31 de dezembro de 2011, as características nominais de capacidades das três cavidades da REN Armazenagem em operação apresentavam os seguintes valores:

CAPACIDADES DAS INFRAESTRUTURAS [GWH]

	10	11
Capacidade máxima	1.699	1.659
Capacidade máxima efetiva após restrições técnicas	1.521	1.483
Capacidade comercialmente disponível	1.461	1.403
Gás técnico (<i>cushion gas</i>)	1.591	1.591

Nota:

Cushion gas: volume de gás imobilizado para garantir a pressão de estabilidade estrutural das cavidades.

Capacidade máxima: capacidade máxima, deduzido o valor do respetivo *cushion gas*;

Capacidade máxima efetiva após restrições técnicas: capacidade máxima deduzida do valor das restrições técnicas de utilização das cavidades;

Capacidade comercialmente disponível: capacidade máxima efetiva após restrições técnicas subtraída da capacidade atribuída ao gestor técnico global do SNGN para reservas operacionais.

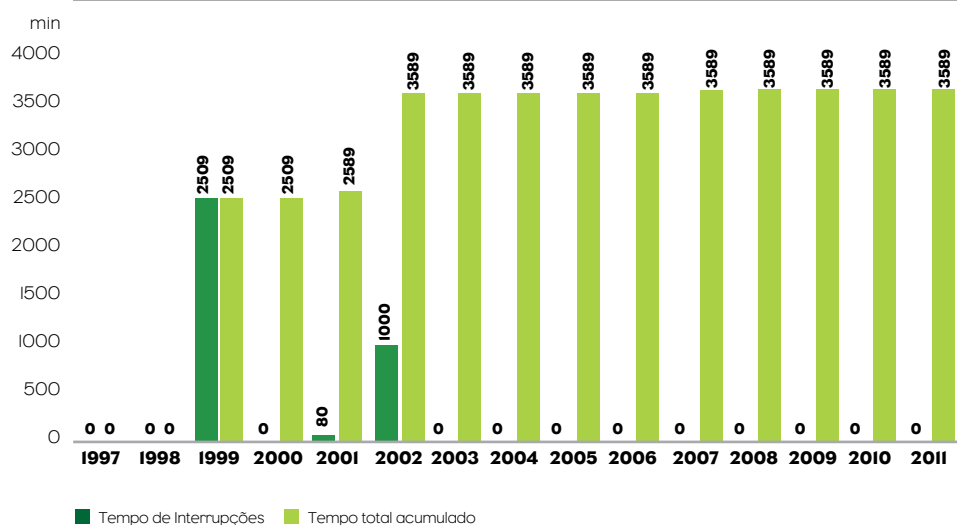
QUALIDADE DE SERVIÇO

O desempenho da continuidade de serviço voltou a ser excelente em 2011, uma vez que não ocorreu nenhuma interrupção de serviço e todos os indicadores das características do gás natural ficaram compreendidos entre os limites definidos no Regulamento de

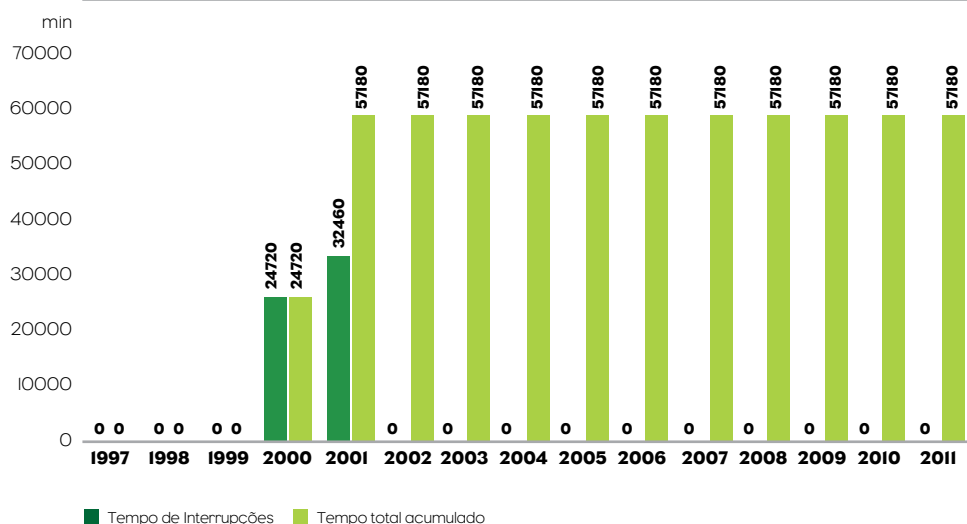
Qualidade de Serviço (RQS).

Os valores históricos, anuais e acumulados, para as interrupções controláveis, acidentais e programadas, desde o início da exploração da RNTGN, são apresentados nos gráficos seguintes:

INTERRUPÇÕES CONTROLÁVEIS ACIDENTAIS



INTERRUPÇÕES CONTROLÁVEIS PROGRAMADAS



Durante o ano, foi alcançado o objetivo de zero incidentes por ano por cada 1000 km de infraestrutura de transporte em alta pressão no indicador acumulado

de índice de incidentes com fuga não intencional de gás, publicado pelo *European Gas Pipeline Incident Data Group* (EGIG).

Relativamente aos indicadores definidos no art.º 13 do setor do Gás Natural, para a qualidade de serviço, em 31 de

dezembro de 2011, apresentaram os seguintes valores anuais:

INDICADORES GERAIS PARA A QUALIDADE DE SERVIÇO DA REN ARMAZENAGEM

Cumprimento das nomeações de extração de gás natural	100,0%
Cumprimento das nomeações de injeção de gás natural	100,0%
Cumprimento energético de armazenamento	100,0%

Nota:

Cumprimento das nomeações de extração de gás natural: quociente entre o número de nomeações cumpridas e o número total de nomeações;

Cumprimento das nomeações de injeção de gás natural: quociente entre o número de nomeações cumpridas e o número total de nomeações;

Cumprimento energético de armazenamento: determinado com base no erro quadrático médio da energia extraída e injetada no armazenamento subterrâneo nomeada relativamente à energia extraída e injetada.

Relativamente à REN Atlântico e como já referido, o ano de 2011 caracterizou-se por um significativo aumento do volume de trabalho, associado ao projeto de expansão, os quais implicaram, por vezes, fortes impactos na exploração

comercial do Terminal de GNL. Ainda assim foi possível manter os elevados padrões de qualidade de serviço, que se traduzem, entre outros, pelos seguintes indicadores:

INDICADORES GERAIS PARA A QUALIDADE DE SERVIÇO DA REN ATLÂNTICO

Cumprimento do serviço comercial (nomeações)	100,0%
Injeção de gás natural para a rede (injetado/solicitado)	99,62%
Conformidade com as características do gás natural (RQS)	100,0%
Disponibilidade da instalação	99,19%
Reclamações de clientes/entidades externas	0%

3.2 INVESTIMENTO NA RNTCN

A REN prosseguiu a execução do plano de desenvolvimento e investimento na Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT) durante o ano de 2011. Este plano incluiu projetos de desenvolvimento e de expansão, de investimentos de reforço interno, de remodelação e de ligação à RNDGN e a clientes.

No âmbito dos projetos de ligação à RNDGN e a clientes, a REN Gasodutos pôs em funcionamento novos pontos de entrega com GRMS em Vila Nova de Cerveira, Soure, Lares e Chaparral III, e

aumentou a capacidade da GRMS de Benavente.

A alteração de mais três estações de derivação para estações de junção (JCT) foi concluída com êxito, no âmbito do projeto que se iniciou em 2008, abrangendo 14 instalações. As estações alteradas foram as estações de junção de Maceira, Rio Frio e de Alcochete.

Foi também concluído e entrou em exploração o novo ramal do Chaparral para abastecer a ampliação da refinaria da Galp Energia em Sines.

Foram igualmente lançados os concursos para a empreitada e fiscalização da construção do gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, previsto para o ano de 2012. Este projeto foi considerado elegível no âmbito do Programa Energético Europeu para o Relançamento (EEPR) da CE.

A REN Armazenagem desenvolveu em 2011 um conjunto de atividades, tendo em vista a garantia de segurança de abastecimento e a capacidade de disponibilização do armazenamento de gás natural, de onde se destacam:

- Início da construção da Caverna RENC-6. Foi concluída a aquisição de terrenos e construída a plataforma e os caminhos de acesso, tendo sido executado um furo até aos 1.451 metros de profundidade. Em 24 de outubro deu-se início às atividades de lixiviação, prevendo-se que as mesmas se prolonguem até março de 2014.
- Em novembro de 2011 terminaram os trabalhos de lixiviação da Caverna TGC-2, propriedade da Transgás Armazenagem. Estes trabalhos foram executados pela REN Armazenagem, enquanto proprietária das instalações de lixiviação.
- Foram adjudicados e estão em desenvolvimento o estudo de

impacte ambiental e a engenharia-base da Caverna RENC-8, na sequência do estabelecido no memorando de entendimento entre a REN Armazenagem e a Transgás Armazenagem para a construção conjunta de três novas cavernas.

Relativamente à REN Atlântico, o ano de 2011 foi caracterizado pela continuidade dos trabalhos de construção associados ao projeto de expansão do Terminal de GNL, tendo-se alcançado a conclusão da segunda fase deste projeto com a construção/instalação de novos equipamentos de processo, nomeadamente: 1 recondensador, 2 bombas de alta pressão, 2 vaporizadores por água do mar, e 1 baía de enchimento de camiões-cisterna. Durante este ano, registou-se, só no projeto de expansão do Terminal, um volume de mão de obra de cerca de 1 milhão horas/homem trabalhadas, tendo-se verificado apenas dois acidentes ligeiros, sem qualquer fatalidade.

O sucesso dos resultados obtidos foi, em grande medida, impulsionado pela atenção que a REN Atlântico sempre colocou nas questões de segurança.

O montante total de entradas em exploração nas empresas de infraestruturas de gás natural da REN em 2011 foi de cerca de 65,4 milhões de euros.



Caverna de armazenagem de gás no Carriço.



PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS EM 2011

O investimento realizado na área do gás natural ascendeu a 81,4 M€ e as entradas em exploração totalizaram 65,4 M€.

Na REN Atlântico deu-se continuidade aos trabalhos de construção associados ao projeto de expansão do Terminal de GNL, tendo-se alcançado a conclusão

da segunda fase deste projeto, que consistia na construção/instalação de novos equipamentos de processo (recondensador, bombas de alta pressão, vaporizadores de água do mar e baía de enchimento de camiões cisterna), assim como a ampliação da capacidade de emissão de gás natural de 1 125 000 m³(n)/h para 1 300 000 m³(n)/h.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DO GRUPO REN – GÁS

A REN Gasodutos prosseguiu a execução do plano de desenvolvimento e investimento da RNTGN durante o ano de 2011, destacando-se, como investimentos mais significativos, as entradas em exploração de quatro novas estações de entrega de gás (Vila Nova de Cerveira, Soure, Lares e Chaparral III) e aumento da capacidade de uma outra estação (Benavente), assim como a conclusão de mais três alterações de estações de derivação para estações de junção (Maceira, Rio Frio e Alcochete), no seguimento do projeto iniciado em 2008, que previu a alteração de um total de 14 estações, agora concluído.

Foi também concluído e entrou em exploração o novo ramal do Chaparral

para abastecer a ampliação da refinaria da Galp Energia em Sines.

Na REN Armazenagem assinala-se o início da construção da cavidade RENC-6, com a execução de um furo (até aos 1.451 metros de profundidade) e início do processo de lixiviação, assim como foram terminados os respetivos trabalhos de lixiviação da caverna TGC-2 (propriedade da Transgás Armazenagem). Foi ainda adjudicado o estudo de impacte ambiental e a engenharia-base da Cavidade RENC-8, assim como foi igualmente concluído o concurso da empreitada para instalação de um sistema fiscal em cada uma das cavidades, bem como a construção do *manifold* para permitir a ligação da cavidade TGC-2 à Estação de Gás.

4 INCLUI COMPRAS DIRETAS PARA IMOBILIZADO.



4.4 ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS

O GEN (Gabinete de Estratégia e Novos Negócios) desenvolve a sua atividade tendo presente que a REN, na sua qualidade de operador dos sistemas de transporte de eletricidade e gás natural, tem como principal função assegurar o cumprimento dos compromissos contratuais decorrentes dos seus quatro contratos de concessão.

Alinhado com esta responsabilidade, o GEN procurou, numa lógica de sustentabilidade do Grupo:

- potenciar o capital intelectual existente no Grupo REN através da análise, estudo e implementação de novas oportunidades de negócio e de prestação de serviços, fora do âmbito das suas atuais concessões;
- identificar parcerias com operadores de redes energéticas de referência a nível internacional, que possam traduzir-se em acordos de cooperação operacional de intercâmbio técnico e avaliação de negócios de interesse comum;
- estabelecer e formalizar relacionamentos com as agências multilaterais internacionais de apoio ao desenvolvimento e ao financiamento em infraestruturas.

Nesta perspetiva, o GEN centrou a sua atividade em áreas onde a REN possui competências no estado da arte, seja na conceção de novos projetos numa lógica de *greenfield*, seja procurando diversificar fontes de financiamento institucional.

Assim, a REN envolveu-se em várias missões empresariais na América do Sul, África (Magreb e África Central), bem como na negociação de aquisições de participação, ainda em curso, em

empresas detentoras de infraestruturas energéticas no Brasil e em Moçambique. Merecem destaque:

- os acordos de parceria feitos com as empresas congéneres de Moçambique, Colômbia e China;
- o lançamento de um relacionamento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BRED), permitindo o acesso a oportunidades de concurso a projetos por eles financiados e ainda gerando a ambição de atingir novas possibilidades de financiamento a projetos do interesse da REN.

Paralelamente, dinamizou-se, também em articulação com o Gabinete de Consultoria e Prestação de Serviços, o aproveitamento de várias oportunidades em geografias variadas (África, Centro-Leste Europeu e América do Sul) para prestação de serviços e assessorias, algumas das quais, bem sucedidas, darão resultados em 2012.

No tocante à monitorização ao desenvolvimento do Plano Estratégico, quer no relacionamento com *stakeholders* quer no acompanhamento de processos legislativos, desenvolveu-se intensa atividade, designadamente no tocante a novos regulamentos europeus no âmbito do pacote de infraestruturas em articulação com o Gabinete de Assuntos Europeus.

O GEN, no ano de 2012, e na linha do Plano Estratégico, intensificará a identificação de oportunidades que permitam constituir um portfólio de negócios de elevado valor acrescentado e que potenciem as competências e recursos ao dispor da REN.

06. GESTÃO DE RISCOS



6.1 AUDITORIA INTERNA

A Comissão de Auditoria está sujeita aos deveres estabelecidos na lei e nos estatutos da REN, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da Sociedade e vigiar a observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração e fiscalizar a respetiva revisão;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Convocar a Assembleia Geral sempre que o presidente da respetiva mesa o não faça.

O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) tem como missão verificar a existência, o funcionamento e a eficácia do modelo de controlo dos riscos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de governação do Grupo, através de um acompanhamento objetivo, independente e sistemático. Reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, sem prejuízo da sua relação hierárquica com a administração executiva da Sociedade. Das várias atribuições do GAI, destacam-se as seguintes:

- Revisão das políticas de risco e de controlo interno em vigor;

- Avaliação do grau de implementação do controlo interno;
- Realização de auditorias financeiras, informáticas, operacionais e de gestão nas diversas áreas do Grupo;
- Definição, em conjunto com as diferentes áreas, de medidas corretivas para os pontos fracos e não conformidades identificados nas auditorias;
- Controlo da implementação das medidas de correção, através de relatórios de acompanhamento;
- Suporte da gestão de topo na definição e/ou implementação de medidas de controlo e governação.

As auditorias internas realizadas pelo GAI obedecem a um planeamento baseado na avaliação do risco, quer corporativa quer do próprio GAI, incluindo esta última uma avaliação de como são geridos os riscos dos processos, sistemas e unidades de negócio.

O Plano de Atividades do GAI para 2011, aprovado pela Comissão de Auditoria, definiu e caracterizou as auditorias a realizar. A conceção do Plano de Atividades teve como objetivos:

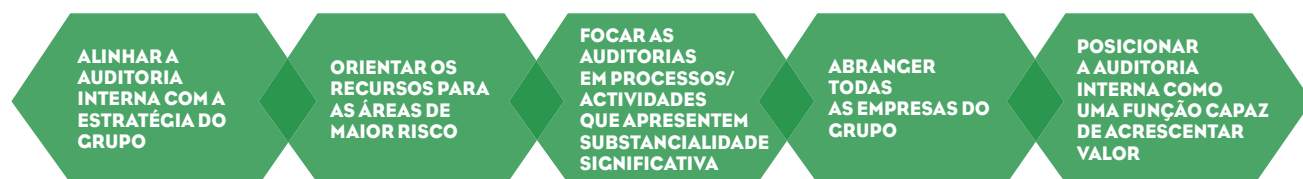
- Focar as auditorias nas áreas de maior risco;
- Avaliar a eficiência dos sistemas de Controlo Interno implementados;

- Abranger todas as empresas do Grupo;
- Acrescentar valor ao Grupo.

Na execução das várias auditorias foi dada particular atenção à avaliação dos sistemas de controlo interno, ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos, à eficiente utilização

dos recursos, ao eficaz controlo dos processos e à avaliação e minimização dos riscos identificados.

Em 2012, os procedimentos de auditoria manter-se-ão e para o futuro Plano de Atividades do GAI destacamos os seguintes objetivos:



07. PERSPETIVAS 2012



A segunda fase da privatização da REN marca o início duma nova fase da vida da empresa. O principal acionista passa a ser a State Grid, a maior *utility* do mundo, com 25% do capital, e o segundo maior a Oman Oil, com 15%. Estes acionistas trazem uma perspetiva global que favorece a internacionalização da empresa.

No seu plano estratégico 2010-2016 a REN definiu como um dos seus objetivos a exploração de negócios fora de Portugal, como via para o crescimento e criação de valor acionista, sobretudo após a passagem do ciclo de maior investimento interno associado à interligação das redes ibéricas e à integração na rede nacional dos novos centros de produção eólica.

Nesse documento a África Austral e a América Latina foram definidas como áreas prioritárias.

Com o Acordo Quadro firmado com a State Grid esse objetivo foi claramente prosseguido. A REN e a State Grid acordaram em criar sociedades mistas para concorrer a projetos em Angola e Moçambique, e acordaram concorrer em consórcio a projetos no Brasil. Estão ainda previstos no Acordo atividades de prestação de serviços na China e no Brasil.

Por outro lado, a REN consegue acesso a financiamento oriundo da China que lhe permite encarar um futuro de crescimento que de outra forma lhe

estava vedado, pelo menos enquanto durar a situação crítica da zona euro.

Pelo seu lado, o Acordo Quadro entre a REN e a Oman Oil abre perspetivas de venda de serviços na zona do Golfo.

Alavancando o potencial da empresa nestas duas parcerias estratégicas, bem como na maior capacidade financeira proporcionada pelo Acordo com a State Grid, a REN irá consolidar a sua posição de liderança na gestão de infraestruturas energéticas em Portugal e iniciar o seu processo de crescimento no exterior. Dessa forma será prosseguida a criação de valor para os *stakeholders* da empresa, ao mesmo tempo que se irá reduzindo a concentração dos riscos geográfico e regulatório.

08. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido consolidado da REN SGPS, S.A. no exercício de 2011 ascendeu a 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).

Considerando o exposto, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 28.º dos Estatutos da REN, SGPS, S.A. e dos artigos 31.º a 33.º e 66.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, apurado nas demonstrações financeiras

individuais, segundo o normativo SNC, no valor de 112 552 875,21 Euros (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco euros e vinte e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Para reserva legal: 5 627 643,76 Euros (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e setenta e seis cêntimos);
- Para dividendos: 90 246 000,00 Euros (noventa milhões, duzentos e quarenta e seis mil euros) correspondente

a uma distribuição de 75,845% do resultado consolidado da REN, SGPS, S.A. no exercício de 2011, que ascende a 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por acção de 0,169€.

- Para reservas livres: 16 679 231,45 Euros (dezasseis milhões, seiscentos e setenta e nove mil duzentos e trinta e um euros e quarenta e cinco cêntimos).

02 SUSTENTABILIDADE NA REN



PROTEGEMOS AS NOVAS GERAÇÕES

Com o Programa de Reconversão da Ocupação do Solo da faixa de proteção, a REN assumiu o compromisso de plantar 410 mil árvores. Mas a empresa decidiu ir mais além e reflorestou os terrenos sobrepassados pelas suas linhas, adotando técnicas de prevenção de fogos florestais, contribuindo assim para a valorização da paisagem e proteção do futuro das novas gerações.

REN. A REDE QUE NOS UNE



01. ABORDAGEM DE SUSTENTABILIDADE

1.1 INTRODUÇÃO

Questão aos stakeholders:

Considera que a REN tem uma visão clara das suas responsabilidades económicas, ambientais e sociais?

Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)

A informação de sustentabilidade disponibilizada neste relatório integrado é referente ao ano de 2011 e abrange a atividade das empresas REN – Rede Elétrica Nacional S.A., REN Gasodutos S.A., REN Armazenagem S.A., REN Atlântico S.A., REN Trading S.A., REN Serviços S.A., REN Telecom S.A. e ENONDAS S.A.. Sempre que possível os indicadores reportados são apresentados de forma discriminada, à exceção dos indicadores económicos que são apresentados de forma consolidada para

todo o Grupo. Quando os indicadores não correspondem ao âmbito referido, tal fato é expressamente assinalado no documento.

Este relatório foi elaborado de acordo com a terceira versão das *diretrizes da Global Reporting Initiative*, com base nos protocolos de indicadores gerais e no suplemento setorial para o setor elétrico, tendo-se adotado e respondido de forma completa aos requisitos correspondentes ao nível de aplicação A+ da GRI.

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração						✓
Verificação por entidade externa						✓

A REN respeita o compromisso decorrente da adesão, em 2005, à iniciativa das Nações Unidas "Global Compact", de fornecer informação sobre o progresso da implementação dos dez princípios, assinalada ao longo do presente reporte.

Princípios dos Direitos Humanos

- 1 Respeitar e proteger os direitos humanos
- 2 Impedir violações dos direitos humanos

Princípios do Direito do Trabalho

- 3 Apoiar a liberdade de associação no trabalho
- 4 Abolir o trabalho forçado
- 5 Abolir o trabalho infantil
- 6 Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho

Princípios de Proteção Ambiental

- 7 Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
- 8 Promover a responsabilidade ambiental
- 9 Incentivar tecnologias que não agredem o ambiente

Princípio contra a Corrupção

- 10 Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno



Na alínea 1.1 do ponto II dos anexos é apresentada a tabela de correspondência entre os conteúdos deste relatório e os referidos requisitos. Este documento foi sujeito a verificação externa independente pela Deloitte & Associados, SROC S.A., de acordo com os princípios da norma

ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*), considerando igualmente os princípios da norma AA1000AS AccountAbility 1000 Assurance Standard (2008), e com referência à GRI e à norma AA1000APS *Accountability Principles Standard* (2008).

AA1000APS ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD (2008)

A aplicação dos princípios da norma AA1000APS, que a seguir se apresenta de forma sintética, teve reflexos nos vetores estratégicos bem como nos conteúdos do presente relatório.

- Inclusão (participação das partes interessadas no desenvolvimento e implementação da estratégia de sustentabilidade): foram definidas metodologias e processos para envolvimento e participação das várias partes interessadas, tal como descrito no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas”. Os resultados foram integrados na revisão da Estratégia de Sustentabilidade da REN, facto também mencionado no capítulo referido.
- Relevância (determinação dos temas relevantes para a REN e para as partes interessadas): para a identificação dos temas relevantes foi efetuada uma análise de *benchmark* a empresas de referência e às principais tendências do setor, sendo também considerados os resultados da consulta às partes interessadas, realizada em 2011, tal como descrito no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas”.
- Resposta (resposta da REN aos temas relevantes, através das suas decisões, ações, desempenho e comunicação): a REN procura responder às expectativas e preocupações demonstradas especificamente por cada parte interessada, de forma individual ou global. Este relatório constitui, em termos globais, a principal forma de comunicação utilizada para divulgação da estratégia da empresa, suas iniciativas e desempenho alcançado.

Neste capítulo e no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas” é fornecida informação mais pormenorizada sobre a aplicação destes princípios.

Declaração Política Responsabilidade Social

www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Sustentabilidade

1.2 O QUE FOI FEITO

A REN cumpriu em 2011 o compromisso anteriormente assumido de reavaliar os temas mais relevantes para as partes interessadas de modo a garantir que a estratégia da empresa dá resposta às suas expectativas e preocupações e se mantém adequada em relação aos desafios que atualmente enfrenta.

O processo de revisão das prioridades estratégicas em matéria de sustentabilidade foi realizado em 2011 no âmbito da segunda fase do projeto “+Sustentabilidade”. Esta atividade, realizada com o objetivo de melhorar a integração dos aspetos do

desenvolvimento sustentável nos diferentes processos de negócio da empresa, foi concretizada através da análise conjunta de diferentes fontes de informação:

- Resultados do processo de auscultação às partes interessadas;
- Resultados da análise de *benchmark* a oito congéneres da REN;
- Resultados de avaliação e recomendações de agências de avaliação de *social responsible investment*



O trabalho efetuado permitiu identificar as seguintes prioridades estratégicas para a REN, em matéria de sustentabilidade:

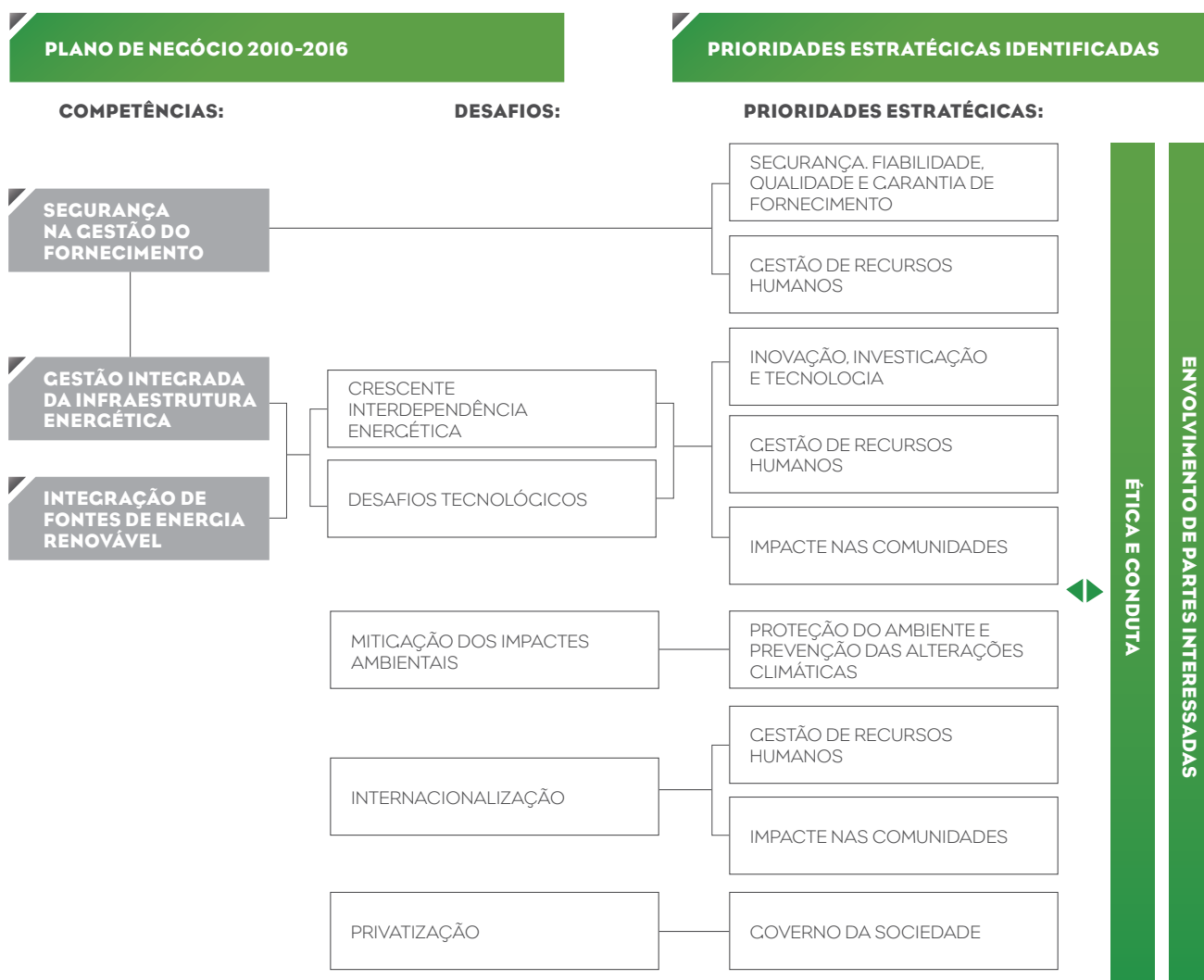


Estas prioridades, uma vez alinhadas com o plano de negócios 2010-2016 da empresa, permitirão a identificação

de novos compromissos em matéria de sustentabilidade para o período de 2013 a 2015.

IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

CRUZAMENTO ENTRE O PLANO DE NEGÓCIO E AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS IDENTIFICADAS



1.3 RECONHECIMENTOS

ENGAGEMENT RATING 2011

- A Sair da Casca, em parceria com a revista Exame, publicou no final de 2011 o estudo "Engagement Rating 2011". Este estudo, que vem sendo publicado desde 2008, baseado na metodologia da *Accountability Rating*, colocou a REN no Top-10 das empresas mais transparentes a nível ibérico, ocupando o 7.º lugar na classificação nacional.
- A REN foi distinguida como uma das empresas líderes na península ibérica no que respeita ao desempenho e informação publicada em matéria de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho. Este estudo distinguiu também a empresa com o 2.º lugar em matéria de reporte ambiental (informação sobre energia, emissões e impactes na biodiversidade) e no 3.º lugar nas dimensões estratégica e de gestão.

✓ VICEO RATING

- Num relatório de *rating* de responsabilidade social corporativa do setor das *utilities* de eletricidade e gás natural da agência Vigeo, a REN foi classificada em 1.º lugar a nível ibérico e no 2.º lugar a nível europeu.
- Aquela agência analisou informação de 28 empresas europeias em seis domínios – ambiente, recursos humanos, direitos humanos, envolvimento com a comunidade, comportamento empresarial e *corporate governance*.

✓ OEKOM RATING

- Ainda no domínio da responsabilidade social, a REN alcançou a classificação B+ no *rating* da agência Oekom Research AG.
- A REN foi uma das duas empresas com melhor pontuação num universo de 43 *utilities* do setor energético a nível internacional, tendo sido classificada como empresa *Prime* pelo seu desempenho.

✓ WORLD FINANCE AWARD (EMPRESA DA DÉCADA EM PORTUGAL)

- A *World Finance*, publicação londrina internacional impressa e *online*, especializada em assuntos financeiros, atribuiu à REN a distinção de Empresa da Década em Portugal (2000-2010). O prémio teve por base critérios tão distintos como as soluções desenvolvidas para o mercado, a inovação, a sustentabilidade, o histórico e a capacidade de adaptação às

alterações dos negócios globais. Foram ainda tidas em conta a preocupação com a comunidade, a longevidade e as perspetivas de crescimento.

- A REN junta-se assim à Apple (EUA), Nokia (Finlândia), Toyota (Japão), ENI (Itália), Sonangol (Angola) ou Samsung (Coreia do Sul), anteriormente premiadas.

✓ APAI (MELHOR RESUMO NÃO TÉCNICO DE ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL ATRIBUÍDO PELA APAI)

- A Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI) atribuiu à REN o prémio para o melhor resumo não técnico (RNT) de estudo de impacte ambiental (EIA). O prémio distinguiu o RNT do EIA da linha Armamar – Recarei e confirmou a excelência técnica da abordagem e das equipas da empresa.

✓ CARBON DISCLOSURE PROJECT 2011

- Pelo terceiro ano consecutivo a REN respondeu ao questionário promovido pelo *Carbon Disclosure Project*, tendo, pela primeira vez, tornado pública a sua resposta. Também pela primeira vez foi publicada uma análise das empresas ibéricas que participaram no CDP ("*CDP Iberia 125 Report 2011*") onde a REN ficou classificada em 8.º lugar a nível nacional em matéria de transparência e divulgação de informação sobre as suas emissões de gases com efeito de estufa e políticas de prevenção das alterações climáticas, com uma pontuação de 69%.

02. COMPROMISSOS



Sem prejuízo de outras iniciativas e ações desenvolvidas que são referenciadas ao longo deste relatório, apresenta-se em seguida o balanço

dos compromissos assumidos para o triénio 2010-2012 em matéria de sustentabilidade:

DIMENSÃO	MOTIVAÇÕES	AÇÕES TRIÉNIO 2010-2012	AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2011
1. Código de conduta	<ul style="list-style-type: none"> Adesão por parte dos colaboradores e restantes partes interessadas a princípios éticos e de integridade 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a adequação do código de conduta face aos princípios de responsabilidade social 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do código de conduta, com a inclusão de novos artigos e a reformulação de artigos já existentes
		<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a divulgação do código de conduta 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um questionário sobre o código de conduta, dirigido aos colaboradores, para priorização de ações de formação e sensibilização
2. Conhecimentos técnicos e especializados do setor energético	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do <i>know-how</i> técnico e especializado entre colaboradores 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a transferência de conhecimentos técnicos e especializados entre as diferentes gerações dos colaboradores da REN 	<ul style="list-style-type: none"> Programa FORMAR Programa VIVA Projeto de Gestão do Conhecimento Encontros de Gestão
3. Gestão do risco	<ul style="list-style-type: none"> Minimização das ameaças e riscos a nível estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a implementação do modelo de gestão do risco 	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização e implementação do novo processo de gestão de risco alinhado com a norma ISO 31000
4. Responsabilidade social empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização das práticas de responsabilidade social empresarial num sistema de gestão de responsabilidade social, integrando-o com o sistema de gestão de qualidade, ambiente e segurança 	<ul style="list-style-type: none"> Alargar o âmbito dos procedimentos que são comuns ao sistema integrado de gestão de qualidade, ambiente e segurança 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da documentação de aplicação transversal ao sistema para endereçar de diversos aspetos de responsabilidade social
		<ul style="list-style-type: none"> Implementar os requisitos da norma SA 8000 de modo a reforçar as práticas e políticas da REN 	<ul style="list-style-type: none"> Feito o planeamento dos trabalhos a desenvolver

(CONTINUAÇÃO)

DIMENSÃO	MOTIVAÇÕES	AÇÕES TRIÊNIO 2010-2012	AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2011
5. Envolvimento com as partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da motivação dos colaboradores • Melhoria do relacionamento com as partes interessadas da REN 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os compromissos com os colaboradores • Desenvolver um programa de envolvimento com a comunidade • Reforçar o relacionamento e envolvimento com os proprietários de terrenos • Promover a partilha de informação e o conhecimento especializado entre empresas e entidades do setor energético 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço de competências dos colaboradores e promoção da comunicação interna, através dos novos Programas VIVA e STAR • Realização dos Encontros REN • Ações de voluntariado • Ações de mecenato cultural • Apoio a associações nacionais e locais de inclusão social • Reforço das atividades relacionadas com o cumprimento da norma AA1000 através da auscultação de partes interessadas da REN, incluindo os proprietários de terrenos • Estabelecimento de parcerias académicas e científicas regulares • Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais em organizações e associações setoriais. • Publicação de artigos científicos e participação ativa em conferências internacionais e fóruns de debate
6. Alterações climáticas e consumo de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Redução das emissões de gases com efeito de estufa e melhoria da eficiência do consumo de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a eficiência energética das instalações e operações • Reforçar a utilização das energias renováveis no consumo energético das instalações 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de medidas de eficiência energética nas instalações da REN Armazenagem e da REN Atlântico decorrentes das auditorias energéticas efetuadas • Exploração industrial dos painéis solares instalados nas GRMS 1109 (Seixal) e 1209 (Frielas)
7. Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento por parte da sociedade e colaboradores, das práticas de sustentabilidade da REN nas várias vertentes do negócio • Satisfação das partes interessadas da REN • Consolidação do posicionamento da REN no domínio das novas tecnologias, inovação e investigação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a comunicação das práticas de responsabilidade social empresarial da REN • Incorporar os princípios de responsabilidade social no processo de seleção e avaliação de fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de comunicações e intervenções em diversos eventos • Prestação de informações em avaliações de <i>rating</i> por agências internacionais e resposta a questionários de sustentabilidade e responsabilidade social • Revisão do processo de qualificação de fornecedores com inclusão de questões de responsabilidade social empresarial

03. DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS



Em continuidade do trabalho desenvolvido em 2007 e 2009 e cumprindo o compromisso assumido no relatório de sustentabilidade 2010, em 2011 foi revisto o mapeamento e foi realizada uma nova auscultação das partes interessadas relevantes

para a REN, no âmbito da segunda fase do projeto “+Sustentabilidade”. Esta iniciativa, iniciada em março de 2009, tem como principal objetivo melhorar a integração dos aspectos da sustentabilidade nos diferentes processos de negócio da empresa.

3.1 ENQUADRAMENTO DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

O processo de auscultação iniciou-se com uma revisão exhaustiva do mapeamento de partes interessadas, tendo por referência as melhores práticas adotadas a nível internacional (e.g., norma AA1000APS – *Assurance Principles Standards* – 2008). Procedeu-se, assim, à identificação e hierarquização das principais partes interessadas da REN, tendo em consideração o binómio impacto de cada grupo no processo de tomada de decisão da REN *versus* impacto da REN na atividade e desempenho desse mesmo grupo.

A revisão do mapeamento das partes interessadas foi efetuada através da realização de sessões internas de *focus group*, que contaram com a participação de 21 colaboradores de diversas áreas funcionais da empresa, com o objetivo de:

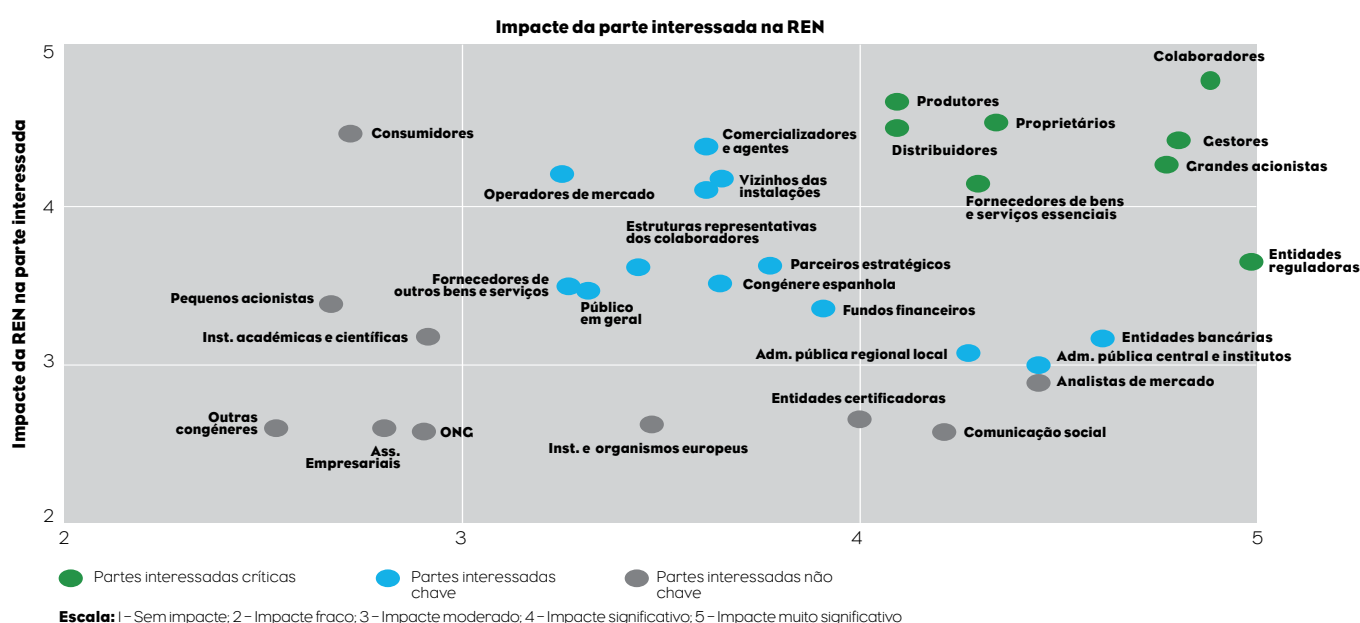
- Identificar e priorizar as partes interessadas de acordo com os critérios da norma AA1000 APS;

- Selecionar as entidades a auscultar;
- Identificar e priorizar os temas relevantes para cada grupo ou subgrupo de partes interessadas, tendo por base a auscultação e os trabalhos anteriormente efetuados, bem como um estudo de *benchmarking* relativo a empresas congéneres;
- Avaliar o desempenho da REN e apresentar sugestões de melhoria, tendo em vista a revisão das prioridades de atuação da empresa em prol do desenvolvimento sustentável;
- Avaliar a perceção e as expectativas dos colaboradores sobre o desempenho da REN em matéria de sustentabilidade.

Como resultado da revisão do mapeamento das partes interessadas, estas foram categorizadas em três conjuntos, por ordem de importância: partes interessadas críticas, chave e não chave.

GRUPOS E SUBGRUPOS DE PARTES INTERESSADAS DA REN

CLIENTES E UTILIZADORES DE INFRAESTRUTURAS <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTORES • COMERCIALIZADORES E AGENTES • DISTRIBUIDORES • CONSUMIDORES • OPERADORES DE MERCADO • CONGÉNERE ESPANHOLA • OUTRAS CONGÉNERES 	ACIONISTAS <ul style="list-style-type: none"> • GRANDES ACIONISTAS • PEQUENOS ACIONISTAS • FUNDOS FINANCEIROS 	COLABORADORES <ul style="list-style-type: none"> • GESTORES • TRABALHADORES • REFORMADOS • ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES 	FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO <ul style="list-style-type: none"> • FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS • FORNECEDORES DE OUTROS BENS E SERVIÇOS • ENTIDADES CERTIFICADORAS
ENTIDADES OFICIAIS <ul style="list-style-type: none"> • ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL E INSTITUTOS DO ESTADO • ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL • INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS EUROPEUS • ENTIDADES REGULADORAS 	SETOR FINANCEIRO <ul style="list-style-type: none"> • ENTIDADES BANCÁRIAS • ANALISTAS DE MERCADO 	COMUNIDADE <ul style="list-style-type: none"> • INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS • ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS • ONG • COMUNICAÇÃO SOCIAL • PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS DAS SERVIDÕES • VIZINHOS DAS INSTALAÇÕES • PÚBLICO EM GERAL 	ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS <ul style="list-style-type: none"> • ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS



Os colaboradores, proprietários, produtores, distribuidores, grandes acionistas, fornecedores de bens e serviços essenciais e as entidades reguladoras são os subgrupos mais

críticos, confirmando globalmente os resultados do último exercício de mapeamento das partes interessadas realizado em 2009.

PARTES INTERESSADAS CRÍTICAS (2009)

- COLABORADORES
- DISTRIBUIDORES DE ENERGIA
- PRODUTORES DE ENERGIA
- PROPRIETÁRIOS
- ACIONISTAS
- ENTIDADES REGULADORAS
- FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS
- ENTIDADES OFICIAIS
- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PARTES INTERESSADAS CRÍTICAS (2011)

- COLABORADORES
- GESTORES
- DISTRIBUIDORES DE ENERGIA
- PRODUTORES DE ENERGIA
- PROPRIETÁRIOS
- GRANDES ACIONISTAS
- ENTIDADES REGULADORAS
- FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Após a validação do mapeamento das partes interessadas e da identificação das entidades a consultar, foi desenvolvido um novo ciclo de auscultação das primeiras de modo a colher a sua opinião sobre:

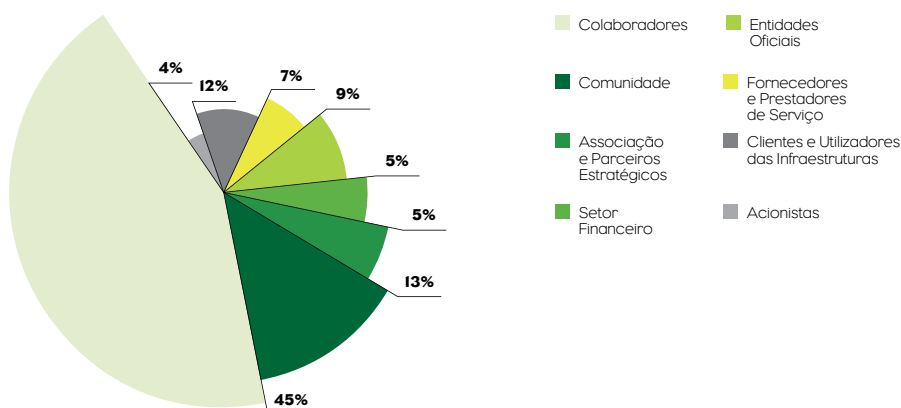
- A visão e desempenho da REN no domínio da sustentabilidade;
- A reputação e imagem da REN;
- O nível de envolvimento da REN com as partes interessadas e os principais

meios e canais de comunicação utilizados;

- Identificar e hierarquizar os temas considerados mais relevantes no seu relacionamento com a REN.

A auscultação foi realizada tendo por base um questionário que foi respondido em entrevistas presenciais, por via telefónica ou por escrito. A amostra incluía 65 pessoas de oito grupos de partes interessadas, distribuídas da seguinte forma:

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA



Dada a particular relevância do grupo de partes interessadas “colaboradores”, o questionário foi também disponibilizado na intranet corporativa da empresa.

A taxa de respostas a este processo de auscultação foi de:

- 86,1% das pessoas da amostra (56 de um total de 65);
- 36,8% de trabalhadores da REN ao questionário via intranet (270 de um total de 734 trabalhadores).

3.2 RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

Os resultados são apresentados em seguida de uma forma agregada. Complementarmente, ao longo do separador sustentabilidade deste relatório são apresentadas as respostas às questões colocadas no relatório de sustentabilidade 2010.

REPUTAÇÃO E IMAGEM

Destacam-se como aspetos melhor pontuados, numa escala de 1 a 5, o serviço da REN, em termos de qualidade, fiabilidade e garantia de abastecimento (4,7), o contributo positivo da empresa para a sociedade (4,5) e a responsabilidade ambiental da empresa (4,3).



Estes resultados agregados foram calculados tendo como referência a média das respostas de cada grupo de partes interessadas a cada uma das perguntas, ponderadas para o cálculo dos resultados globais de acordo com a relevância de cada grupo identificada no mapeamento realizado em 2011.

TEMAS RELEVANTES E DESEMPENHO EM SUSTENTABILIDADE

Os temas “Qualificação dos recursos humanos e satisfação dos

colaboradores”, “Inovação, investigação e tecnologia” e “Segurança, fiabilidade, qualidade e garantia do abastecimento” foram os que tiveram maior percentagem de referências e os que foram considerados mais importantes. Destes temas, o desempenho da REN foi classificado como muito positivo no que se refere ao tema “Segurança, fiabilidade, qualidade e garantia de abastecimento”. Um dos assuntos cujo desempenho teve uma avaliação menos positiva foi o da “Comunicação interna e externa”.

TEMAS RELEVANTES (2009)

- FIABILIDADE, QUALIDADE, GARANTIA DO FORNECIMENTO E INTEGRAÇÃO DE MERCADOS
- SEGURANÇA E MECANISMO DE PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE CRISE
- PROTEÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
- TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO COM OS AGENTES
- QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
- COMUNICAÇÃO

TEMAS RELEVANTES (2011)

- SEGURANÇA, FIABILIDADE, QUALIDADE E GARANTIA DO ABASTECIMENTO.
- DESEMPENHO AMBIENTAL
- INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA
- ÉTICA E CONDUTA
- QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
- ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS
- GOVERNO DA SOCIEDADE

ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS

Do processo de auscultação é possível concluir que o tipo de envolvimento da REN e o modo de comunicação com as partes interessadas são considerados muito positivos pelas entidades auscultadas, tendo 82% das respostas revelado satisfação. No que se refere ao tempo de resposta da empresa às necessidades, opiniões e principais expectativas das partes interessadas, a média global ponderada de avaliação foi 4,11, numa escala de 1 (fraco) a 5 (muito bom). É de salientar que foram identificadas oportunidades de melhoria referentes ao processo de envolvimento/ comunicação, nos grupos “clientes e utilizadores de infraestruturas”, “comunidade” e “colaboradores”.

Reconhecendo-se a importância da satisfação dos clientes e utilizadores de infraestruturas com os serviços prestados pela empresa, é crucial a monitorização e medição do grau de satisfação. Por esse motivo foi desenvolvido um sistema de avaliação da qualidade apercebida e da satisfação do cliente, tendo sido realizados os primeiros estudos em 2008 e em 2009, que incidiram sobre os negócios da eletricidade e do gás natural, respetivamente. Nesses estudos foi utilizado um modelo de satisfação do cliente compatível com o usado na metodologia do ECSI (*European Customer Satisfaction Index*), compreendendo um modelo estrutural e um modelo de medida com um conjunto vasto de indicadores.

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DE CLIENTES EM 2011

No último trimestre de 2011 iniciou-se um novo estudo de satisfação dos clientes/utilizadores das infraestruturas de eletricidade e gás natural para monitorizar a evolução relativamente aos estudos anteriores. No estudo de 2011 o universo de participantes duplicou, com um total de 184 participantes (30 gás natural e 154 eletricidade).

O estudo visa abordar temas que ajudem a REN a identificar oportunidades de melhoria das estratégias, dos serviços, dos processos e das características valorizadas pelos clientes, para fortalecimento da lealdade/confiança, qualidade apercebida e satisfação, em particular:

- Determinar índices de satisfação global, por negócio e por segmento, bem como os resultados por indicador;
- Identificar pontos fortes, pontos a melhorar e áreas de atuação prioritária tendo em vista aumentar a satisfação e a lealdade/confiança dos clientes;
- Proporcionar informação que permita identificar ações a tomar para melhorar a qualidade apercebida;
- Comparar os resultados do presente estudo com os dos estudos anteriores, com os de outros setores a nível nacional e com os de organizações estrangeiras do setor da energia;
- Avaliar a resposta dos agentes de mercado às novas plataformas.

Para a execução do estudo contratou-se uma entidade externa e independente, que efetuou a recolha dos dados através de um questionário *online* e o seu tratamento estatístico, a qual assegura a devida confidencialidade das respostas. Esta entidade segue o código de conduta da ESOMAR – *European Society for Opinion and Marketing Research Association* e garante, na execução do estudo, a observação do Código Português para Estudos de Mercado e Opinião (CODEMO) e uma atuação em conformidade com a lei de proteção dos dados.

Apresentam-se na tabela alguns dos resultados do estudo, incluindo os índices de satisfação e lealdade/confiança bem como outros indicadores em linha com temas considerados relevantes pelos clientes.

RESULTADOS DO ESTUDO DE 2011	GLOBAL	ELETRICIDADE	CÁS NATURAL
Satisfação	7,0	6,9	7,3
Lealdade/confiança	7,7	7,6	7,9
Contribui para o desenvolvimento sustentável	7,2	7,2	7,0
Envolve-se com as comunidades locais	6,8	6,7	7,0
Preocupa-se com as questões do ambiente	7,6	7,6	7,8
Garantia de abastecimento e satisfação dos critérios de qualidade e segurança	7,7	7,5	8,3

ESCALA DE 1 A 10 EM QUE 1 REPRESENTA O NÍVEL MAIS BAIXO E 10 O MAIS ELEVADO. UM RESULTADO IGUAL OU SUPERIOR A 6 É CONSIDERADO POSITIVO

Identificadas as expectativas das partes interessadas da REN, validadas no processo de auscultação e no envolvimento diário que existe, foi definido um conjunto de soluções e

respostas, a seguir sumariamente apresentadas, em ligação com as prioridades da empresa em matéria de sustentabilidade.

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade dos resultados • Dividendos • Crescimento sustentado • Aumento dos resultados • Cotação em bolsa • Partilha de informação • Comunicação de informação e indicadores referentes à segurança, fiabilidade, qualidade e garantia do abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria e eficiência da gestão • Clareza e transparência da informação divulgada • Publicação do relatório integrado 2011, incluindo informação de sustentabilidade, gestão, governo societário, contas consolidadas e individuais • Relatórios de Qualidade de Serviço 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta
Setor financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de oportunidades de negócio • Fortalecimento das relações com a REN • Partilha de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento próximo • Disponibilização de informação relevante • Publicação do relatório integrado 2011, incluindo informação de sustentabilidade, gestão, governo societário, contas consolidadas e individuais 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Consultas à comunidade • Relacionamento e comunicação com proprietários e vizinhos de instalações • Criação de parcerias e maior proximidade com o meio empresarial • Impactes e condicionantes gerados pelas infraestruturas • Apoio especializado à comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Auscultação de partes interessadas realizada em 2011 • Consultas públicas no âmbito das avaliações ambientais • Fornecimento de esclarecimentos necessários e contacto direto com os proprietários dos terrenos • Partilha de Conhecimento • Estabelecimento de parcerias de I&D • Prémio REN • Integração de jovens estagiários • Elaboração de pareceres sobre a viabilidade de construção • Manutenção dos corredores da rede 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta Impacte nas Comunidades Inovação, Investigação e Tecnologia

(Continuação)

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de gestão de carreiras Formação adequada e específica aos colaboradores Avaliação de desempenho Benefícios atribuídos Partilha de informação Comunicação e formação no Código de Conduta Incubadoras de ideias / projetos Parcerias com faculdades e institutos de modo a permitir o estudo e o desenvolvimento de tecnologias de ponta Sensibilização ambiental interna 	<ul style="list-style-type: none"> Política de Gestão de Recursos Humanos Planos de carreira Política de Formação da REN e Programa FORMAR Programa VIVA Projeto de Gestão do Conhecimento REN Política de Gestão de Desempenho e Programa STAR Elaboração de um questionário sobre o Código de Conduta a aplicar aos colaboradores em 2012 para posterior formação nos temas mais relevantes Auscultação de partes interessadas realizada em 2011 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta Gestão de Recursos Humanos Inovação, Investigação e Tecnologia
Entidades oficiais	<ul style="list-style-type: none"> Utilização das melhores práticas de construção Planeamento da rede com preocupações ao nível do ordenamento do território e minimização dos impactos ambientais Modelos regulatórios e tarifários Desvios tarifários Conformidade operacional Qualidade técnica do serviço Investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico Partilha de informação 	<ul style="list-style-type: none"> Sessões de esclarecimento dos planos e programas (PDIRT e PDIR) Revisão de projetos Elaboração de relatórios técnicos e pareceres Publicação de relatórios de acompanhamento Relatórios da qualidade do serviço Clareza e transparência da informação divulgada 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta Segurança, Fiabilidade, Qualidade e Garantia de Fornecimento
Associações e parceiros estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar e melhorar a comunicação com as comunidades afetadas com a construção das linhas, bem como implementar medidas de compensação das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da comunicação e implementação de projetos em parceria 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta Impacte nas Comunidades
Clientes e utilizadores de infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> Partilha de informação Condições de acesso e de ligação à rede de transporte Condicionamentos ambientais e ordenamento do território Ligações à rede Cumprimento do planeamento Necessidades de infraestruturas Desenvolvimento da rede, localização, prazos e contratos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da satisfação de clientes Relatórios de acompanhamento Relatórios da qualidade do serviço Elaboração da caracterização da RNT para acesso à rede e interligações Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade (PDIRT) Publicação do programa de disponibilidade de energia (gás) Adequação da regulamentação (gás) Elaboração do manual operacional (gás) 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta Protecção do Ambiente e Prevenção das Alterações Climáticas Segurança, Fiabilidade, Qualidade e Garantia de Fornecimento Inovação, Investigação e Tecnologia

(Continuação)

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
Fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade técnica e qualidade do produto/serviço • Identificação, seleção e qualificação de fornecedores • Cooperação para melhoria da segurança • Estabelecimento de parcerias • Partilha de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de condições para a diversificação do mercado • Atribuição de prémios de melhor desempenho em segurança • Sistema de qualificação e avaliação de fornecedores, com requisitos que incluam componentes técnicas e de qualidade de serviço, aspetos relativos à responsabilidade social, à segurança no trabalho e à gestão ambiental • Publicação de um <i>ranking</i> dos resultados da avaliação fornecedores • Formação para empreiteiros 	Envolvimento com Partes Interessadas Ética e Conduta

A REN adota um conjunto diferenciado de formas e meios de comunicação e resposta às necessidades e expectativas

dos diferentes grupos de partes interessadas, sintetizado na tabela seguinte:

FORMAS DE COMUNICAÇÃO	INVESTIDORES/ACIONISTAS	DISTRIBUIDORES DE ENERGIA	PRODUTORES DE ENERGIA	SETOR FINANCEIRO	INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS	COLABORADORES	ENTIDADES REGULADORAS	PROPRIETÁRIOS E COMUNIDADE LOCAL	ENTIDADES OFICIAIS	FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS	ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS
Assembleia Geral	●			●			●				
Comissões paritárias		●	●								
Roadshows	●										
Reuniões e grupos de trabalho		●	●	●		●		●	●	●	●
Conferências e workshops				●	●						
Jobshops					●						
Visitas de estudo					●						
Dia do investidor	●			●							
Gabinete de Relações com o Investidor	●			●							
Canal Investidor no sítio da REN na Internet	●			●							
Sítio da CMVM na Internet		●					●				
Sítio da REN na Internet	●	●		●	●	●	●	●	●	●	●
Sistema de Informação do Mercado de Energia			●								
Sistema informático da ERSE – SIGNO							●				
Sistema RePro										●	
Plataforma eletrónica de compras										●	
Salas de controlo da rede			●								
Gabinete de apoio em obra								●			
Sessões de esclarecimento						●		●	●	●	
Número verde								●			
Relatório e Contas	●			●	●	●	●		●	●	
Publicações periódicas							●				
Divulgação de editais								●			
Processos de avaliação de impacte ambiental								●	●		
Prémio de Segurança REN										●	
Avaliação de desempenho de fornecedores								●		●	
Inquérito de avaliação da qualidade apercebida			●						●		
Inquéritos de satisfação e clima organizacional						●					
Canal REN TV						●					
Intranet REN						●					
Boletim interno						●					
Eventos sociais						●					
Portal de Recursos Humanos						●					

Periodicidade

● Contínuo

● Periódico

● Ocasional

04. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO



Questão aos stakeholders:

Considera que a REN é uma boa empresa para trabalhar?

Média das respostas - 3,9 (numa escala de 1 a 5)

4.1 PRIORIDADES DE RECURSOS HUMANOS

A REN aposta na gestão sustentável dos seus recursos humanos, promovendo o desenvolvimento das suas competências, reconhecendo o mérito das suas equipas e incentivando a motivação e o bem-estar dos colaboradores, numa contínua melhoria da sua política de gestão de recursos humanos.

Em 2011 destacam-se diversas iniciativas que demonstram este compromisso da REN com os seus colaboradores, nomeadamente a

implementação da política de formação da REN (programa FORMAR), a consolidação do Programa VIVA – acolhimento e integração dos novos colaboradores, a definição da política de gestão de desempenho, que visa suportar a ferramenta de gestão de desempenho (Programa STAR) e que está em vigor desde 2010, o início do Projeto de Gestão do Conhecimento, novas iniciativas de mobilização dos recursos humanos, lançamento do Programa Trainee REN e a criação do Comité de Recursos Humanos (CRH).

4.2 COMITÉ DE RH

O Comité de Recursos Humanos (CRH) tem como objetivo geral identificar as necessidades e prioridades estratégicas em matéria de recursos humanos, atuando também como órgão de mobilização, validação e acompanhamento desta matéria na totalidade da estrutura.

Como principais responsabilidades do CRH destacam-se a de dimensionar a estrutura da REN em função das decisões de negócio e dos

investimentos, ser parte ativa na proposta de políticas transversais na REN e, ainda, a de definir e implementar indicadores de gestão de recursos humanos consolidados para as unidades de negócio.

Integram este órgão de gestão um membro da Comissão Executiva da REN, a responsável pela área de recursos humanos e representantes das diversas unidades de negócio da empresa.

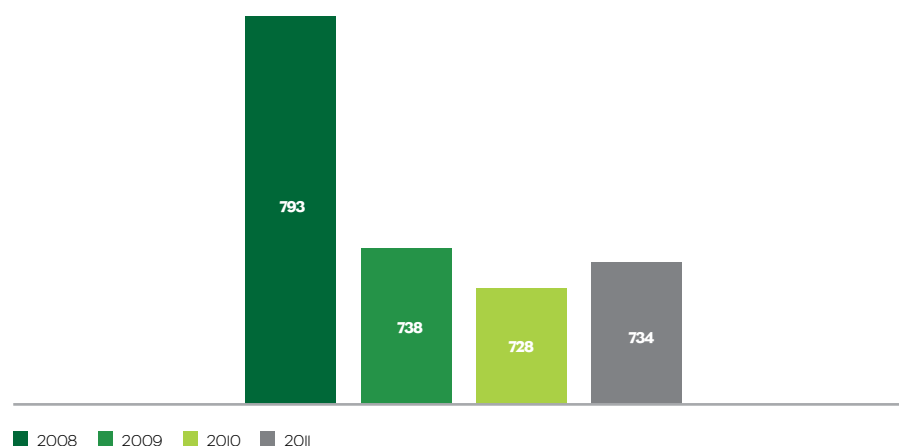
4.3

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 2011 o número de colaboradores da empresa aumentou 0,8% em relação

a 2010, em resultado da entrada de 36 novos colaboradores e da saída de 30..

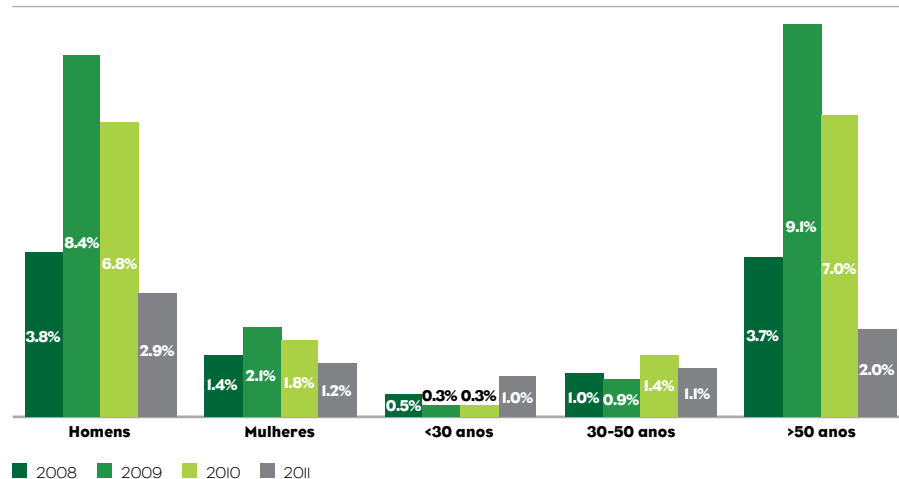
NÚMERO DE COLABORADORES



Registou-se no último ano uma redução de 52% no número de saídas, o que justifica a diminuição da taxa de

rotatividade global de 8,7%, em 2010, para 4,1%.

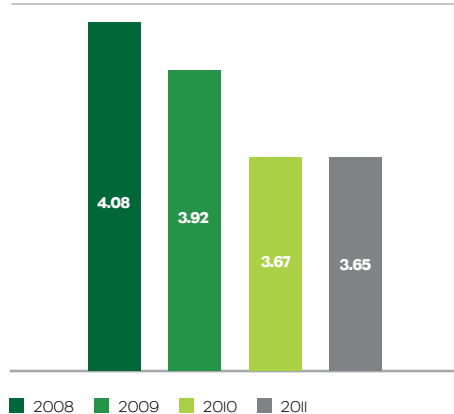
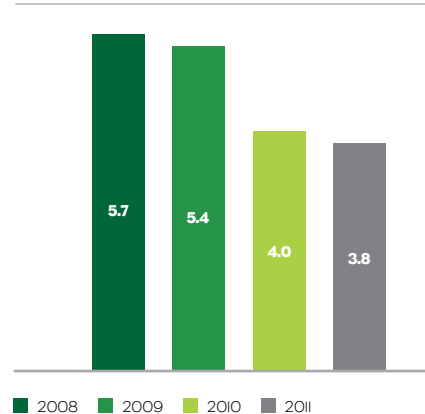
TAXA DE ROTATIVIDADE



Nos anos de 2009 e 2010 verificaram-se elevadas taxas de rotatividade devido à saída de um número significativo de colaboradores em situações de reforma e pré-reforma, bem como à entrada de novos colaboradores para o desempenho de diversas funções na empresa. Prevê-se que cerca de 16% dos colaboradores da empresa passem à situação de reforma nos próximos cinco anos e que este valor aumente

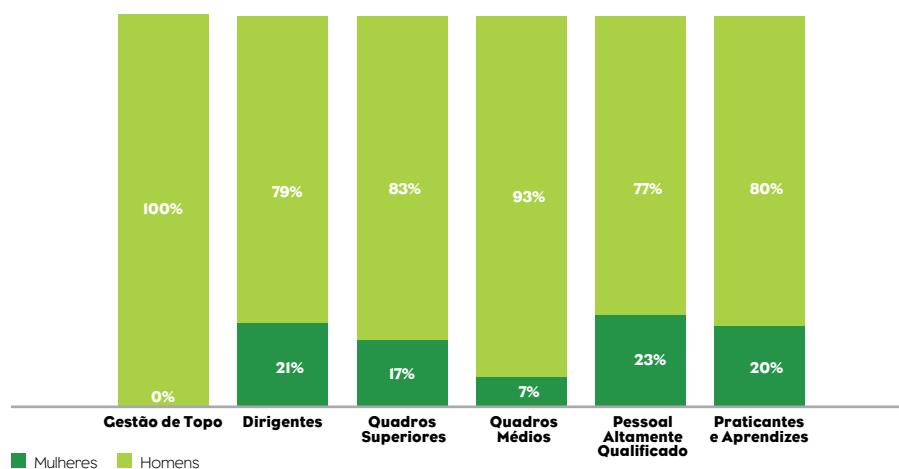
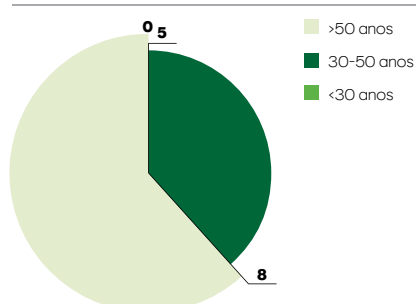
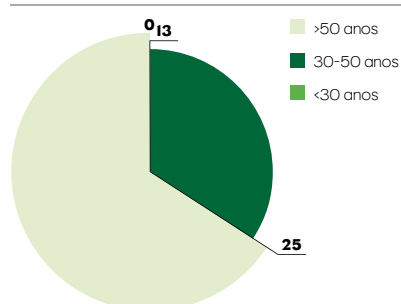
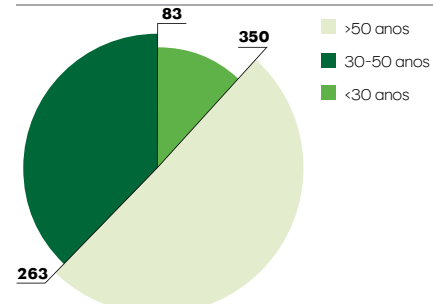
para cerca de 36% nos próximos dez anos.

Em resultado do compromisso da REN na defesa da igualdade de oportunidades nos processos de seleção e recrutamento de novos colaboradores para a empresa, a população feminina tem aumentado nos últimos anos, bem como a sua percentagem em funções de gestão.

**DIVERSIDADE COLABORADORES
(RÁCIO HOMEM/MULHER)****DIVERSIDADE DIRIGENTES
(RÁCIO HOMEM/MULHER)**

A média etária dos colaboradores da REN era em 2011 de 44,5 anos, sendo de salientar que 11% dos colaboradores

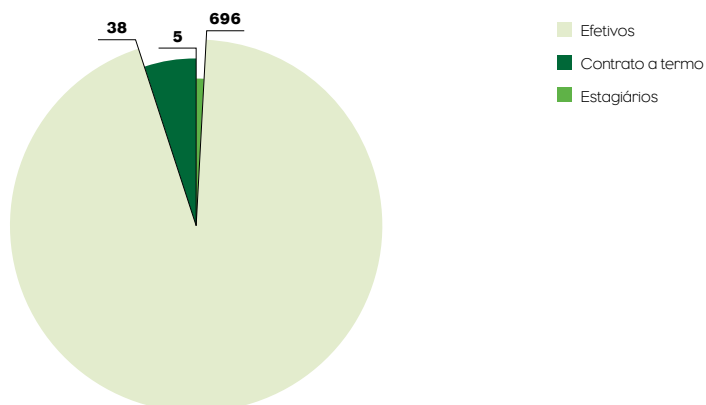
tinham menos de 30 anos em resultado da política de renovação de quadros em curso.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR GÊNERO E CATEGORIA PROFISSIONAL**DISTRIBUIÇÃO DA CESSÃO DE TOPO
POR FAIXA ETÁRIA E CATEGORIA
PROFISSIONAL****DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES
POR FAIXA ETÁRIA****DISTRIBUIÇÃO DOS RESTANTES
COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA**

No que respeita à natureza do vínculo laboral é de referir que 95% dos colaboradores da REN possuíam um

contrato de trabalho permanente. Destes, 59,7% estavam abrangidos por um acordo coletivo de trabalho (ACT).

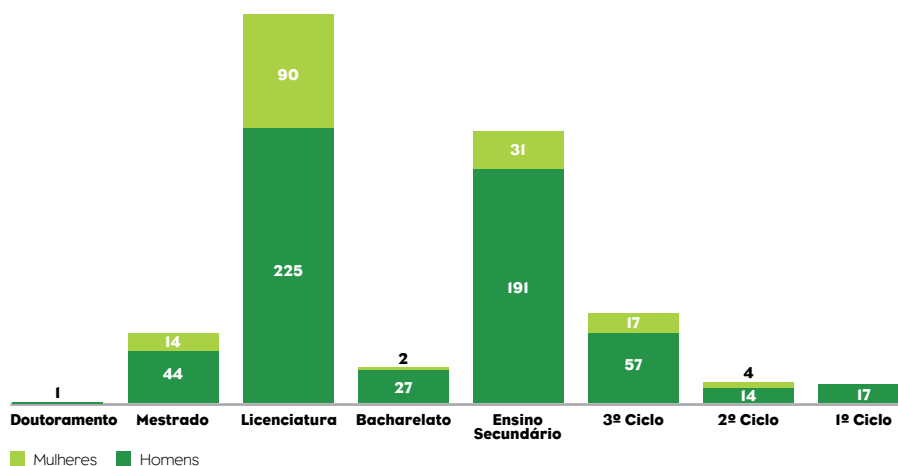
DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO



A distribuição geográfica dos colaboradores mantém-se constante desde 2008, registando-se 70% na

região de Lisboa, 22% na região norte/centro e 8% na região sul.

QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS



Num setor onde o conhecimento técnico especializado é um requisito muito relevante, verifica-se que 55%

dos colaboradores da empresa têm qualificações académicas ao nível do ensino superior.

4.4 DESENVOLVIMENTO, EVOLUÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

O objetivo geral da formação na REN é o de assegurar a aprendizagem permanente alinhada com os valores da empresa, de acordo com as necessidades específicas das funções

e das respetivas áreas. Os princípios genéricos que regem aquelas atividades foram consubstanciados na política de formação da empresa, definida e implementada em 2011.



De acordo com a nova política estão previstos diversos programas e iniciativas, dos quais se destacam:

- **Programa de formação transversal**

Este programa de execução anual, iniciado em abril de 2011, resulta na implementação de ações que

respondem a necessidades formativas específicas e contribuem para o desenvolvimento de competências e conhecimentos de carácter estratégico e transversal. Todos os colaboradores da empresa são abrangidos por este programa de formação transversal.

Objetivos do programa de Formação Transversal 2011

- Desenvolver um conjunto de ações de formação, de forma sequencial para os diferentes níveis da REN.
- Uniformizar a linguagem e otimizar resultados através da gestão e da liderança dos recursos humanos.
- Desenvolver comportamentos de trabalho em equipa e de comunicação.

Resultados do programa de Formação Transversal 2011

- Pessoas focadas no desenvolvimento de competências comportamentais relevantes para a organização.
- Responsáveis por equipas com ferramentas de gestão e de liderança de pessoas.
- Atitudes, comportamentos e, consequentemente, linguagens comuns dentro da REN.
- Foco: “Orientação para as Pessoas”.

• **Programa de formação específica**

A implementação deste programa, iniciado em agosto de 2011 e com data prevista de conclusão em julho de 2012, decorre dos resultados do processo de gestão e avaliação de desempenho realizado no programa STAR e das necessidades identificadas na assunção de novas responsabilidades ou de evolução de carreira. Cabe aos

responsáveis de área individualmente, em articulação com cada colaborador, projetar e priorizar as necessidades e as ações a desenvolver, sendo da responsabilidade da Direção de Recursos Humanos a apresentação, divulgação e gestão do programa e das respetivas ações decorrentes das necessidades identificadas.

Objetivos do programa de Formação Específica 2011

- Assegurar a resposta às necessidades de formação específicas dos colaboradores REN identificadas através do STAR.
- Desenvolver e manter conhecimentos e competências específicos ajustados ao desempenho e às necessidades concretas das funções, das áreas e da empresa.

Resultados do programa de Formação Específica 2011

- Consolidar, manter e/ou desenvolver conhecimentos e competências.
- Melhorar processos e procedimentos.
- Otimizar o desempenho dos colaboradores e equipas.

• **Comparticipação na formação**

Este programa destina-se a compartilhar a frequência de programas avançados, tais como pós-graduações, MBA e mestrados, de acordo com o interesse e pertinência dos mesmos para o colaborador e para a REN.

• **Seminários, congressos e conferências**

Dada a especificidade da atividade da REN, a atualização das melhores

práticas a nível técnico e de gestão constitui uma prioridade para a empresa e os seus colaboradores.

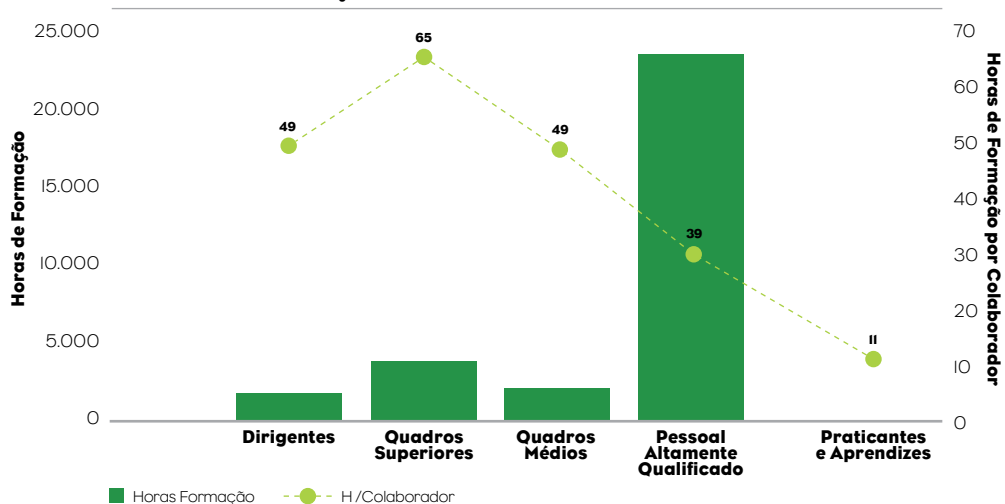
Em resultado da implementação do programa Formar, que agrega todas as iniciativas de formação, aprendizagem e capacitação anteriormente apresentadas, verificou-se em 2011 um acréscimo de 121% das horas de formação disponibilizadas pela empresa em relação ao ano anterior.

	08	09	10	11
N.º de horas de formação	13.568	17.248	14.118	31.241
N.º de participantes	874	2.012	2.242	2.256
N.º de horas/colaborador	16,8	23,1	19,0	42,3

A formação profissional desenvolvida em 2011, que atingiu as 31.241 horas e os 2.256 participantes, contribuiu

fortemente para o desenvolvimento e realização profissional dos colaboradores.

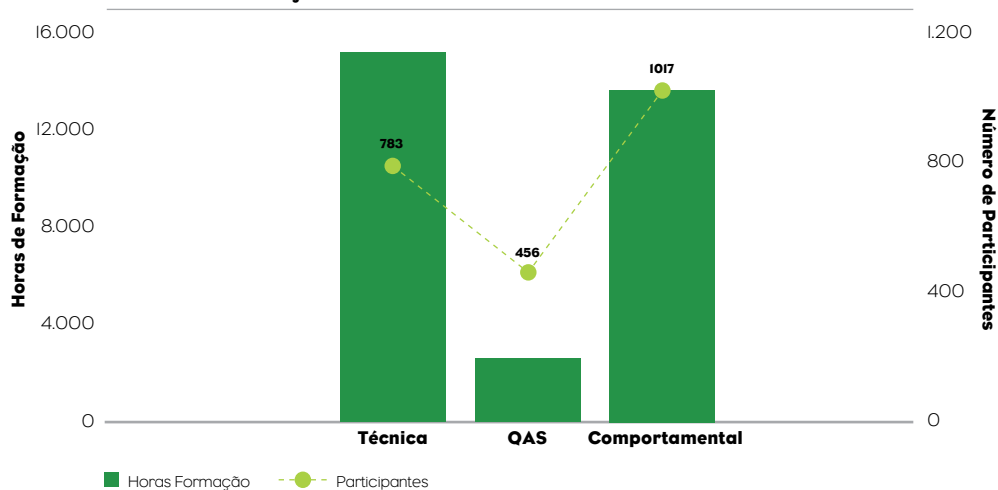
VOLUME DE FORMAÇÃO



Das ações de formação realizadas destacam-se as de natureza técnica, com um volume superior a 15 mil

horas, bem como as de incidência comportamental, que envolveram mais de mil participantes.

TIPO DE FORMAÇÃO



Ainda em 2011, a empresa promoveu 25 cursos de formação internos e concedeu

10 apoios financeiros para formação externa.



- **Programa VIVA**

Iniciado em 2010, o VIVA foi consolidado em 2011. Trata-se de um programa que visa a uniformização e profissionalização

das práticas de acolhimento e de integração dos novos colaboradores em todas as unidades de negócio da REN.

As sessões semestrais realizadas em 2011 contaram com a participação de todos os novos colaboradores, tendo sido o convite alargado aos que entraram antes do início do programa, que assim tiveram oportunidade de alargar e reforçar os seus conhecimentos sobre a empresa e os respetivos negócios.

A REN pretende manter a realização das sessões do programa VIVA, quer para os novos colaboradores quer para os colaboradores com mais antiguidade, de modo a fornecer informação sobre a empresa, essencial para o contínuo desenvolvimento, integração e adaptação dos colaboradores.

Dados relevantes do Programa VIVA 2011

- Nº de sessões – 2
- Nº de participações – 63
- Taxa de satisfação – 94%

“Estas atividades dão-nos a oportunidade de consolidar o conhecimento sobre a REN e o seu posicionamento estratégico, questões fundamentais para uma boa integração na empresa. As iniciativas permitem ainda desenvolver contatos internos, bem como adquirir saber de uma maneira mais informal, nomeadamente no caso das pessoas que integraram a REN recentemente.”

Susana Neves | REN Serviços | Contabilidade e Fiscalidade

Este projeto é muito importante. As pessoas que entram de novo para a companhia têm sempre muitas dúvidas, muitas questões, não compreendem bem o que se faz na empresa. Acho essencial fazer este tipo de apresentações para perceberem o que nós fazemos e para se sentirem em casa.”

Albino Marques | REN Elétrica | Investimentos

“O programa VIVA é uma excelente iniciativa. É sem dúvida uma oportunidade para entrar no mundo REN com chave de ouro. Não posso deixar de evidenciar a total disponibilidade dos oradores, que nos proporcionaram o acesso a informação privilegiada. Histórias contadas na primeira pessoa que me ajudaram a ter uma melhor perceção e compreensão da estratégia da REN. É ainda de realçar a oportunidade que nos foi dada de conhecer os diversos espaços físicos e de ação das equipas REN. Por fim, há um aspeto que acredito ter beneficiado este programa, refiro-me à possibilidade que foi dada aos colegas que entraram em 2008 e 2009 de também participarem. Uma vez essa atitude ter permitido uma partilha de experiências única.”

Sofia Santos | REN Serviços | Compras

TRAINEE REN

• PROGRAMA TRAINEE REN

O programa *Trainee REN* visa dotar a empresa dos melhores e mais adequados recursos humanos, introduzir novas competências, rejuvenescer os quadros, estreitar as relações com a comunidade científica e académica, colmatar necessidades temporárias de

atividade com recursos qualificados e promover a imagem da REN como entidade empregadora. Em 2011, o *Programa Trainee* foi reforçado através da dinamização de dez estágios rotativos. A REN irá continuar a apostar na captação e formação de novos *trainees*, de acordo com as necessidades da empresa.

• Projeto de gestão do conhecimento

O Plano Estratégico da REN, definido para 2010-2016, alavancou os pontos fortes da empresa para extrair a máxima vantagem das oportunidades no curto e médio prazo no setor da energia, colocando a empresa numa trajetória de crescimento e de progressiva afirmação de liderança. A resposta da REN a estes desafios passa, sem dúvida, por uma especialização e pela existência de competências específicas nos seus colaboradores, assegurando a correta transferência/gestão deste conhecimento entre colaboradores.

Neste sentido, a REN deu início ao Projeto de Gestão do Conhecimento

REN, que tem como objetivo identificar onde reside esse conhecimento específico e criar ferramentas que auxiliem a distribuição e partilha do mesmo, de forma sustentada pela organização, bem como identificar o grau de criticidade do conhecimento residente na empresa. A REN pretende assim, potenciar e disseminar o conhecimento existente na empresa, de modo a ser, cada vez mais, uma empresa singular no mercado onde opera, marcando a diferença através do seu ativo humano. Para tal, está prevista para 2012 a conclusão da 1.ª fase do Projeto de Gestão do Conhecimento, bem como a avaliação dos próximos passos, de acordo com as necessidades e a estratégia definida para o seu futuro.

4.5 RECONHECER O DESEMPENHO

A política de gestão de desempenho da REN regulamenta o sistema de gestão de desempenho aplicável a todos os colaboradores que tenham desenvolvido a sua atividade por um período mínimo de seis meses no ano de referência e que estejam vinculados à empresa por um contrato de trabalho. Para os restantes colaboradores, que não cumprem os critérios para serem integrados no sistema de gestão do desempenho, são igualmente estabelecidos objetivos individuais, no entanto o resultado da avaliação de desempenho assume um caráter unicamente informativo.

Esta política clarifica e cria novas regras, nomeadamente sobre:

- Modelo de avaliação (programa STAR);

- Antecipação da etapa de definição de objetivos;
- Clarificação das responsabilidades dos vários intervenientes no processo;
- Definição de critérios de harmonização das avaliações finais;
- Princípios e regras do Programa de Remuneração Variável.

Esta nova política de gestão de desempenho permitiu a simplificação da aplicação do modelo de avaliação, adaptando-o às diferentes realidades das áreas de negócio da REN. Para este efeito foi aperfeiçoada a aplicação informática de apoio ao modelo de suporte ao programa STAR, através da implementação de requisitos de controlo

e criação de relatórios de suporte às várias fases do processo. O primeiro ciclo do programa STAR, referente ao desempenho dos colaboradores em 2010, abrangeu a totalidade dos colaboradores que cumpriam os critérios de inclusão no sistema.

Foi aprovado em 2011 o Programa de Remuneração Variável (PRV), que visa premiar os colaboradores cujos

desempenhos contribuíram para potencializar a criação de valor para a REN, assegurando a transversalidade, uniformidade e transparência na aplicação de regras e procedimentos para toda a organização. Este programa constitui assim uma componente chave da política de compensação da empresa, garantindo uma clara relação entre o desempenho verificado e o valor auferido pelos colaboradores.

4.6 COMPROMISSO E ENVOLVIMENTO

Em 2011, reforçou-se o Encontro de Gestão como uma prática na REN.

Este 2.º Encontro voltou a reunir os representantes de 1.ª e 2.ª linha do Grupo e a Comissão Executiva. A par de apresentações dos principais projetos e de algumas áreas internas, contou ainda com as intervenções de oradores convidados, reforçando os temas da liderança e da gestão da confiança.

Em 2011 lançaram-se os Encontros REN. Uma iniciativa que visa debater os temas da atualidade com impacto na vida da

empresa e da sociedade em geral. Em 2011, realizaram-se dois encontros deste tipo sob os lemas “Beating Low Coast Competition” e “The Power of Trust in Organizations”.

Por fim, dinamizaram-se dois pequenos almoços com o Presidente. Uma iniciativa que visou juntar diferentes colaboradores, facilitando a interação e a partilha de experiências, e constituiu uma oportunidade para debater diferentes temas, bem como ficar a conhecer a perspetiva do Presidente da REN para o futuro da empresa.

4.7 BENEFÍCIOS E DIÁLOGO SOCIAL

Na REN a nível dos benefícios existem realidades distintas associadas aos contratos estabelecidos ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e dos Contratos Individuais de Trabalho (CIT). Não obstante, em ambas as

situações é atribuído um conjunto de benefícios competitivo e alinhado com as práticas de mercado, aos colaboradores de Quadro Permanente (QP) e de Contrato a Termo (CT), nomeadamente:

BENEFÍCIOS	ACORDO COLETIVO		CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (CIT)	
	QP	CT	QP	CT
1. Seguro de acidentes de trabalho	✓	✓	✓	✓
2. Seguro de acidentes pessoais	✓		✓ ¹	
3. Plano de saúde	✓	✓	✓	
4. Seguro de vida			✓ ¹	✓
5. Fundo de pensões	✓			
6. Eletricidade a preços reduzidos	✓			

¹ NÃO ABRANGE A TOTALIDADE DOS COLABORADORES

A REN mantém um clima de bom relacionamento com a Comissão de Trabalhadores, que reúne regularmente com a Comissão Executiva com o objetivo de expor e dialogar sobre as suas preocupações e as respostas

às questões colocadas. Também são realizadas reuniões com as associações sindicais, que representam 47% dos colaboradores da empresa, por iniciativa da empresa ou por solicitação daquelas associações.

4.8 SEGURANÇA E SAÚDE

A garantia de boas condições de segurança e saúde no trabalho constitui uma preocupação permanente da empresa, aspeto que tem sido reconhecido pelos trabalhadores como um dos pontos fortes da gestão ao longo dos anos. O sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho, que está certificado por uma entidade acreditada e que abrange a maioria das empresas do grupo, tem por principal objetivo prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais que envolvam quer os próprios trabalhadores da empresa

quer os trabalhadores dos empreiteiros e dos prestadores de serviços que com a REN cooperam no desenvolvimento da sua missão.

Todos os colaboradores, aos diversos níveis de responsabilidade, têm um papel decisivo na implementação e no sucesso da política de segurança e saúde da empresa. De uma forma muito simplificada, apresenta-se em seguida algumas das atribuições das principais unidades orgânicas e funcionais envolvidas.

ÁREAS DE RESPONSABILIDADE

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Comissão Executiva e Conselhos de Administração • Conselhos da qualidade, ambiente e segurança • Gestores dos processos • Responsáveis de segurança | <ul style="list-style-type: none"> • Direção de Sustentabilidade • Direção de Recursos Humanos • Outras Direções das empresas do Grupo | <ul style="list-style-type: none"> • Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho <p>(Existem três comissões de Segurança e Saúde no Trabalho que abrangem a totalidade dos colaboradores das empresas Rede Eléctrica Nacional, REN Gasodutos e REN Atlântico)</p> |
|--|---|---|
-

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer objetivos e metas globais • Analisar os resultados de auditorias internas e desempenho dos sistemas de gestão • Aprovar os planos de auditorias • Garantir o cumprimento dos requisitos legais em matéria de segurança • Promover a identificação e avaliação de riscos • Garantir a adequação e atualização dos planos de emergência internos • Avaliar os resultados dos relatórios de acidentes de trabalho e colaborar na análise dos acidentes e investigação de causas | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a permanente adequação da componente de segurança do sistema integrado de gestão • Garantir as ligações com as entidades oficiais • Assegurar a elaboração e atualização dos documentos de suporte no domínio da segurança • Identificar as vulnerabilidades dos sistemas de transporte de energia • Desenvolver cenários e procedimentos de resposta a emergências e gestão do risco • Promover exercícios e simulacros • Elaborar o plano anual de formação (incluindo a componente de segurança e saúde) e coordenar a sua execução • Promover a realização dos exames médicos no âmbito da medicina no trabalho e a realização de campanhas de sensibilização para prevenção de riscos • Realizar visitas técnicas às instalações e aos postos de trabalho • Assegurar a supervisão da segurança | <ul style="list-style-type: none"> • Apreciar procedimentos para melhoria das condições de trabalho • Apreciar propostas de procedimentos de segurança • Apresentar sugestões sobre os equipamentos de proteção individual e coletiva • Propor ações de formação e sensibilização dos trabalhadores em matéria de SST • Solicitar e apreciar sugestões dos trabalhadores sobre SST • Apreciar a estatística de acidentes de trabalho • Analisar relatórios dos acidentes de trabalho |
|--|---|---|
-

PRINCIPAIS
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Elaboração e atualização de documentação interna de referência;
- Promoção de ações de formação (e.g. primeiros socorros, combate a incêndios, condução defensiva);
- Realização de auditorias internas e visitas de verificação e acompanhamento das condições de segurança no trabalho;
- Fiscalização e coordenação da segurança em obra;
- Realização de simulacros e exercícios;
- Disponibilização de equipamento de proteção individual e verificação da sua correta utilização.

SEGUANÇA

As atividades de cariz mais operacional da empresa, nomeadamente as relativas à construção, manutenção e operação das infraestruturas que constituem as redes de transporte de energia e de armazenamento de gás natural, estão expostas a uma multiplicidade de fatores de risco para a segurança e saúde das pessoas. Para prevenir, controlar e mitigar as possíveis consequências

desses riscos, que são objeto de uma caracterização sistemática, a empresa, além de cumprir as normas técnicas e as obrigações legais, promove e implementa as melhores práticas internacionais do setor em matéria de segurança. Em resultado desta atuação, registou-se em 2011 uma redução de oito para cinco, em relação ao ano anterior, no número de acidentes com colaboradores da empresa.

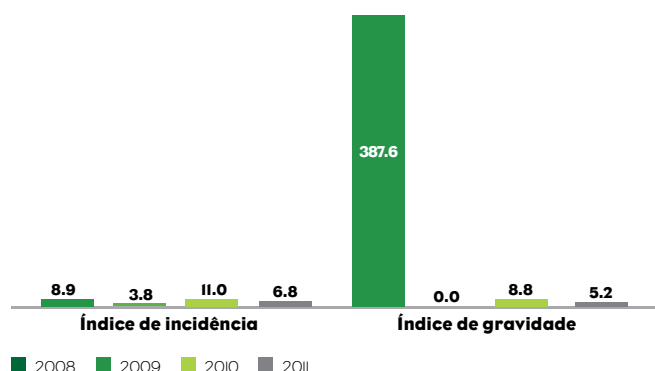
N.º DE ACIDENTES

EMPRESA	N.º MÉDIO DE COLABORADORES	N.º HORAS TRABALHADAS	MORTAIS	NÃO MORTAIS	DIAS PERDIDOS
Rede Elétrica	307	523.296	0	2	6
REN Serviços	216	360.197	0	2	7
REN Gasodutos	115	199.225	0	0	0
REN Atlântico	40	72.473	0	0	0
REN Armazenagem	9	15.236	0	1	49
REN Trading	8	12.305	0	0	0
REN SGPS	39	64.773	0	0	0
ENONDAS	1	2.356	0	0	0
RENTELECOM	1	1.231	0	0	0
TOTAL REN	736	1.251.121	0	5	62
Prestadores de serviços e empreiteiros	2.025	4.001.858	0	30	948

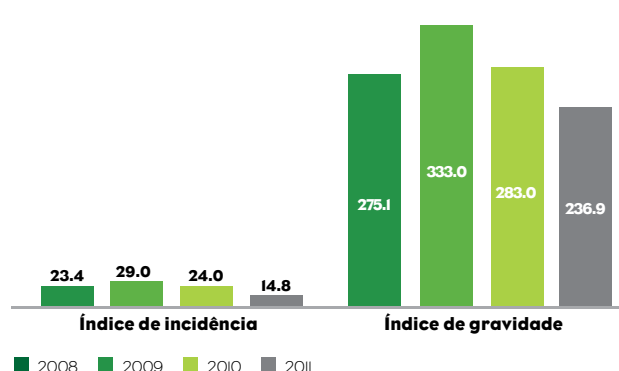
Os índices de sinistralidade têm tido uma evolução favorável, em particular no que se refere aos empreiteiros e prestadores de serviços. Embora o número de trabalhadores dos prestadores de

serviços afetos às atividades da REN tenha aumentado, verificou-se um decréscimo de 35% no número de acidentes relativamente a 2010.

ÍNDICE DE INCIDÊNCIA E GRAVIDADE – REN



ÍNDICE DE INCIDÊNCIA E GRAVIDADE – PRESTADORES DE SERVIÇO



Cerca de 27% dos empreiteiros e prestadores de serviços da REN têm sistemas de gestão da segurança certificados e desenvolvidos segundo as normas OHSAS 18001/NP 4397, o que, por si só, constitui um indicador do elevado grau de responsabilidade social destes parceiros. É de referir

ainda que em 2011 a REN promoveu a realização de ações de formação e sensibilização em segurança envolvendo 270 empreiteiros e prestadores de serviços, o que representa um aumento quase 3 vezes superior em relação ao ano anterior.

PRÊMIO DE SEGURANÇA

PARA EMPREITEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA REDE ELÉTRICA

Como forma de distinção e de incentivo à melhoria do desempenho da segurança e saúde no trabalho, a REN entrega anualmente, desde 2007, prémios de mérito e menções honrosas a empreiteiros e prestadores de serviços que se destaquem na gestão da segurança em obras de construção de linhas e de subestações. A atribuição destes prémios tem lugar numa sessão técnica de segurança, para a qual são convidadas as entidades executantes e de supervisão, para além de colaboradores da REN, e onde são abordados temas relativos à segurança em obra, através de apresentações técnicas, para partilha de informação útil sobre procedimentos, comportamentos e práticas de segurança em obra.

O prémio de mérito é atribuído às entidades executantes com mais horas trabalhadas, uma em obras de linhas e outra em obras de subestações, desde que não tenham tido qualquer acidente mortal ou de que tenha resultado incapacidade permanente, bem como tenham cumprido as metas estabelecidas pela REN para os índices de frequência e de gravidade dos acidentes. Recebem menção honrosa as restantes empresas que cumpram os requisitos acima referidos, e que tenham mais de 40.000 horas trabalhadas no ano a que reporta a atribuição do prémio. Estes índices, pelo carácter ambicioso com que foram estabelecidos em 2007, mantiveram-se constantes até ao presente. As sessões realizadas têm vindo a ser consideradas um contributo para a melhoria contínua da segurança em obra, constatando-se que, desde 2009, regista-se uma redução significativa no índice de gravidade de acidentes em obras de subestações, tendo o ano de 2011 apresentado o valor mais baixo desde então. Nos trabalhos de construção de linhas verifica-se, igualmente, uma melhoria do índice de frequência dos acidentes, tendo sido atingido em 2011 o valor mais baixo dos últimos cinco anos.

Complementarmente, as sessões têm permitido veicular os objetivos de segurança pretendidos pela REN e as mudanças induzidas em algumas das práticas que são adotadas em obra. São exemplos disso o reforço exigido nas equipas de segurança e do seu envolvimento em obra, a melhoria dos controlos de alcoolemia e as novas exigências ao nível dos conteúdos das ações de sensibilização.

RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

A forte componente humana associada à gestão das instalações da empresa, requer uma sistemática sensibilização e treino para a atuação em caso de emergência. Deste modo, realizam-se anualmente diversos exercícios e simulacros com o objetivo de testar a eficácia dos procedimentos de segurança e resposta a situações de emergência, tendo em atenção as particularidades técnicas de cada instalação e envolvendo equipas internas e externas na prestação de socorro.

Em 2011 realizaram-se onze simulacros de incêndio e acidente pessoal nas subestações da Trafaria, Macedo de Cavaleiros, Estremoz, Pego, Tábua, Lagoaça, Batalha, Alto do Mira e Armamar e ainda no edifício de Bucelas e no terminal de gás natural liquefeito em Sines. Este ano prevê-se a realização de 19 simulacros.

Dada a importância atribuída à comunicação e envolvimento com entidades oficiais em situações de emergência, a participação de corpos de bombeiros, da proteção civil e das forças de segurança tem sido sempre fomentada. Os resultados de cada simulacro são objeto de análise, o que contribui para a melhoria dos procedimentos e da resposta das equipas.

É ainda de salientar que a REN participa regularmente em exercícios e simulacros de âmbito nacional e internacional, em articulação com as autoridades, outras empresas do setor da energia e entidades prestadoras de serviços essenciais de interesse geral.

SAÚDE

Todos os colaboradores estão abrangidos por um de dois planos de saúde que tiveram origem nas empresas que hoje constituem o Grupo. A maioria está abrangida por um plano complementar do Sistema Nacional de Saúde e os restantes colaboradores beneficiam de um seguro de saúde, incluindo os que foram admitidos após 2009. Os planos de saúde são extensivos ao agregado familiar do colaborador, mais precisamente ao cônjuge e aos filhos até aos 25 anos.

Por outro lado, a empresa disponibiliza um serviço de medicina do trabalho que, para além do que está previsto na legislação aplicável, proporciona a realização de exames e análises clínicas complementares de forma a possibilitar uma ação preventiva ao nível da saúde dos seus colaboradores. Existem atualmente sete postos médicos em instalações próprias, proporcionando um contacto mais próximo entre os serviços de medicina do trabalho e os colaboradores, minimizando incómodos, tempos e custos de deslocação. Em 2011 foram realizados:

- 607 atos auxiliares de diagnóstico
- 365 atos médicos
- 1315 atos de enfermagem

À semelhança do que se verificou em anos anteriores, não foram registados casos de doenças profissionais em 2011 e a taxa de absentismo tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos anos e num patamar que se pode considerar reduzido.

	08	09	10	11
Taxa de absentismo	2,8%	2,3%	2,2%	3,1%

05. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE



5.1 RELACIONAMENTO COM PROPRIETÁRIOS

A preocupação com o diálogo e comunicação com os proprietários e populações que estão próximos das infraestruturas da REN enquadra-se nos compromissos assumidos pela empresa na sua política de responsabilidade social.

O relacionamento da REN com os proprietários dos terrenos faz parte da atividade diária da empresa, com especial incidência durante as fases de construção e de manutenção das infraestruturas de eletricidade e gás natural. Este relacionamento é regulado por legislação específica, devendo a REN contactar e estabelecer acordos com todos os proprietários afetados, bem como com outros interessados. O contacto direto entre a REN e os proprietários permite prestar esclarecimentos sobre as infraestruturas a construir, informar sobre os direitos e deveres dos proprietários perante a instalação de infraestruturas de utilidade pública e sobre os prejuízos que advêm para as suas propriedades, assim como a compatibilização da exploração das infraestruturas com outro tipo de exploração/uso das propriedades. Este contacto serve

também para estabelecer mecanismos formais de compensação pelo uso das suas propriedades. Esta utilização pode passar pelo estabelecimento de servidões administrativas, quer elétricas quer de gás, ou ainda pela aquisição das respetivas propriedades no caso de construção ou ampliação de subestações elétricas ou de estações de gás.

Para a negociação das servidões e aquisição de terrenos, a REN recorre, para além dos colaboradores diretamente relacionados com esta área, a prestadores de serviços qualificados que também representam a REN junto dos proprietários. Visto que o processo de diálogo é muito relevante para a REN, há um acompanhamento próximo destes serviços pela empresa, que assume, de forma direta, as comunicações formais necessárias.

Depois de construídas as infraestruturas, a REN continua a promover um diálogo permanente e constante com os proprietários, de forma a compatibilizar o uso do solo nas áreas de servidão com as normas de segurança impostas pelas boas práticas e pela legislação em vigor.

Em 2011, em virtude do elevado nível de investimento realizado para expansão das infraestruturas elétricas e de gás natural da empresa, foram adquiridas 59 propriedades e estabelecidos contactos com cerca de 2.400 proprietários de terrenos. Deste modo, a 31 de dezembro de 2011, a base de dados de proprietários continha cerca de 63.400 registos, o que, por si só, atesta a importância para a REN deste grupo de partes interessadas.

Para o estabelecimento de servidões a REN necessita, por vezes, em situações mais delicadas, de recorrer a mecanismos legais como o processo de intimação ou de solicitação de apoio das autoridades públicas para o avanço dos trabalhos. Em 2011, teve de se recorrer ao processo de intimação apenas em quatro ocasiões nas linhas elétricas, num universo de mais de 3.000 contactos estabelecidos. Para a área do gás não existiu essa necessidade. Estes resultados são um indicador do esforço que a REN vem realizando, com uma melhoria continuada do desempenho, para compatibilizar os legítimos interesses dos proprietários dos terrenos e populações afetadas com o estabelecimento e exploração das infraestruturas da empresa.

5.2 APOIO À COMUNIDADE



A REN, consciente da sua responsabilidade no domínio da cidadania empresarial e fiel ao compromisso de manter e aperfeiçoar um modelo de gestão ética e socialmente responsável, apoiou em 2011, uma vez mais inúmeras organizações da sociedade civil e entidades públicas, participando em várias iniciativas nos mais diversos domínios: social, cultural, da educação, ambiente e desporto.

Alguns destes apoios têm permitido estabelecer relações de parceria duradouras, nomeadamente os Dias da Música em Belém, no campo cultural, a Corrida Sempre Mulher, no domínio desportivo-solidário, e, em matéria técnica-científica, a Expo Energia, que conta com o apoio da REN desde a sua primeira edição, a Conferência Cogen e as Jornadas Tecnológicas, onde a empresa tem estado presente como patrocinador há vários anos.

É também o caso da Conferência Anual do BCSD Portugal, do qual a REN é associada, e da Conferência VIH Portugal, decorrente da sua adesão à Plataforma Laboral do Código de Conduta Empresas e VIH em 2008.

Ao nível da formação e educação é de referir, pelo quarto ano consecutivo, a parceria com a Sociedade Portuguesa de Física, no âmbito do Projeto MEDEA, que incentiva os alunos do secundário a desenvolver trabalhos sobre o tema dos campos eletromagnéticos de muito baixa frequência.

Já dirigido ao público universitário, destacam-se os patrocínios ao programa Católica Top + e ao The Lisbon MBA, sem esquecer a realização anual do Prémio REN, uma iniciativa que se realiza desde 1995 e que pretende promover a colaboração e interação com as Universidades, premiando os melhores trabalhos de engenharia associados ao setor energético.

Desde 2010, a REN apoia o projeto Visão Braille, que promove a difusão de conteúdos informativos junto de pessoas invisuais. Esta é uma edição sem fins lucrativos e de distribuição gratuita.

De grande relevância é também a parceria com a Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, da qual a REN é membro fundador, no combate ao abandono e insucesso escolares.

PROXIMIDADE À COMUNIDADE

No âmbito da sua política de proximidade às comunidades locais, onde existem infraestruturas e instalações da empresa, a REN procura atuar como entidade socialmente responsável, manifestando preocupações na defesa do meio ambiente, património histórico e cultural e, ainda, pelos interesses legítimos das populações das áreas envolventes. O que faz quer através do apoio a iniciativas da sociedade civil, cuja concretização em muito depende deste tipo de contributo, quer do apoio e participação em projetos de preservação, inseridos no âmbito de medidas de minimização de impacto ambiental e patrimonial, ou, até mesmo, de ações promovidas pela empresa no domínio da divulgação e sensibilização ambiental.

Neste domínio é de referir a ação de reflorestação em Pousos, que juntou 81 crianças de duas escolas do 1.º ciclo

daquela freguesia e da qual resultou a plantação de 1300 árvores.

Inserida nos trabalhos de reflorestação da faixa de proteção da linha Batalha-Lavos, esta ação espelha, por um lado, a relação com a junta de freguesia, que foi um parceiro durante todo o processo de construção, atuando como mediador e facilitador junto da população, e reflete, por outro, a aposta da empresa na informação e sensibilização ambiental junto, neste caso em concreto, da população mais jovem.

Através desta iniciativa, a REN pretendeu assinalar a Semana Nacional da Reflorestação no Ano Internacional das Florestas, aludindo ao trabalho de reconversão que a empresa desenvolve pelo país e à sua importância ao nível do ordenamento da floresta, nomeadamente nesta linha, com a plantação de cerca de 148 mil árvores numa área total reconvertida de 178,2 ha.



Também no âmbito da divulgação e sensibilização ambiental voltou a apostar-se na transmissão televisiva do “Condoninho da Renata”, uma série de animação onde a protagonista, uma cegonha-branca chamada Renata, juntamente com outras personagens, procura sensibilizar os públicos mais jovens para questões ambientais.

A gestão energética e a atividade da REN estão entre os temas abordados, procurando-se assim contribuir para a desmistificação de alguns preconceitos em torno das linhas de alta tensão. A série foi desenvolvida em conjunto com a QUERCUS e com o apoio da ERSE.

Destaca-se, igualmente, o apoio ao projeto “Sentir a Biodiversidade”,

assim como à iniciativa da Quercus “Eco Casa”, cujo objectivo é incentivar comportamentos mais ecoeficientes, designadamente uma correta gestão da energia a nível doméstico.

É ainda de realçar o contributo para a realização da quarta Grande Travessia da Via Algarviana, uma ação da Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, que a empresa apoia desde a primeiro momento, e o patrocínio à edição “Responsabilidade Ambiental – Operadores públicos e privados”, uma publicação que disponibiliza informação técnica acerca das implicações e efeitos do regime jurídico da responsabilidade ambiental.

No âmbito sociocultural, a empresa apoiou várias associações de bombeiros e iniciativas por si promovidas, assim como inúmeras atividades culturais e recreativas, realizadas por juntas de freguesia, associações culturais e desportivas.

Em 2011, a REN estabeleceu um protocolo de cooperação com a Escola Nacional de Bombeiros (ENB), para apoio na construção de um campo de formação de busca e salvamento urbano que permitirá treinar ações

de socorro em caso de sismo. Esta nova infraestrutura, a instalar na sede da ENB, em Sintra, será o primeiro campo de treino deste tipo em Portugal e irá facultar aos bombeiros formação para intervenção em múltiplos cenários urbanos, desde a busca e salvamento, em estruturas colapsadas, ao desencarceramento e combate a incêndios urbanos.

Sob um outro prisma, mas ainda no âmbito da política de proximidade às comunidades, a REN manteve a sua atitude de abertura ao exterior através das inúmeras visitas às instalações, não só por parte de escolas e universidades, como também por outras entidades como o Ministério da Economia, a Ordem dos Engenheiros e a Confederação Empresarial de Portugal.

A nível Interno, a empresa promoveu os Encontros REN, pontos de encontro e debate sobre temas atuais de interesse geral, com oradores convidados, enquanto, numa lógica de fomento à prática desportiva pelos colaboradores, reiterou o apoio à sua participação em diversas iniciativas.

Com o objetivo de ter uma comunicação integrada, em que cada ferramenta desempenhe o seu papel, foram também reforçados os suportes de comunicação interna. A *homepage* da intranet e a *newsletter* interna foram reformuladas com vista a dar mais visibilidade aos temas relevantes da empresa e a aproximar os colaboradores, incentivando a sua participação.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Numa perspetiva de apoio a causas de índole social e de ajuda ao próximo no combate às desigualdades e aos problemas que mais afetam a sociedade, o espírito solidário da REN materializou-se de diversas formas. Através do estabelecimento de parcerias com instituições de solidariedade social, do apoio e, também, do envolvimento voluntário dos colaboradores em iniciativas por estas desenvolvidas. A título de exemplo, realça-se a Campanha "Tampinhas por uma Mão para o Rodrigo" e o 2.º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias.

Ao nível de parcerias, a REN renovou o protocolo com o Helpin, que teve início em 2008, continuando a apoiar o trabalho da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) na região do Corno de África. Dando sequência a apoios pontuais concedidos nos últimos anos, a REN estabeleceu, no início do ano, um protocolo com o CADIn (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil), uma instituição com um papel importante no apoio a crianças, jovens e adultos com perturbações do desenvolvimento.

A REN apoiou, ainda, o Espaço Desportivo Adaptado, um projeto da Associação Salvador, que tem como objetivo melhorar a condição física das pessoas com deficiência motora, de forma a promover o maior grau possível de independência. Foram igualmente renovados os apoios a várias instituições, nomeadamente, a Abraço, a Fundação do Gil, a União Humanitária dos Doentes com Cancro, a Fundação *Pro Dignitate* e a Associação Portuguesa contra a Leucemia.

À semelhança do ano anterior, por altura do Natal, a REN apoiou duas causas, os sem-abrigo e a luta contra a fome, através da Comunidade Vida e Paz e do Banco Alimentar Contra a Fome. O donativo à Comunidade Vida e Paz foi direcionado para a festa de Natal, que, há 23 anos, esta instituição oferece aos sem-abrigo de Lisboa e que reuniu, na cantina da Universidade de Lisboa, cerca de 2500 pessoas. Um valor superior em 25% ao registado na última edição, em resultado do aumento do número de famílias carenciadas, assoladas pelo desemprego e pela crise.

O apoio concedido ao Banco Alimentar permitiu completar os cabazes de alimentos que diariamente são entregues a instituições de solidariedade social, que, por sua vez, os oferecem às pessoas mais necessitadas. Com este objetivo foram adquiridos cerca de 60 mil litros de leite e mais de 2 mil litros de azeite e óleo, entre outros bens de primeira necessidade.

▀ VOLUNTARIADO

O ano de 2011 foi pioneiro no que respeita ao envolvimento dos colaboradores em ações de voluntariado empresarial em benefício de parceiros. Foi o caso do Dia do Desporto Adaptado, uma iniciativa conjunta da Associação Salvador, que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, e da Fundação Inatel, onde colaboradores da REN ajudaram cerca de 60 participantes com deficiência motora a cumprir várias provas, em diferentes modalidades desportivas.

Decorrente do programa interno de formação “Orientação para o Cliente”, 120 colaboradores “vestiram o fato de macaco, arregaçaram as mangas

e puseram as mãos na massa”, remodelando o refeitório e sete salas da Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas, entidade que a empresa apoia há largos anos e que presta apoio a mais de cem crianças e idosos. Com a finalidade de pôr em prática muitos dos conceitos abordados na formação, como o espírito de equipa, a proatividade, a disponibilidade e a orientação para a solução, esta ação de *team building* teve um objetivo claramente solidário, que foi o de ajudar uma IPSS carenciada.

Estes foram os primeiros passos de um projeto de voluntariado corporativo, que a REN pretende desenvolver em 2012, promovendo uma cultura empresarial cada vez mais solidária.

06. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA



6.1 INICIATIVAS

Durante 2011, a REN continuou a apostar em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), participando em projetos ou desenvolvendo novas soluções diferenciadoras com impate atual e futuro na atividade e desempenho da empresa.




No decurso do ano, é de destacar o início de um conjunto de iniciativas em matéria de IDI em que a REN terá uma participação ativa:

- **Projeto iTESLA:** o projeto “Innovative Tools for Electrical System Security within Large Areas (iTESLA)” é um novo projeto europeu inserido no 7.º Programa-Quadro da Comissão Europeia que tem por objetivo desenvolver e validar uma *toolbox* flexível que, no horizonte 2015,

permita apoiar a futura operação das redes de transporte de eletricidade *pan-europeias*, promovendo o aumento da coordenação/harmonização dos procedimentos entre os operadores das redes;

- **Projeto MoDPEHS** (“Modular Development of a pan-European Electricity Highway System 2050”): este projeto visa desenvolver as bases de uma expansão modular e robusta das redes de transporte de eletricidade *pan-europeias* entre 2020 e 2050, tendo em consideração os três pilares da política energética europeia.

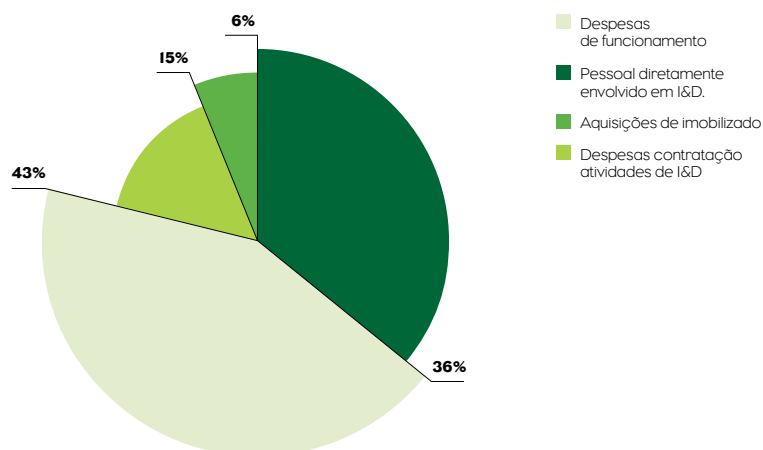
A REN participa ainda num conjunto de projetos iniciados em anos anteriores e cujos resultados serão relevantes para a atividade atual e futura da empresa:

PROJETO	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	DESCRIÇÃO
	FAI (Fundo de Apoio à Inovação)	O REIVE (Redes Elétricas Inteligentes com Veículos Elétricos) tem por objetivo o estudo, desenvolvimento e o teste de soluções e protótipos pré-industriais para a gestão ativa e inteligente de redes elétricas com grande penetração de microgeração e de veículos elétricos.
	FP7 ¹	O projeto Europeu PEGASE ("Pan European Grid Advanced Simulation and state Estimation") tem como objetivo principal desenvolver uma metodologia que permita implementar o estimador de estado da rede europeia e modelos dinâmicos em tempo real. http://fp7-pegase.eu/
	FP7	Liderado pelo INESC Porto, o projeto MERGE ("Mobile Energy Resources for Grids of Electricity") tem como objetivo preparar o sistema elétrico europeu para a massificação da utilização de veículos automóveis elétricos. http://www.ev-merge.eu/
Novas Soluções de Transdução (Rogowski)		O projeto visa desenvolver uma solução tecnologicamente inovadora, capaz de efetuar as funções de monitorização e proteção em linhas subterrâneas e que garantam os níveis de qualidade e fiabilidade atualmente existentes. Envolve uma nova solução de transformador de intensidade para medições e proteção nos postos de corte ou transição, aperfeiçoando a monitorização através da melhoria da identificação discriminada de defeitos/avarias no sistema elétrico, independentemente da tensão a que estiver sujeita.
Investigação – Campos Eletromagnéticos associados a Infraestruturas da RNT		Este projeto pretende melhorar as metodologias de avaliação do impacto dos campos elétrico e magnético (CEM) das infraestruturas da Rede Nacional de Transporte (RNT) na saúde humana, de modo a garantir decisões cientificamente fundamentadas, no que respeita à localização e às características dos equipamentos de transporte de eletricidade. O projeto recorre a métodos inovadores no domínio das nanotecnologias, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos moleculares associados à ação dos CEM nos sistemas biológicos e efetua uma avaliação das eventuais implicações, a longo prazo, na saúde.
Avaliação da eficácia de dispositivos anticolisão		Este projeto tem por objetivo avaliar a eficácia dos dispositivos anticolisão na redução da colisão de aves selvagens com os cabos de linhas aéreas da RNT e a experimentação de novos dispositivos FBF (Firefly Bird Flapper).

¹ FP7 – 7.º PROGRAMA-QUADRO DA COMUNIDADE EUROPEIA DE ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DEMONSTRAÇÃO.

Em 2011, a REN submeteu três candidaturas ao programa de financiamento SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento (I&D) Empresarial – referente ao ano de 2010 e no âmbito das atividades de I&D desenvolvidas na REN – Rede Elétrica Nacional, S.A., na REN Serviços, S.A. e na REN Gasodutos. Neste contexto, foram

identificados 21 projetos com caráter de I&D, que contaram com a participação de cerca de 78 colaboradores, a tempo parcial. O montante despendido pela REN, com atividades de I&D desenvolvidas na empresa, em 2010, foi de 1.9 M€. Face à informação atualmente disponível, estima-se que o montante despendido nesta área, em 2011, seja superior a 1,6 M€.

I&D - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS EM 2010

Em julho de 2011, o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério da Educação e Ciência (MEC), publicou os resultados das empresas em Portugal com mais despesa em atividades de I&D em 2009. Pela primeira vez, a REN encontra-se no conjunto das cem empresas portuguesas que mais investiram em atividades de I&D. Este trabalho teve por base os resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 2009 (IPCTN09), lançado em junho de 2010 e dirigido a um total de 9678 empresas. O montante despendido em I&D pela REN, em 2009, foi de 2,2 milhões de euros.

As atividades de IDI desenvolvidas na empresa contaram com a colaboração de entidades externas, com destaque para as parcerias com as instituições

académicas e organismos de I&D nacionais, tais como: IST – Instituto Superior Técnico; IDAD – Instituto de Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro; INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores; LABLEC – Estudos, Desenvolvimento e Atividades Laboratoriais SA; ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade.









Para além da regular participação em eventos promovidos pela COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, a REN como empresa associada, foi convidada a integrar a nova plataforma digital Colaborar. COTEC, disponibilizada em 2011 por este organismo, com o objetivo de aproximar e fomentar a colaboração entre as empresas do universo COTEC e destas com os restantes atores do Sistema Nacional de Inovação.

6.2

GRUPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS

Em 2011 a REN deu continuidade à colaboração com diversos organismos

internacionais entre os quais se destacam:

	CIGRÉ – Conseil International des Grands Réseaux Électriques
	EURELECTRIC – Union of Electricity Industry
	ENTSO-G – European Network of Transmission System Operators for Gas
	ENTSO-E – European Network of Transmission System Operators for Electricity
	ACER – Agency for the Cooperation of Energy Regulators
	FSR – Florence School of Regulation
	METSO – Mediterranean Transmission System Operators
	MEDGRID – Consórcio com o objetivo de promover o desenvolvimento das interligações elétricas entre o Norte, o Sul e o Este do Mediterrâneo

A entrada em vigor do 3.º pacote de legislação da União Europeia (UE) sobre o setor energético, entre outros, com a criação da ENTSO-E e ENTSO-G, tem vindo a representar para a REN um aumento gradual e significativo da presença e envolvimento dos seus quadros nas atividades destes dois organismos.

ENTSO-G (EUROPEAN NETWORK OF TRANSMISSION SYSTEM OPERATORS FOR GAS)

De acordo com o artigo 12.º do Regulamento (CE) 715/2009, os operadores das redes de transporte estabelecem a cooperação regional no âmbito do ENTSO-G, designadamente através da publicação, de dois em dois anos, de um plano de investimento regional. A REN participou na elaboração do Plano de Investimento Regional, durante o ano de 2011 e acompanhou de perto o desenvolvimento dos grupos de trabalho em diferentes áreas de atividade do ENTSO-G, com especial relevo para os grupos de trabalho das capacidades, balanços, investimentos, interoperabilidade e transparência, quer

como membro efetivo do *Liaison Group* (grupo que tem como objetivo dar a conhecer transversalmente o progresso nas várias áreas de negócio do ENTSO-G), quer através da participação em diversas sessões de trabalho.

Realça-se como principal resultado alcançado pelo ENTSO-G a finalização da 1.ª versão *draft* do código de rede para a atribuição de capacidades transfronteiriças. Destacam-se também os trabalhos preparatórios e de levantamento a nível comunitário sobre a avaliação de impacto da resolução de congestionamentos em cada estado-membro. Este conjunto de documentos – assim como as já esperadas tarefas destinadas ao ENTSO-G – como a elaboração dos respetivos códigos de rede nas áreas de balanços e interoperabilidade de redes europeias e os desenvolvimentos e discussões em torno da definição de um *target model* para o gás, é da maior relevância para os operadores de sistemas de transmissão e restantes agentes do setor. Estes documentos consubstanciam um conjunto de regras básicas e comuns que servirão

de alicerce ao funcionamento do mercado interno de gás a implementar na União Europeia, afetando cada estado membro em particular.

Ainda no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho para a região Sul, merece um especial destaque o trabalho iniciado pela REN e pela sua congénere Enagás. O objetivo é o desenvolvimento de um projeto piloto de harmonização do processo de atribuição de capacidades na fronteira Portugal-Espanha, a implementar a partir de junho de 2012, e que se apoia nos trabalhos e resultados já alcançados noutras áreas de atividade, nomeadamente as diretrizes quadro e os códigos de rede.

No capítulo de interoperabilidade e transparência, a atividade da REN em 2011 é marcada pelo início de publicação de forma contínua e automática da informação operacional relativa à sua atividade de transporte, armazenamento e receção e regaseificação de GNL para o mercado, através da sua página de internet, dando assim resposta ao disposto na regulamentação europeia em matéria de transparência aplicável ao setor do gás natural. Desde novembro de 2011 que a REN passou igualmente a disponibilizar publicamente numa plataforma europeia de internet (denominada AGSI – Aggregated Gas Storage Inventory e gerida pelo GSE – Gas Storage Europe) informação relativa às capacidades disponíveis no armazenamento subterrâneo do Carriço para consulta pelos agentes do setor.

ENTSO-E (EUROPEAN NETWORK OF TRANSMISSION SYSTEM OPERATORS FOR ELECTRICITY)

Tal como existe para o gás, o setor elétrico é regulado pelas disposições legais explanadas no Regulamento (CE) 714/2009, o qual prevê, entre outras, as seguintes obrigações por parte da ENTSO-E: elaboração de códigos europeus nas áreas de planeamento, operação e mercados; elaboração de um plano decenal de desenvolvimento da rede elétrica *pan-europeia* (Ten-Year Network Development Plan) e elaboração de um plano de I&D que identifique as prioridades e necessidades

por parte dos operadores de sistemas de transmissão, com vista a alcançar os objetivos de política energética da UE.

Para o efeito, a ENTSO-E encontra-se organizada em quatro comités respetivamente: SDC (System Development Committee), SOC (System Operations Committee), MC (Market Committee) e RDC (Research and Development Committee). Em todos os comités a REN tem elementos que a representam, bem como nos *working groups* associados a cada comité.

No decorrer do ano 2011, as principais atividades em que a REN se envolveu, no âmbito da ENTSO-E, inserem-se nas seguintes vertentes:

- Acompanhar e participar no processo da elaboração dos novos códigos europeus nas áreas de planeamento, operação e mercados e realizar propostas de alteração a diversas solicitações (e.g. solicitações que digam respeito às orientações quadro (*framework guidelines*) oriundas por parte da ACER).
- Articular e esclarecer os *stakeholders* nacionais, tais como associações do setor, promotores, operadores de rede e de centros produtores (a REN foi o primeiro operador europeu de sistemas de transmissão a organizar uma sessão de esclarecimento e divulgação do primeiro código europeu para os *stakeholders* nacionais que serão diretamente impactados pelas futuras disposições nele explanado).
- Contribuir para a elaboração de *position papers* da ENTSO-E sobre temas de interesse europeu (e.g. diretiva sobre eficiência energética, integração de energias renováveis no mercado e troca de serviços de sistema) e para a elaboração do Ten-Year Network Development Plan (TYNDP), com identificação dos projetos mais importantes que contribuem para o cumprimento das metas nacionais definidas na política energética europeia, bem como contributo para a modelização do sistema elétrico *pan-europeu*.

- Participar na definição de padrões de operação e planeamento harmonizados no espaço *pan-europeu* e também dos mecanismos de alocação de capacidade de interligação nos diversos horizontes temporais que possibilitem a criação do mercado europeu. Facilitar a integração de energias renováveis.

- Participação em projetos de I&D que pretendem conceber e identificar eixos de desenvolvimento tecnológico e topológico da futura rede *pan-europeia* para o horizonte de 2050, participando também na ligação da REN às aplicações da *Electronic Highway*, rede de comunicação de dados exclusiva para intercâmbio de dados operacionais entre operadores de sistemas de transmissão.

- Enviar, de forma diária, dados do modelo estimado pela REN para os consumos, geração e trânsitos de energia na RNT para o dia seguinte, tendo em vista realizar o processo DACF (Day Ahead Congestion Forecast) e elaborar estimativas da rede portuguesa para outros prazos além do diário.

- Verificar a resposta da frequência do sistema português aos incidentes ocorridos na rede

continental europeia e harmonizar os mecanismos de troca eletrónica de informação do mercado europeu de energia elétrica, garantindo a interoperabilidade dos sistemas, permitindo o desenvolvimento de sistemas de tecnologias de informação a baixo custo e ainda facilitando a entrada de novos atores no mercado.

ACER – AGENCY FOR THE COOPERATION OF ENERGY REGULATORS

No âmbito das iniciativas regionais da ACER, dentro das atividades do grupo regional do Sudoeste da Europa, a REN, conjuntamente com as empresas congéneres espanhola e francesa, definiu um mecanismo de troca internacional de serviços de sistema entre os operadores da rede de transporte dos três países, que facilitará a integração das energias renováveis potenciando a maior integração da produção eólica e minimizará a ocorrência de descargas de caudais turbináveis nas centrais hídricas. Noutra vertente destes trabalhos regionais, os três operadores de sistema estão a cooperar ainda nos trabalhos para preparar alterações legislativas ou regulamentares que possibilitem o acoplamento do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) com os restantes mercados europeus.

07. DESEMPENHO AMBIENTAL



7.1 GESTÃO AMBIENTAL

QUESTÃO AOS STAKEHOLDERS:

Considera que a REN é uma empresa ambientalmente responsável?

Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)

A REN sempre dedicou aos temas relativos ao ambiente a melhor das atenções, indo muito para além do estrito cumprimento das obrigações legais. Foi assim que, desde há mais de dez anos, a empresa desenvolveu uma abordagem sistematizada e aperfeiçoou as suas práticas de gestão ambiental, de uma forma articulada e progressivamente integrada com outros aspetos relevantes para os seus processos e para as partes interessadas, designadamente os referentes à qualidade e à segurança e saúde.

Na tabela seguinte apresenta-se a cronologia das certificações do sistema

integrado de gestão que abrange a maioria das empresas do grupo.

Estas certificações foram renovadas em 2011, na sequência de uma auditoria de “terceira parte” realizada, para o efeito, em novembro.

Na envolvente onde opera, a REN gera diversos impactes ambientais que, embora sejam geralmente pouco significativos, são objeto de medidas de minimização e de monitorização necessárias à garantia do desenvolvimento das atividades da empresa, de uma forma sustentável.

	REN - REDE ELÉCTRICA NACIONAL	REN SERVIÇOS	REN TRADING	REN GASODUTOS	REN ATLÂNTICO	REN ARMAZENAGEM	REN TELECOM
2010						ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001	ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001
2009				ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001	ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001		
2008	ISO 9001 ⁽²⁾ OHSAS 18001 ⁽²⁾ ISO 14001 ⁽²⁾	ISO 9001 ⁽²⁾ OHSAS 18001 ⁽²⁾ ISO 14001 ⁽²⁾	ISO 9001 ⁽²⁾ OHSAS 18001 ⁽²⁾ ISO 14001 ⁽²⁾				
2005	ISO 9001 ⁽¹⁾ OHSAS 18001 ⁽¹⁾						
2003	ISO 14001 ⁽¹⁾						
2000	ISO 9001*						

* CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA ÀS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE LINHAS E SUBESTAÇÕES DA DIREÇÃO DE INVESTIMENTO DA REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

⁽¹⁾ CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA AO OBJETO DE CONCESSÃO DA REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

⁽²⁾ TRANSFERÊNCIA DAS CERTIFICAÇÕES PARA A TITULARIDADE DA REN SGPS. EXTENSÃO DAS TRÊS CERTIFICAÇÕES ÀS EMPRESAS REN-REDE ELÉCTRICA NACIONAL, REN TRADING E REN SERVIÇOS.

	IMPACTES	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO
PAISAGEM	IMPACTE VISUAL DAS INFRAESTRUTURAS	ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO NA FASE DE PROJETO DE NOVAS INFRAESTRUTURAS. PROJETOS DE INTECRAÇÃO PAISAGÍSTICA DAS INFRAESTRUTURAS DESMONTAGEM E DESATIVAÇÃO DE LINHAS ELÉTRICAS EM FINAL DE CICLO DE VIDA
RUÍDO	INCOMODIDADE	ENCAPSULAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA NAS SUBESTAÇÕES IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE MONITORIZAÇÃO DO RUÍDO SUBSTITUIÇÃO DE ISOLADORES TRADICIONAIS POR ISOLADORES COMPOSITOS NAS LINHAS E NOS BARRAMENTOS DAS SUBESTAÇÕES REAPERTO DE ESFERAS DE BALIZAGEM DE LINHAS ELÉTRICAS PARA REDUÇÃO DO RUÍDO
RECURSOS HÍDRICOS	ALTERAÇÃO DOS HABITATS	MONITORIZAÇÃO DOS FATORES BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS MARINHOS, NA REJEIÇÃO DE ÁGUA DO MAR DO CIRCUITO DE AQUECIMENTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (CNL)
QUALIDADE DO AR	CONTRIBUIÇÃO PARA O EFEITO DE ESTUFA E CONTAMINAÇÃO ATMOSFÉRICA	CONTROLO DE PURGAS DE GÁS NATURAL INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES TÉRMICOS EM CRMS FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS QUE MANIPULAM SF6
FAUNA, FLORA E USO DO SOLO	COLISÃO DE AVIFAUNA COM AS LINHAS ELÉTRICAS, ALTERAÇÃO DOS HABITATS E DO USO DO SOLO	COLOCAÇÃO DE PLATAFORMAS DE NIDIFICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE NINHOS SINALIZAÇÃO DAS LINHAS COM DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES MONITORIZAÇÃO DA FAUNA NA ZONA DE DESCARCA DE SALMOURA E DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA DE DEPRESSÕES DUNARES RESULTANTE DA CONSTRUÇÃO DE CAVIDADES DE ARMAZENAMENTO DE GÁS NATURAL PROMOÇÃO DE ÁREA DE ALIMENTAÇÃO PARA ESPÉCIES PROTEGIDAS ALTEAMENTO DAS LINHAS RESTRIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO AOS LIMITES DA FAIXA DE SERVIDÃO E LIMPEZA DOS CORREDORES DAS REDES DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Tendo em vista identificar, avaliar, monitorizar e minimizar os impactos gerados são utilizadas diversas ferramentas e instrumentos em

função da natureza da atividade a realizar (planeamento, projeto, construção, operação, manutenção ou descomissionamento).



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO DA REDE DE TRANSPORTE DE ELETRICIDADE (PDIRT)

O PDIRT traduz a estratégia de expansão da Rede Nacional de Transporte (RNT), com o propósito de assegurar o adequado funcionamento da rede portuguesa interligada com a restante rede europeia. O principal objetivo deste plano é o de garantir, a médio e a longo prazo, a qualidade e a segurança do abastecimento dos consumos, considerando toda a envolvente externa que lhe está associada, nomeadamente as políticas energéticas nacional e europeia, os impactos socioambientais e o livre acesso à rede, incluindo os objetivos de mercado, de forma a garantir um eficiente funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN).

O PDIRT é um documento de elaboração periódica que, no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, é precedido de uma Avaliação Ambiental (AA) que permite conciliar e otimizar os objetivos técnicos e operacionais do plano com a vertente socioambiental, assegurando que a avaliação das opções de expansão da RNT não se limita a objetivos e critérios exclusivamente técnicos e económicos.

Os resultados da Avaliação Ambiental (AA) constituem um enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), como é o caso da maioria dos projetos de investimento da REN. Este processo tem vindo a ser consolidado pela empresa desde meados de 2007, tendo a sua aplicação prática sido concretizada pela primeira vez aquando da elaboração do PDIRT 2009-2014 (2019). A REN concluiu, em 2011, o segundo exercício equivalente, com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PDIRT 2012-2017 (2022).

O relatório ambiental, resultante da realização da avaliação ambiental do

PDIRT 2012-2017 (2022), foi submetido a consulta pública conjuntamente com o PDIRT. Foram recebidos 48 contributos, dos quais 43 foram pareceres de organismos da administração central e local e cinco participações de outras entidades. Verificou-se que a maioria dos comentários e pareceres recebidos incidiram sobre o tema “ordenamento do território” (48%) e que 11% dos comentários eram oriundos de promotores privados na área da produção em regime especial. Os contributos recebidos foram ponderados e, sempre que relevantes, integrados em conformidade na versão final do PDIRT.

No relatório ambiental foram ainda identificadas as medidas de avaliação e controlo (diretrizes) associadas à implementação do PDIRT, as quais foram incluídas na declaração ambiental. Estas medidas serão alvo de monitorização pela REN e reporte anual à autoridade de AIA.

No âmbito das atividades de expansão e beneficiação das redes de transporte de eletricidade e gás natural e infraestruturas de armazenamento de gás natural tem sido desenvolvido um conjunto significativo de processos de avaliação ambiental em fase de projeto:

	08	09	10	11
Processos de Avaliação de Impacte Ambiental	15	12	4	5
Processos Pós-Avaliação de Impacte Ambiental	3	11	6	0
Declarações de Impacte Ambiental emitidas	7	11	7	6
Estudos Ambientais de Projeto	7	8	9	8
Estudos de Impacte Ambiental (EIA)	8	5	9	3
Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projetos de Execução (RECAPE)	3	10	2	1

Adicionalmente, e com o objetivo de harmonizar os procedimentos e metodologias associados aos processos de AIA, a REN publicou em 2011 um guia metodológico para a avaliação de impacte ambiental das subestações da RNT. A publicação deste guia tem como objetivos:

- Compilação, de uma forma didática, de toda a informação relevante de caráter técnico e ambiental, dirigido ao público em geral e aos profissionais envolvidos na elaboração de projetos de Estudos de Impacte Ambiental e nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Integração e melhoria do conhecimento adquirido com a experiência de processos de AIA já efetuados.

- Criação de condições para o aumento de qualidade, eficácia e eficiência dos processos de AIA.

Para o sucesso desta iniciativa, a REN contou com o apoio fundamental da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI). O guia encontra-se disponível a todas as organizações e ao público em geral, podendo ser consultado, em suporte digital, nos sítios web da APA, da APAI e da REN (<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/Paginas/GuiaMetodologico.aspx>).

Em 2011, foram ainda desenvolvidas ações de monitorização em diversas infraestruturas da REN abrangendo os seguintes descritores:

DESCRITORES	NÚMERO DE OBRAS MONITORIZADAS			
	08	09	10	11
Avifauna	13	11	10	26
Ambiente sonoro	12	10	15	21
Campos eletromagnéticos	4	1	1	0
Recursos hídricos	2	1	1	1
Flora	1	1	2	3
Lobo Ibérico	1	1	1	0

PLANOS DE PROMOÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL (PPDA)

Os PPDA são instrumentos voluntários de regulação, promovidos e coordenados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e têm como objetivo promover o desempenho ambiental das empresas reguladas dos setores elétrico e do gás natural.

A Rede Eléctrica Nacional aderiu a esta iniciativa da ERSE em 2002, o que permitiu o desenvolvimento de um conjunto mais alargado de iniciativas, que vieram a constituir uma enorme vantagem e mais-valia para o desempenho ambiental da empresa. O ano de 2011 é o último ano de execução do PPDA 2009-2011 da Rede Eléctrica Nacional.

PPDA 2009-2011 DA REN – REDE ELÉCTRICA NACIONAL (PRINCIPAIS MEDIDAS)

PROJETO LIFE+ ESTEPÁRIAS	AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA DE DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES	PROTEÇÃO DA AVIFAUNA	PROTEÇÃO DE ESPÉCIES PROTEGIDAS	PROJETO "A VIDA NO CONDONINHO"
EM PARCERIA COM A LICIA DE PROTEÇÃO DA NATUREZA, TEM POR OBJETIVO A PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO DAS AVES EM HABITAT DAS ESTEPES CEREALÍFERAS DO BAIXO ALENTEJO, EM PARTICULAR DE TRÊS ESPÉCIES VULNERÁVEIS: A ABETARDA, O SISÃO E O PENEIREIRO DAS TORRES.	EM PARCERIA COM A QUERCUS, VISA AVALIAR A EFICÁCIA DE NOVOS DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO, NOMEADAMENTE DO FIREFLY BIRD FLAPPER, NA DIMINUIÇÃO DE COLISÕES DE AVES SELVACENS.	O PROJETO PREVÊ A INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS DE NIDIFICAÇÃO, A MONTAGEM DE DISPOSITIVOS DISSUADADORES DE POISOS E A TRANSFERÊNCIA DE NINHOS.	ESTE PROJETO PRETENDE MINIMIZAR O IMPACTE PROVOCADO PELOS CORREDORES DAS LINHAS RNT NA FLORESTA DE SOBREIRO E AZINHEIRA E NAS ESPÉCIES QUE UTILIZAM ESSA FLORESTA COMO HABITAT, ATRAVÉS DO ALTEAMENTO DE LINHAS (MEDIDA CONCLUÍDA EM 2010).	SÉRIE RENATA, ONDE SÃO APRESENTADOS CONSELHOS E INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DO AMBIENTE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E O ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO ACERCA DOS ESFORÇOS DESENVOLVIDOS PELA REN EM TERMOS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS. CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E SUSTENTABILIDADE.

ALCUNS INDICADORES AMBIENTAIS

CONSUMO DE MATERIAIS ¹	08	09	10	11
Azoto (m³)	893	758	1.119	1.127
Etileno Glicol (t)	10	0	0	4
Óleos lubrificantes (t)	6,5	0,9	8,9	1,7
Massas lubrificantes (t)	0,20	0	0,01	0,01
Óleo (t)	12	11	8	11
Minorador de pH H ₂ SO ₄ a 38% (litros)	3.325	5.075	1.770	330
Soda cáustica (t)	0	0,2	0,1	0,1
Hipoclorito de sódio (t)	140	146	147	411.95
Odorante do gás (THT) (t)	39	48	55	54
Óleo reutilizado (t)	51	19	3	4
Tinteiros e tonners (n.º)	5.714	1.639	1.282	1.092
Papel para consumo administrativo (t) ²	33	28	30	11,4
Papel reciclado para uso interno (t)	5	6	3	0,7

¹ OS CONSUMOS DE MATERIAIS SÃO ESTIMADOS COM BASE NA QUANTIDADE ADQUIRIDA PARA REPOR OU REFORÇAR O STOCK

² O CONSUMO DE PAPEL INCLUI O CONSUMO DE PAPEL VIRGEM, PAPEL RECICLADO E ESTACIONÁRIO (ENVELOPES, PAPEL DE CARTA, ETC.)

ÁGUA E EFLUENTES

	08	09	10	11
Consumo de água da rede pública (m³)	77.063	82.284	90.936	86.783.79
Captação de água do meio hídrico subterrâneo (m³)	2.053.026	1.846.617	1.548.250	1.703.726
Utilização de água do mar (m³) ⁴	69.855.000	72.835.000	73.115.000	75.976.708
Rejeição de salmoura para o mar (m³)	1.573.351	1.764.157	1.167.472	1.330.500
Rejeição de salmoura para tratamento (m³) ⁵	371.159	611.604	266.399	270.639
Cloro livre – valor médio anual (mg/l)	0,68	0,56	0,34	0,15

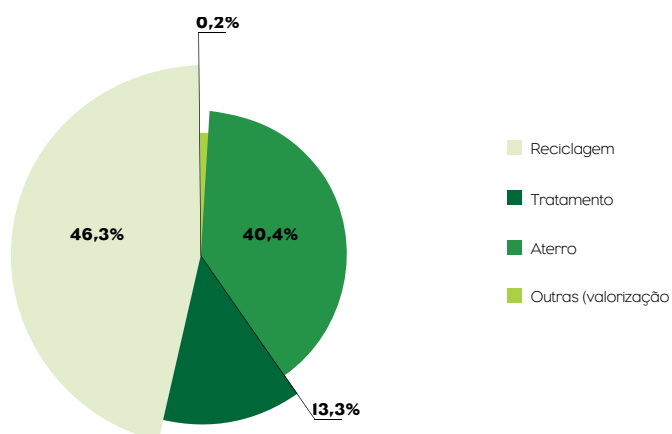
⁴ CAPTAÇÃO E REJEIÇÃO DE ÁGUA DO MAR UTILIZADA NO PROCESSO DE REGASEIFICAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO

⁵ REJEIÇÃO DE ÁGUA RESULTANTE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CAVIDADES SALINAS PARA ARMAZENAMENTO DE GÁS NATURAL

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

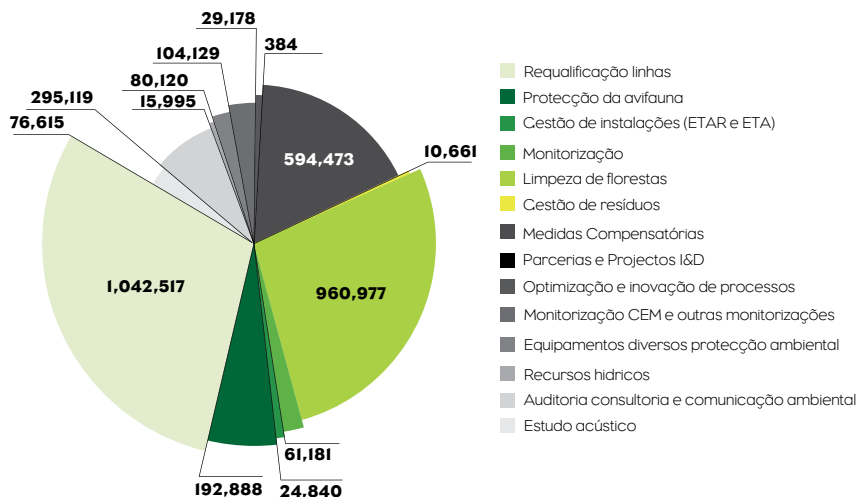
	09	10	11
Perigosos (t)	1.439	41	69
Não perigosos (t)	49.578	195	367

No gráfico seguinte encontram-se discriminadas as quantidades dos resíduos produzidos pela REN por destino final.



Apresenta-se no gráfico seguinte a discriminação dos custos ambientais por tipologia. Destaca-se relativamente ao ano de 2010 um decréscimo nos custos associados à limpeza de florestas dada a

periodicidade associada a esta intervenção ser pontual, tendo no ano transacto sido desenvolvidas as actividades de constituição das faixas de protecção numa percentagem significativa das infra-estruturas.



7.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DESAFIOS ENERGÉTICOS

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

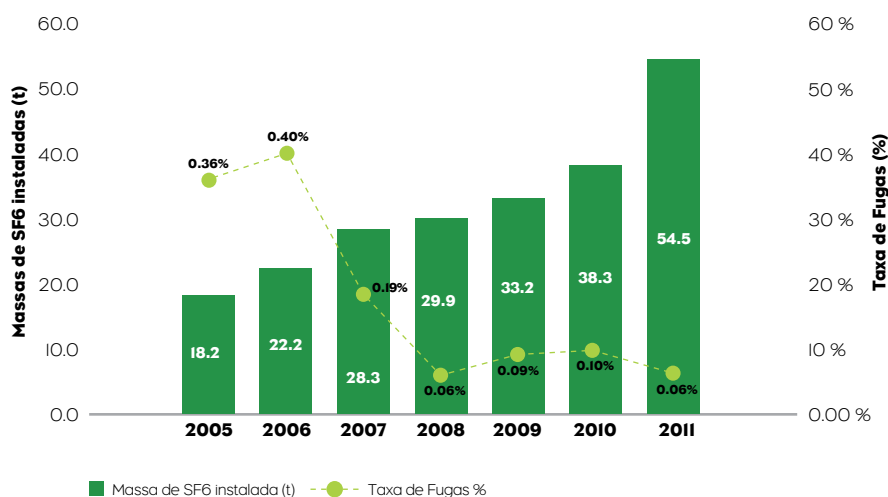
Consciente do potencial impacto das alterações climáticas nas infraestruturas de transporte e armazenamento de energia – em particular naquelas que têm uma configuração linear, como as redes de transporte de eletricidade e de gás natural – a REN tem vindo a trabalhar ativamente na identificação e implementação de medidas de adaptação e mitigação das consequências decorrentes do risco

de ocorrência de fenómenos climáticos extremos. É com este propósito que a empresa integra o subgrupo de trabalho para a área da energia, coordenado pela Direção Geral de Energia e Geologia, no âmbito dos trabalhos setoriais de definição de detalhe da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) e que participa em grupos de trabalho internacionais do setor da energia sobre este assunto.

A REN está a contribuir para um modelo de desenvolvimento assente numa matriz energética de baixo teor de carbono, exercendo com flexibilidade as suas funções de operador do sistema de transporte de energia elétrica e de forma a viabilizar a integração de uma parcela importante de energias renováveis.

No domínio da prevenção e do controlo das emissões de gases de efeito de estufa, a REN tem vindo a implementar, ao longo dos últimos anos, um plano de ações para redução das suas emissões diretas, designadamente no que respeita a emissões de hexafluoreto de enxofre (SF_6), um gás utilizado como isolante elétrico (dielétrico) em diversos equipamentos de alta tensão. Em 2011 e em observância da regulamentação entretanto publicada,

foram certificados todos os técnicos da REN que realizam operações de manipulação deste gás em equipamento elétrico pela entidade que em Portugal está acreditada para o efeito. O esforço realizado pela empresa para reduzir as fugas de SF_6 está materializado na evolução da taxa de fugas deste gás, com resultados considerados tecnicamente muito positivos à escala internacional.



EMISSIONES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (t CO ₂ e)	08	09	10	11
Emissões diretas	16.839	20.954	20.876	17.205
Purgas de gás natural (CH ₄)	567	1.405	1.260	853
Queima da flare	-	948	2.028	1030
Autoconsumo das caldeiras	13.232	14.352	13.467	11.089
Cogeração	1.228	1.440	818	1.590
Hexafluoreto de enxofre (SF ₆)	397	663	839	780
Gás natural	7	10	443	7
Gás propano	7	0	5	5
Gasóleo noutros equipamentos	24	17	37	38
Combustível da frota	1.384	2.099	1.979	1.896
Emissões indiretas	299.556	225.328	193.759	172.851
Eletricidade	31.142	23.730	16.092	16.885
Perdas elétricas na rede	268.415	201.598	177.667	153.402
Emissões das viagens de avião ao serviço da REN	-	-	-	2.564

Apesar de a REN não ter nenhuma instalação abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), a REN Trading, no âmbito da sua atividade regulada de agente comercial, é responsável por otimizar a gestão da carteira de licenças de emissão de CO₂ em função das obrigações ambientais das centrais que mantêm Contratos de Aquisição de Energia (CAE): Tejo Energia e Turbogás. Esta situação implica a compra e venda de licenças, bem como a realização de operações de troca de licenças atribuídas no âmbito do CELE por certificados de redução de emissão originados em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Em 2011, a REN Trading transacionou no mercado à vista, entre compras e vendas, cerca de 923 mil toneladas de CO₂ e, no mercado de futuros, cerca de 1,4 milhões de toneladas. No mesmo ano, o mercado de licenças de emissão foi marcado por sinais de dificuldade, tendo gerado um excedente de licenças

de emissão, fruto do agravamento do cenário macroeconómico, bem como das vicissitudes específicas deste mercado que abalaram a confiança dos agentes no sistema.

De referir, por outro lado, que a REN tem procurado reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa resultantes dos transportes, promovendo e incentivando a realização de videoconferências em detrimento das deslocações dos colaboradores.

Ainda em 2011, foram realizadas 780 videoconferências, um aumento de 41% em relação ao ano anterior, algumas delas a nível internacional e com mais de duas localizações em simultâneo. No final do ano foi disponibilizada uma aplicação de colaboração corporativa que permite a troca de mensagens instantâneas e realização de videochamadas, o que constitui mais uma ferramenta para se reduzir a pegada carbónica da empresa.

Contabilizaram-se em 2011, pela primeira vez, as emissões indiretas associadas às 947 viagens de avião, domésticas e internacionais, ao serviço da empresa. O alargamento do âmbito de reporte da pegada de carbono da REN, incluindo estas emissões de âmbito 3 do "Greenhouse Gas Protocol" (GHG Protocol), é a concretização do compromisso de melhoria da monitorização e controlo dos impactos ambientais da empresa e do seu contributo para as alterações climáticas.

08 09 10 11

Número de viagens de comboio	636	599	597	780
Número de videoconferências	142	209	426	601

A empresa continua a incentivar o uso do comboio em detrimento da utilização de viaturas ligeiras, em particular nas deslocações Porto-Lisboa. Em 2011, o número de viagens de comboio aumentou 30% em relação a 2010.

DESAFIOS ENERGÉTICOS

Ciente dos objetivos e compromissos decorrentes da política energética europeia e nacional, a REN tem vindo a dar o seu contributo para o desenvolvimento das energias renováveis no país, designadamente através da ligação e integração na rede de novos centros produtores renováveis e do desenvolvimento e participação em estudos para utilização de novas formas de energia no domínio da mobilidade (e.g. adoção de veículos elétricos e sua importância e impacto na gestão da rede).

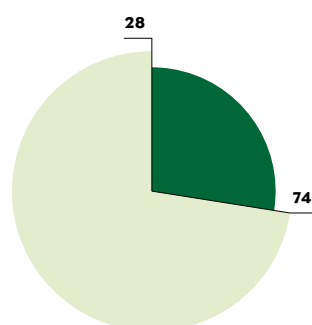
A REN E A ENERGIA DAS ONDAS

Neste âmbito é de destacar o trabalho desenvolvido pela ENONDAS, empresa do Grupo, no desenvolvimento de uma zona piloto a norte de São Pedro de Moel para a produção de energia das ondas. Em 2011 foram executados os estudos e trabalhos preparatórios necessários ao desenvolvimento da infraestrutura, sendo de destacar a caracterização geofísica da zona piloto. Este trabalho, desenvolvido em parceria com o Instituto Hidrográfico, é fundamental para o desenvolvimento do projeto de engenharia subjacente à colocação do cabo submarino, bem como para a parametrização do sistema eletroprodutor e dos sistemas

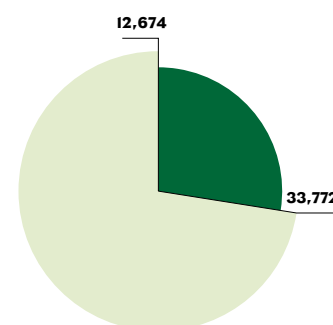
associados, como o sistema de amarração. Também em 2011 foram iniciados os estudos de caracterização ambiental do local, efetuando-se um censo das espécies, aves e mamíferos marinhos, sobre as quais a atividade da ENONDAS poderá ter um impacto significativo. O seu resultado vai ser divulgado publicamente, bem como os demais estudos, contribuindo assim para o conhecimento das espécies marinhas da costa atlântica portuguesa.

UTILIZAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES NAS ESTAÇÕES DE GÁS NATURAL

A integração de fontes renováveis de energia nos seus próprios processos constitui também uma prioridade para a REN, reduzindo a utilização de combustíveis fósseis e, consequentemente, as emissões de gases de efeito de estufa. Como exemplo desta política é de referir um projeto iniciado em 2009, mas que só entrou em exploração industrial em 2011, de utilização de sistemas de painéis solares térmicos em *Gas Regulating and Metering Station (GRMS)*, tendo em vista a redução dos autoconsumos de gás natural resultantes da sua queima nas caldeiras. Estes painéis foram instalados nas GRMS do Seixal e de Frielas, no âmbito do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) da REN Gasodutos. Como resultado, obteve-se uma poupança de 12 674 m³ de gás natural na GRMS do Seixal, o que corresponde a uma redução de 27,75 ton de emissões de CO₂, no período de abril a dezembro de 2011.



■ Emissões de CO₂ associadas ao autoconsumo da estação (t CO₂)
 ■ Emissões CO₂ evitadas pela utilização dos painéis (t CO₂)



■ Autoconsumos (Nm³)
 ■ Consumo de gás evitado pela utilização dos painéis (Nm³)

MECANISMOS DE MERCADO (CERTIFICADOS VERDES E GARANTIAS DE ORIGEM)

A REN é, desde 1 de dezembro de 2003, a entidade emissora nacional de certificados RECS (*Renewable Energy Certificate System*), sendo desde então membro efetivo da *Association of Issuing Bodies*. A empresa é atualmente

responsável pela gestão do processo de registo e certificação no RECS de centrais elétricas, pela emissão, transferência e resgate de certificados RECS e pela realização de auditorias às instalações de produção, registadas ou a registar no sistema RECS. Nesta atividade já se verificaram as seguintes transações:

	NÚMERO CERTIFICADOS (2011)	NÚMERO CERTIFICADOS (CONSOLIDADO DESDE 2003)
Emissão de certificados RECS	146.606	955.226
Exportação de certificados RECS	519.390	544.390
Importação de certificados RECS	3.088	3.088
Cancelamento de certificados RECS	24.488	44.538

Mais informação sobre a actividade da REN como entidade emissora de certificados RECS disponível em:

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/InformacaoCertificados/Paginas/BreveDescricao.aspx>

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 23/2010 foi atribuída à REN a responsabilidade de implementar a Entidade Emissora de Garantias de Origem de Cogeração (EEGO). Neste âmbito, a empresa é responsável por desenvolver e gerir um sistema de emissão de garantias e certificados de origem, da eletricidade produzida em cogerações classificadas de elevada eficiência e eficientes, repetitivamente. Compete também à REN a realização de auditorias às instalações e equipamentos de produção que permitam e assegurem a correta qualificação das instalações e certificação da eletricidade produzida. As garantias e os certificados emitidos ao abrigo desta legislação certificarão a poupança de energia primária alcançada pelas instalações de cogeração.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO DA ENERGIA

A REN possui duas instalações integráveis no conceito de grandes consumidoras intensivas de energia: a estação de gás e lixiviação da REN Armazenagem e o terminal de Gás

Natural Liquefeito (GNL) de Sines da REN Atlântico.

Ao abrigo do Decreto-lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), a REN realizou uma série de auditorias energéticas a estas instalações, de modo a identificar e implementar um conjunto de medidas de racionalização do consumo de energia integradas num Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn). Os PREn das duas empresas estão em operacionalização, sendo de destacar a adoção das seguintes medidas:

- **REN Armazenagem:**

- a) Estação de gás: redução da pressão de ar comprimido para um mínimo de segurança, diminuindo os consumos e os custos de energia elétrica associados ao funcionamento dos compressores de ar de instrumentação.
- b) Lixiviação (rejeição): abastecimento da instalação de Leirosa através de um sistema autónomo solar fotovoltaico e

instalação de variadores de velocidade nas bombas de água centrífugas.

- **REN Atlântico**

- a) Adoção de um caudal mínimo de emissão de gás natural de 174 km³ (n)/h. Apesar de, até ao momento, esta medida não ter sido sistematicamente observada devido a condicionalismos

diversos (necessidade de realização de paragens programadas e de testes de funcionamento, etc.), é expectável que, em 2012, com a conclusão do projeto de expansão do terminal, seja possível concretizá-la com maior regularidade, com melhoria significativa da eficiência energética do Terminal de GNL.

GESTÃO DE CONSUMOS

CONSUMO DE ENERGIA (GJ)	08	09	10	11
Energia elétrica das infraestruturas e edifícios	238.527	241.040	255.465	259.733
Gás natural (cogeração, caldeiras, pilotos e queimas controladas da <i>flare</i>)	257.757	295.205	288.760	244.379
Gasóleo noutros equipamentos	334	228	506	507
Gás propano	112	0	74	81
Gás natural	134	182	7.894	130
Combustível frota	28.341	28.837	27.177	25.916
Perdas na rede de transporte de eletricidade	2.055.942	2.048.062	2.820.852	2.355.685
Perdas na rede de transporte de gás – purgas	1.465	3.658	3.281	2.221
ENERGIA PRODUZIDA/VENDIDA (GJ)				
Energia primária produzida (cogeração)	10.984	10.290	5.975	8.447
Energia primária direta vendida (cogeração)	7.703	7.091	3.942	5.806

7.3 BIODIVERSIDADE

QUESTÃO AOS STAKEHOLDERS:

Considera que a REN se preocupa com a preservação da biodiversidade?

Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)

A biodiversidade é um dos descritores ambientais mais relevantes considerados na avaliação sistemática dos eventuais impactos das atividades da REN nas várias fases do ciclo de vida das suas infraestruturas.

Por esta razão, a atuação da empresa nesta matéria é estruturada de acordo com as seguintes linhas de actuação:



Apesar desta preocupação constante com a proteção e promoção da biodiversidade, verifica-se que apenas uma pequena percentagem das infra-estruturas da REN está integrada em áreas sensíveis do território nacional:

sítios da Rede Natura 2000, Zonas de Proteção Especial e outras áreas protegidas que incluem parques nacionais, reservas, parques e monumentos naturais.

OCUPAÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS	ÁREA/COMPRIMENTO	% OCUPAÇÃO SOBRE O TOTAL
Estações/ Instalações	0,47 km ²	5,4%
Extensão de gasodutos/ linhas	1 177,43 km	12,2%

A ocupação destas áreas pelas infraestruturas da REN deve-se fundamentalmente a razões históricas (a integração das infra-estruturas no terreno foi anterior à classificação destas áreas protegidas), mas também à necessidade de permitir ou reforçar o escoamento da energia com origem renovável de centros produtores situados nestas áreas sensíveis. Sempre

que estas instalações são objeto de modificações, como alterações do traçado de linhas e de gasodutos, é garantida a sua otimização de forma a reduzir os impactos na biodiversidade.

FLORA E USO DO SOLO

A REN, no decurso das atividades de construção e manutenção produz impactos directos na flora e no uso

do solo como, por exemplo, aquando da criação ou manutenção das faixas de proteção associadas às suas

infraestruturas lineares (linhas elétricas e gasodutos).

A **faixa de proteção da linha** consiste na faixa de terreno por baixo da linha de transporte de eletricidade, com 45 m de largura máxima, limitada por duas retas paralelas distanciadas 22,5 m do eixo do traçado, onde se pode cortar ou decotar as árvores necessárias para garantir a distância mínima referida no Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro. A **reconversão da faixa de proteção** de uma linha consiste no arranque dos cepos das árvores abatidas nas áreas sobrepassadas e na consequente rearborização com espécies vegetais que permitam cumprir as distâncias mínimas de segurança entre os condutores e a vegetação.

Como forma de compensar as árvores abatidas naquelas operações, a empresa tem vindo, desde 2007, a realizar diversos projetos de arborização no âmbito da construção de novas instalações. Nestes projetos, que ultrapassam largamente o estrito cumprimento da legislação ou das Declarações de Impacte Ambiental (DIA) em matéria de medidas compensatórias, privilegia-se a plantação de espécies autóctones dos locais intervencionados.

Adicionalmente, a empresa tem implementado ações sistemáticas de reconversão do uso do solo, em particular na construção de novas linhas de transporte de eletricidade. Esta iniciativa apresenta um conjunto vasto de aspetos positivos, entre os quais:

- A compatibilização da ocupação do solo com a presença da linha, evitando, simultaneamente, a proliferação de espécies florestais de crescimento rápido
- A valorização da paisagem, promovendo a variedade de espécies vegetais e uma maior rendibilização da exploração dos solos por parte dos proprietários
- O aumento dos ciclos de intervenção na área da faixa de proteção à linha e a redução dos custos de manutenção despendidos anualmente
- A corresponsabilização dos proprietários pela gestão das zonas intervencionadas, sendo da sua iniciativa a seleção das espécies a utilizar na rearborização, entre as sugeridas pela REN
- A melhor aceitação das infraestruturas pelos proprietários, possibilitando-lhes obter outro tipo de rendimento com a exploração do solo e de forma compatível com a presença da linha
- A quebra da monoespecificidade do coberto vegetal existente na área envolvente à faixa de proteção e a redução do tempo de exposição do solo aos agentes erosivos
- A diminuição do risco de incêndio e a constituição de uma barreira ao avanço do fogo, o que se insere igualmente na estratégia nacional de combate aos incêndios florestais

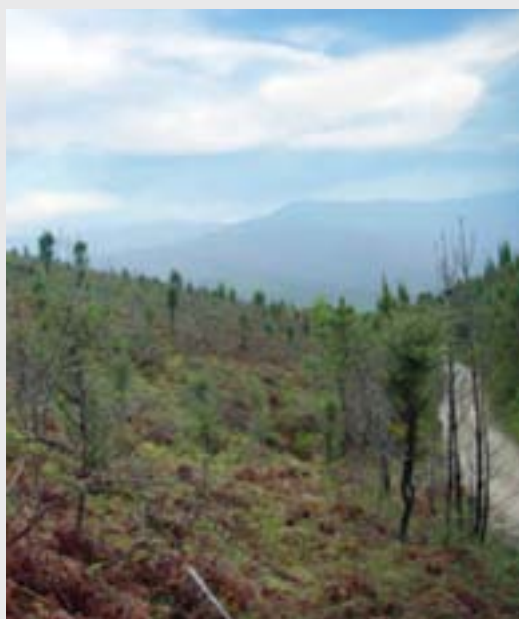
No ano de 2011, procedeu-se à plantação de um total de 153.000

árvores, numa área de aproximadamente 182 ha nas seguintes infraestruturas:

INFRAESTRUTURAS	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ÁRVORES
Linha aérea a 400 kV, Batalha – Lavos	173,5	145.000
Linha aérea a 150 kV, Riba d'Ave – Oleiros	8,4	7.030
Posto de Corte do Picote	-	22
Subestação de Tavira	-	883
Subestação de Ermesinde	-	155

No ano de 2012 as iniciativas de reconversão das faixas de proteção irão continuar, prevendo-se que possam

abranger uma área de aproximadamente 298ha e um total de mais de 200.000 novas árvores.



Na sequência da autorização concedida pela Autoridade Florestal Nacional para o abate de sobreiros em povoamento no âmbito da construção do Ramal Industrial de Leça, foi concluída a execução do “Projeto de Beneficiação de Povoamento de Sobreiros” no Perímetro Florestal Soajo-Peneda (Talhão 14), em área de Baldio no Lugar da Cumeeira, junto à povoação de Couso, concelho de Melgaço, como medida compensatória do abate requerido. Procedeu-se à plantação dum total de 4.760 sobreiros, segundo as curvas de nível, de modo a evitar fenómenos erosivos e à realização de podas de formação dos sobreiros espontâneos aí existentes.

Concluída a fase inicial em Dezembro, com a retanchar de apenas 520 plantas que não resistiram aos ataques da fauna bravia (javalis e algumas aves), entrará agora em marcha o “Plano de Gestão” igualmente aprovado pela AFN, que irá permitir, por parte da REN, a manutenção da área beneficiada (6,8 ha) durante um período de 15 anos, de modo a assegurar o bom desenvolvimento do povoamento até à idade adulta.

AVIFAUNA

Dado o carácter linear das infraestruturas da REN, que se distribuem ao longo do território nacional, o seu impacto potencial sobre a avifauna é significativo, em particular pela possibilidade de ocorrência de episódios de colisão de aves com os cabos de linhas aéreas e

também, embora muito raramente, de eletrocussão.

Atualmente, os locais onde se situam pelas infraestruturas da RNT são ocupados por cerca de 440 espécies classificadas na Lista Vermelha da *International Union for Conservation Nature* (IUCN), nas seguintes categorias:

CLASSIFICAÇÃO IUCN	NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS		
	09	10	11
Criticamente ameaçado	2	2	3
Ameaçado	2	2	4
Vulnerável	17	17	17
Quase ameaçado	28	23	36
Pouco preocupante	314	339	366
Informação insuficiente	1	1	14

INICIATIVA BUSINESS AND BIODIVERSITY

A REN aderiu, há alguns anos, à iniciativa da União Europeia *Business and Biodiversity*, cujo principal objetivo, como o seu nome indica, é o de fomentar a proteção da biodiversidade pelas empresas.

No âmbito desta iniciativa, a REN tem participado no projeto LIFE+ Estepárias, que visa promover a conservação das aves em *habitat* das estepes cerealíferas do Baixo Alentejo. O projeto envolve, em particular, três espécies vulneráveis: a abetarda (*Otis tarda* – espécie em perigo), o sisão (*Tetrax tetrax* – espécie vulnerável) e o peneireiro das torres (*Falco naumanni* – espécie vulnerável) e tem intervenção em três áreas da Rede Natura 2000 classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE): Castro Verde, Vale do Guadiana e Mourão/ /Moura/Barrancos.

DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES

Na construção de linhas de muito alta tensão, a REN procura minimizar a ocorrência de impactos na avifauna através da seleção de localizações que evitem as situações mais críticas de compatibilidade com *habitats* e corredores migratórios de algumas espécies. Contudo, nem sempre estas iniciativas são suficientes para evitar a existência de impactos negativos, sendo, nesses casos, necessário identificar e aplicar medidas de minimização adicionais.

De forma a minimizar a eventual colisão de aves, são usualmente instalados dispositivos de sinalização denominados *Bird Flight Diverters* (BFD), que são

dispositivos em forma de espiral de fixação dupla, com cerca de 30 cm de diâmetro e 1 metro de comprimento, em cores laranja e branco. O espaçamento entre estes dispositivos nos troços de linhas potencialmente mais impactantes tem em consideração o zonamento territorial definido em estudo conjunto com o ICNB.

A REN tem em curso, desde 2009, um estudo em parceria com a QUERCUS, com o objetivo de avaliar a eficácia de novos dispositivos anticolisão na redução do embate de aves selvagens com os cabos em linhas da RNT, designados FBF – *Firefly Bird Flapper*.

A região do Baixo Alentejo foi selecionada para a realização deste estudo, com base em dados recolhidos em estudos anteriores (protocolo REN – ICNB), possibilitando a avaliação da eficácia da instalação dos dispositivos relativamente a espécies como a abetarda, o sisão e o grou. Estes dispositivos foram instalados nas linhas Ferreira do Alentejo – Évora e Palmela – Évora, ambas a 150 kV. No estudo foi igualmente avaliado o impacto dos FBF nos descritores ruído e paisagem, tendo-se concluído que a utilização destes dispositivos não induz uma alteração significativa nos referidos descritores.

COMPATIBILIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS COM A POPULAÇÃO DE CEGONHA BRANCA

Em 2011, a REN deu continuidade ao esforço de compatibilização da crescente população de cegonhas brancas com as infraestruturas da empresa, criando condições para nidificação desta ave em *habitats*

que lhe são favoráveis e instalando dispositivos que minimizam o risco de acidente de origem elétrica.

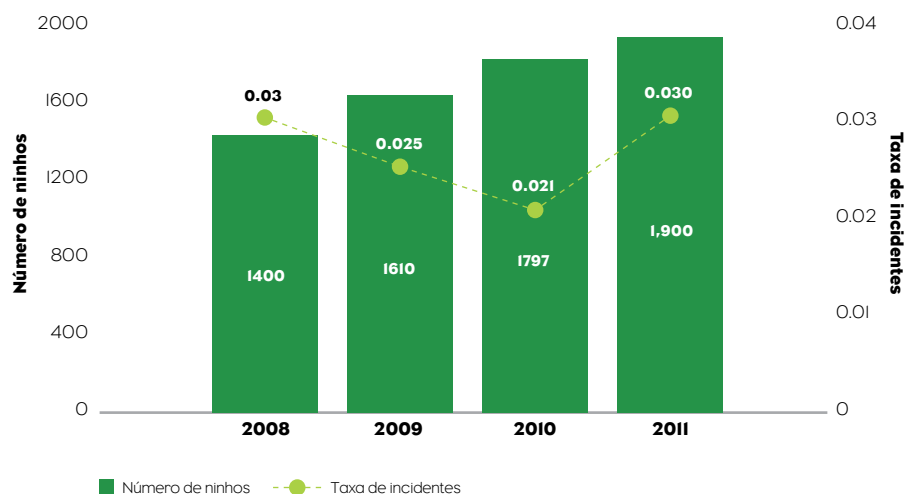
Dando-se continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores, foram instaladas plataformas para nidificação das aves, para as quais foram transferidos os ninhos localizados em zonas dos apoios consideradas de risco para as aves. Nesses pontos, foram igualmente instalados dispositivos inibidores do poiso e da nidificação. Estas intervenções são anualmente comunicadas ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) através de relatório descritivo das medidas implementadas no ano, complementado com a análise da evolução histórica da

situação e dos indicadores associados. Em 2011 foram instalados:

- 150 plataformas para a construção de ninhos e colocação de ninhos artificiais;
- 481 dispositivos dissuasores de poiso.

Foram ainda transferidos 43 ninhos que se encontravam em situação de risco para plataformas artificiais.

Verificou-se durante o ano em apreço um ligeiro aumento da taxa de incidentes da cegonha branca, em relação a 2010, devido ao aumento significativo do número de cegonhas que pousam nos apoios mas que não nidificam neles.



MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTES NA AVIFAUNA

Uma área de atuação relevante da REN, no contexto da proteção da avifauna, é a implementação de

medidas compensatórias decorrentes do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de novas infraestruturas. Em 2011, merecem destaque:

LINHA ALOUEVA – BROVALES, A 400 KV (TROÇO PORTUGUÊS)

A primeira fase do projeto de implementação de medidas compensatórias consistiu na gestão de *habitat* dirigida ao sisão (*Tetrax tetrax*) e ao grou (*Grus grus*). A monitorização entretanto realizada permitiu concluir que não se verifica o impacto inicialmente identificado de a linha constituir uma barreira entre as áreas de alimentação e os dormitórios do rio Ardila, havendo atravessamentos diários de centenas de indivíduos. Da mesma forma, não se verificaram os impactos significativos inicialmente previstos relativamente ao sisão. Apesar de os impactos associados à presença da linha não se terem revelado significativos para o sisão e o grou, verificou-se a mortalidade de outras espécies estepárias, ainda que o seu significado tenha de ser encarado com precaução atendendo ao reduzido número observado.

A REN submeteu, em 2011, um protocolo metodológico à Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o então Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, que prevê gestão de *habitat* dirigida ao sisão e que beneficia e protege outras aves.

LINHAS TUNES – TAVIRA I E 2 E TAVIRA – ESTÓI I E 2

Foi dada continuidade ao projeto, iniciado em 2009, que contempla o desenvolvimento e implementação de um conjunto de medidas compensatórias e de monitorização específica para os casais de Águia de Bonelli a nidificar nas proximidades daquela linha de MAT, definidas no âmbito do respetivo Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, para os “Troços 1 e 2”.

Nesta segunda fase do projeto, será dada continuidade às medidas de compensação e monitorização específica dirigida aos casais de Bonelli “Cepo” e “Corte”, já implementadas, ultrapassando constrangimentos e lacunas de conhecimento identificadas durante a fase anterior.

A REN realizará nesta segunda fase, entre 2009-2014, as seguintes ações:

- Medidas compensatórias e monitorização específica dos casais de Águia de Bonelli “Cepo” e “Corte”;
- Recuperação e fomento das populações de coelho-bravo;
- Monitorização e controlo sanitário das populações de coelho bravo objeto de medidas de fomento;
- Manutenção de aceiro perimetral em torno do local de nidificação do casal “Cepo”;
- Construção/reforço dos ninhos de Bonelli dos casais potencialmente mais afetados pela linha;
- Recuperação/manutenção do coberto vegetal na área de nidificação do casal “Cepo”.

LINHA SINES – PORTIMÃO 3

O projeto contempla o desenvolvimento e implementação de um conjunto de medidas compensatórias e de monitorização específica dirigidas ao casal de águia de Bonelli identificado como “Odelouca”, e que nidifica nas proximidades daquela linha de MAT.

Para o triénio 2010-2013 foi proposta a implementação das atividades necessárias à operacionalização das seguintes medidas de compensação e a monitorização específica do casal de Bonelli “Odelouca”:

- **Monitorização e medidas compensatórias para a Águia de Bonelli**

O plano de atividades contempla a continuidade da monitorização do casal “Odelouca” e das medidas de proteção sustentável do *habitat* de nidificação, no que respeita ao reforço/manutenção de ninhos e plataformas artificiais e à manutenção de aceiros de proteção contra incêndios florestais.

- **Aumento dos recursos tróficos do casal de Águia de Bonelli de Odelouca. Recuperação do coelho bravo**

Será dada continuidade à recuperação das populações de coelho bravo na área de intervenção, para níveis adequados à sua exploração como recurso trófico por parte da águia de Bonelli, permitindo simultaneamente a sua exploração cinegética, com a criação de mecanismos que assegurem a manutenção de uma densidade alta de coelho bravo, autosustentável a médio/longo prazo.

- **Programa de monitorização sanitária do coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus algirus*)**

DOURO INTERNACIONAL E VALE DO RIO TÁVORA

As ações desenvolvidas no âmbito da concretização das medidas de compensação destinam-se a assegurar a restituição ecológica das populações de aves rupícolas (cegonha-preta, britango, Águia de Bonelli, águia-real, bufo-real, falcão-peregrino, gralha-de-bico-vermelho) afetadas pelo previsível impacto negativo das novas linhas que irão atravessar o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e o vale do rio Távora, tendo sido estruturadas nas seguintes componentes:

- **Descrição e avaliação da situação de referência e seleção dos locais a intervir**
- **Implementação de Medidas Compensatórias de Gestão de Habitat**

As ações de melhoria e restauração ecológica terão por base a implementação das seguintes medidas de gestão de *habitat*:

- **Medida 1:** gestão de *habitat* para coelho bravo e perdiz-vermelha;
- **Medida 2:** construção e povoamento de pombais tradicionais;
- **Medida 3:** execução de charcas;
- **Medida 4:** promoção de pastoreio extensivo.

- **Plano de monitorização do sucesso reprodutor e do uso do espaço por parte dos casais que ocorrem na área de intervenção**

Durante 2011, foi iniciada a implementação de medidas compensatórias de melhoria e restauração ecológica no Parque Natural do Douro Internacional e no Vale do Rio Távora. Estas incluem medidas de gestão de *habitat* para coelho bravo e perdiz-vermelha (realização de desmatamentos e sementeiras, entre outras medidas) que irão permitir aumentar o número de efetivos destas espécies, sendo que, por sua vez, constituem alimento das aves de rapina. Irá adicionalmente promover-se o pastoreio extensivo e que beneficia também a perdiz vermelha. Da mesma forma, a construção e povoamento de pombais visa aumentar o alimento disponível para as aves de rapina.

LINHA MOCADOURO – MACEDO DE CAVALEIROS

Em 2011 foram implementadas as seguintes medidas compensatórias:

Medida 1 – Gestão de *habitat* para recuperação das populações de espécies-presa, a qual visou a melhoria das condições de sobrevivência das principais presas selvagens das aves de rapina em estudo, o coelho bravo e a perdiz-vermelha, através da execução de medidas de gestão para recuperação de *habitat*, através da instalação de mosaicos de sementeiras e pontos de água no território de gestão de águia, em locais estratégicos e afastados das LMAT;

Medida 2 – Recuperação e repovoamento de pombais, onde se pretendeu recuperar e repovoar pombais tradicionais de forma a aumentar a população de pombos, enquanto presas disponíveis para os casais de Águia de Bonelli e águia-real, em locais estratégicos e afastados das LMAT.

Medida 3 – Monitorização dos casais de Águia de Bonelli e águia-real presentes na área de estudo, focando-se principalmente na verificação do sucesso reprodutor e do uso do espaço por parte dos casais de Águia de Bonelli e águia-real presentes na área em estudo.

03 GOVERNO SOCIETÁRIO



UMA ONDA DE RENOVAÇÃO

Reflexo da aposta nacional no domínio das energias renováveis, o Estado Português atribuiu à REN, através da empresa Enondas, a concessão das infraestruturas que tornarão possível a produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. Uma rede que liga o presente a um futuro sustentável num desafio científico e tecnológico, que visa colocar Portugal na liderança das energias limpas e, em particular, das ondas.

REN. A REDE QUE NOS UNE

REN. A REDE QUE NOS UNE



- Solicitar ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme aplicável, informação de modo a emitir parecer fundamentado;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração, nomeadamente no que respeita a medidas de prevenção e identificação de conflitos de interesses;
- Sendo identificado, neste âmbito, um negócio suscetível de lesar o interesse social da REN ou das Sociedades Participadas, sugerir a adoção de medidas tendentes a compatibilizar o interesse social com a conclusão da transação; e
- Emitir parecer anual relativo à aplicação do Regulamento e à sua adequação aos seus fins e, sendo necessário, proceder à revisão do mesmo.
- Por fim, refira-se ainda que não existem quaisquer negócios entre, por um lado, a Sociedade e, por outro, os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou os membros dos órgãos de administração ou fiscalização de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

5.8 SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm atribuído crescente importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco com impacto relevante nas atividades das empresas do Grupo, em linha, com as recomendações formuladas a nível nacional e internacional, de que se destacam as Recomendações da CMVM inseridas no Código de Governo das Sociedades e os princípios de bom governo constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

A criação e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos são levados a cabo pela Comissão Executiva e, em última instância, pelo Conselho de Administração. À Comissão de Auditoria compete assistir a Comissão Executiva na análise da integridade e eficiência dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos da REN. Em acréscimo, a Comissão de Auditoria contemplou no seu plano de atividades para o exercício de 2011, a realização de diversas diligências de fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Considera-se que um sistema de controlo interno e de gestão de risco –

como é o caso do implementado pela REN – deve satisfazer, entre outros, os seguintes objetivos:

- Garantir e controlar o cumprimento dos objetivos traçados anteriormente pelo Conselho de Administração;
- Assegurar a fiabilidade e a integridade da informação;
- Garantir a produção e o reporte de forma completa, fiável e tempestiva da informação contabilística e financeira, bem como a prossecução de um adequado sistema de informação de gestão;
- Garantir a salvaguarda dos ativos;
- Garantir a prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades;
- Identificar os fatores de risco, as consequências da ocorrência do risco e os mecanismos destinados ao seu tratamento e minimização;
- Alinhar o risco admissível com a estratégia do Grupo;
- Melhorar a qualidade das decisões;
- Promover a utilização racional e eficiente dos seus recursos.

No exercício de 2009, por deliberação da Comissão Executiva de 13 de maio de 2009, foi constituído o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), o qual tem como missão verificar a existência, o funcionamento e a eficácia do modelo de controlo dos riscos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de governação do Grupo, através de um acompanhamento objetivo, independente e sistemático. O GAI reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, sem prejuízo da sua relação hierárquica com a administração executiva da Sociedade. O responsável pelo referido gabinete é o Eng. Gil Vicente Jorge Marcelino.

De entre as várias atribuições do GAI, destacam-se as seguintes:

- Revisão das políticas de gestão de risco e de controlo interno em vigor;
- Avaliação do grau de implementação do controlo interno (estrutura organizativa e de governação, delegação de competências, código de ética e de conduta, políticas e procedimentos);
- Realização de auditorias financeiras, informáticas, operacionais e de gestão nas diversas áreas do Grupo REN, confirmando a observância das políticas, normas, regulamentação e legislação (serviços de *compliance*);
- Definição, em conjunto com as diferentes áreas, de medidas corretivas para os pontos fracos e não conformidades identificados nas auditorias;
- Controlo da implementação das medidas de correção, através de relatórios de acompanhamento;

- Suporte de gestão de topo na definição e/ou implementação de medidas de controlo e governação.

As auditorias internas realizadas pelo GAI obedecem a um planeamento baseado na avaliação do risco, quer corporativa quer do próprio GAI, incluindo esta última uma avaliação de como são geridos os riscos dos processos, sistemas e unidades de negócio.

O Plano de Atividades do GAI para 2011, aprovado pela Comissão de Auditoria, definiu e caracterizou as auditorias a realizar. A conceção do Plano de Atividades teve como objetivos:

- Focar as auditorias nas áreas de maior risco;
- Avaliar a eficiência dos sistemas de controlo interno implementados;
- Abranger todas as empresas do Grupo REN;
- Acrescentar valor ao Grupo REN.

Na execução das várias auditorias, foi dada particular atenção à avaliação dos sistemas de controlo interno, ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos, à eficiente utilização dos recursos, ao eficaz controlo dos processos e à avaliação e minimização dos riscos identificados.

Em 2012, os procedimentos de auditoria manter-se-ão e para o futuro Plano de Atividades do GAI destacamos os seguintes objetivos:

ALINHAR A AUDITORIA INTERNA COM A ESTRATÉGIA DO GRUPO

ORIENTAR OS RECURSOS PARA AS ÁREAS DE MAIOR RISCO

FOCAR AS AUDITORIAS EM PROCESSOS/ ACTIVIDADES QUE APRESENTEM SUBSTANCIALIDADE SIGNIFICATIVA

ABRANGER TODAS AS EMPRESAS DO GRUPO

POSICIONAR A AUDITORIA INTERNA COMO UMA FUNÇÃO CAPAZ DE ACRESCENTAR VALOR

Tendo como preocupação o acompanhamento dos aspetos principais da atividade da REN e por forma a garantir a conformidade dos procedimentos seguidos, é efetuada regularmente a avaliação dos principais Sistemas de Controlo Interno nas diversas empresas do Grupo, tendo sempre subjacentes os seguintes princípios:

- Reforço e melhoria da eficácia e da eficiência na utilização dos recursos;
- Salvaguarda os ativos;
- Análise do sistema de processamento da informação;
- Verificação da fiabilidade e exatidão da informação financeira, contabilística e outra;
- Prevenção e deteção de fraudes e erros;
- Verificação da conformidade das operações e negócios do Grupo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com as políticas gerais e os regulamentos da Sociedade.
- Promoção da eficácia e da eficiência operacionais.
- Hierarquizar e priorizar os riscos a tratar, bem como as oportunidades identificadas;
- Identificar e definir os responsáveis pela gestão dos riscos;
- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco da REN;
- Aprovar os mecanismos de reporte periódico de risco pelas diferentes áreas de negócio;
- Aprovar, ou submeter à Comissão Executiva, recomendações de prevenção, mitigação, partilha ou transferência dos riscos significativos.

Em complemento, o Comité de Gestão de Risco, criado em 2010, tem como missão apoiar o Conselho de Administração na monitorização dos riscos do Grupo, bem como assegurar a aplicação de políticas de gestão de risco comuns a todo o Grupo e divulgação interna das melhores práticas no que à Gestão de Risco diz respeito. Para desempenhar esta missão tem cometidas as seguintes atribuições:

- Promover a identificação e a avaliação sistemática dos riscos empresariais e o respetivo impacto nos objetivos estratégicos da REN;

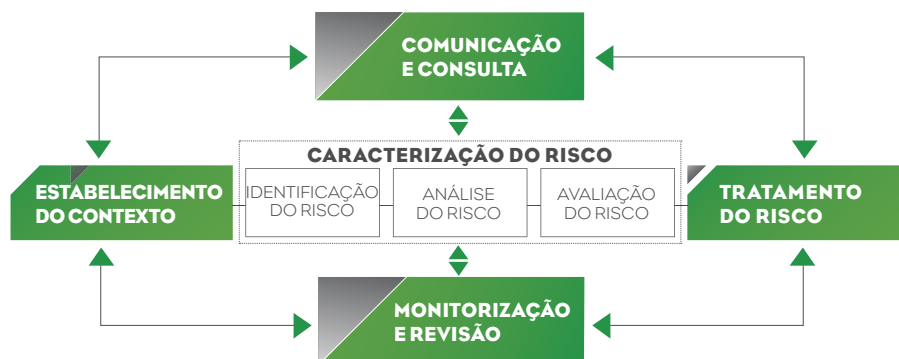
Em 2011, foram identificados pelo Comité de Gestão de Risco, em conjunto com as diversas áreas da empresa, os responsáveis das áreas referentes aos diversos riscos ("donos dos riscos"), cuja principal função é contribuir para o desenvolvimento e aplicação de uma estratégia de gestão do risco alinhada com os objetivos estratégicos da empresa.

Processo de Gestão de Risco

A REN tem vindo a implementar, nos seus sistemas de controlo interno e de gestão de risco, as componentes previstas na Recomendação II.1.1.2 da CMVM, e tem como referencial no processo de gestão de risco o conjunto de normas da *International Organization for Standardization* (ISO).

Durante o ano de 2011 procedeu-se à conceção, desenvolvimento e aplicação de uma estratégia corporativa de gestão do risco homogénea e integrada, transversal a toda a organização, alinhada e estruturada em função das prioridades e características específicas de cada área da empresa.

O processo de gestão do risco da REN tem por base os 5 vetores do quadro seguinte:



1. O **estabelecimento do contexto** permite identificar os principais parâmetros externos e internos considerados na gestão do risco pela empresa e definir o âmbito do processo de gestão do risco. Neste vetor descreve-se, em termos genéricos, os contextos externo, interno e do processo de gestão do risco em que a REN desenvolve as suas atividades.
2. A metodologia de **caraterização do risco** é constituída por 3 etapas:
 - a. **A Identificação do risco**, onde são identificados os potenciais riscos que poderão comprometer a normal atividade do Grupo e, consequentemente, os seus objetivos estratégicos;
 - b. **A Análise do risco**, que reflete um conjunto de atividades destinadas a compreender a natureza do risco e a determinar a sua probabilidade e respetivo impacto; e
 - c. **A Avaliação do risco**, que se traduz na execução de um conjunto de atividades que permitem priorizar os riscos que necessitam de tratamento.
3. O **tratamento do risco** implica a seleção, priorização e implementação de uma ou mais estratégias e medidas específicas para o tratamento do risco. As estratégias de tratamento dos riscos previstas podem evitar, transferir, partilhar ou reter o risco. A estratégia a selecionar é aquela que não só detém uma maior capacidade de redução do risco como também a que comporta uma maior capacidade de criar benefícios e oportunidades adicionais, sendo aconselhável a seleção de estratégias que tenham capacidade de endereçar, simultaneamente, vários riscos.
4. A **monitorização do risco** visa acompanhar a evolução dos riscos e é realizada continuamente, estando integrada nos processos e atividades de rotina da empresa. Associado ao processo de monitorização estão definidos indicadores de gestão de risco (*Key Risk Indicators*), para os principais riscos identificados, que permitem acompanhar fatores e possíveis eventos de risco, a sua probabilidade e impacto, bem como as medidas de controlo adotadas.
5. A **revisão do risco** consiste na avaliação da adequação, eficácia e eficiência do processo de gestão do risco, com o fim de identificar não conformidades ou insuficiências e determinar a necessidade de implementação de medidas corretivas.
6. A **comunicação e consulta** estabelece as orientações para uma comunicação e consulta eficazes do processo de gestão do risco. Este vetor desenvolve-se de forma contínua e interativa, entre os intervenientes no processo de gestão do risco, ao longo das diferentes fases e atividades que este processo comporta.

O objetivo do processo de gestão do risco é contribuir de forma direta para a melhoria do desempenho da REN, incorporando as atividades de gestão do risco como elemento de otimização das restantes atividades do Grupo e dar cumprimento às recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas.

RISCOS DA REN

No desenvolvimento das suas atividades a REN está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, os quais, foram agregados nas seguintes categorias e subcategorias:



A categoria **Meio Envolverte** analisa os fatores externos à organização que poderão afetar negativamente a viabilidade do modelo de negócio da organização, interferindo na realização dos seus objetivos e estratégia.

A categoria **Processos** considera as fontes internas de risco que comprometem a viabilidade dos processos de negócio da organização, no que respeita à sua gestão operacional de modo eficaz e eficiente e a um correto alinhamento com a estratégia.

Nesta categoria, existem 4 subcategorias:

- Os riscos **Operacionais**, que traduzem os riscos das operações se tornarem ineficientes e ineficazes na execução do modelo de negócio da REN, na satisfação das necessidades dos clientes e na concretização dos objetivos de performance de qualidade, custo e tempo;
- Os riscos de **Recursos Humanos**, que correspondem a um conjunto de riscos incorridos pelos colaboradores por não saberem operacionalizar corretamente as suas atividades ou não saberem o que fazer quando precisam de realizar uma tarefa, por ultrapassarem os limites dos poderes

que lhes foram atribuídos ou serem incentivados a agir incorretamente;

- Os riscos de **Conformidade**, que estão associados ao cumprimento do estabelecido nos contratos de concessão, nas leis e regulamentos, e nas normas e acordos internacionais; e
- Os riscos **Financeiros**, que representam um conjunto de riscos que comprometem a gestão eficiente dos recursos financeiros da organização, nomeadamente no que concerne à maximização da disponibilidade dos *cash flows*, à redução da incerteza associada à taxa de câmbio, taxa de juro, crédito e outros riscos financeiros, e à movimentação dos fundos de modo atempado, e sem perda de valor, para onde são mais necessários.

A categoria **Qualidade da Informação para a Tomada de Decisão** abrange os riscos que comprometem a informação utilizada para suportar a execução do modelo de negócio, o reporte interno ou externo sobre o desempenho e a avaliação contínua da eficácia do modelo de negócio da organização. Esta categoria considera todos os riscos relacionados com as

atividades de criação de valor bem como com a respetiva informação de gestão produzida.

Nesta categoria, estão incluídas 3 subcategorias:

- Os riscos de **Processos**, que estão relacionados com a ausência de informação fiável e tempestiva sobre os processos e atividades da organização.
- Os riscos **de Reporte**, que estão relacionados com a ausência de um reporte fiável e tempestivo, destinado a interlocutores internos e externos.
- Os riscos de **Meio Envolvente / Estratégia**, que representam a ausência de informação fiável e tempestiva sobre a envolvente interna e externa que impedem a organização de se adaptar à mudança ou de maximizar o seu valor.

Durante o ano de 2011, o Comité de Gestão de Risco, com o apoio dos responsáveis das áreas referentes aos diversos riscos, procedeu à identificação dos vários riscos a que a REN está exposta, tendo sido determinado, o perfil de risco do Grupo. Dado que os riscos e os controlos de mitigação dos riscos dependem de fatores endógenos e exógenos, o perfil de risco não é estático.

Os riscos de maior severidade para o Grupo REN são detalhados seguidamente de acordo com a sua categoria e subcategoria:

ALTERAÇÃO DO MODELO E PARÂMETROS REGULATÓRIOS

O risco da existência de alterações ao modelo regulatório e/ou decisões do regulador pode afetar a capacidade da empresa gerir eficientemente os seus negócios e está associado ao fato da atividade desenvolvida pela REN ser uma atividade regulada.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	NATUREZA	RISCO
Meio Envolvente	Contexto Externo	Regulatório	Alteração do modelo e parâmetros regulatórios
		Mercados Financeiros	Qualidade de crédito/ <i>rating</i> da organização
			Evolução das taxas de juro
Processos	Operacionais	Interrupção do Negócio	Ocorrência de incidente generalizado
		Projetos de Investimento	Aprovação dos planos de investimentos
		Segurança e Saúde	Ocorrência de acidentes de trabalho graves
		Tecnologias de Informação	Segurança dos sistemas de informação
	Recursos Humanos	Conhecimento/ Competência	Capacidade de atrair/reter as competências e <i>know-how</i> necessários ao negócio
Qualidade da Informação para a Tomada de Decisão	Reporte	Contabilístico/ Fiscal	Adequação da informação de gestão

A REN efetua a gestão deste risco através do acompanhamento da evolução da estratégia regulatória bem como das tendências regulatórias europeias.

QUALIDADE DE CRÉDITO/RATING DA REN

A qualidade de crédito e a alteração do *rating* da REN pode ter impacto ao nível do acesso ao financiamento e ao custo do mesmo.

A REN gere este risco através da construção de uma posição de liquidez sólida e da gestão eficiente das suas necessidades de financiamento conjugada com eficazes ações de comunicação ao mercado e aos diferentes agentes financeiros.

De referir que o nível do *rating* da empresa pode ser afetado com a deterioração do *rating* da República.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO

A flutuação das taxas de juro pode ter impacto na remuneração dos ativos regulados e no serviço da dívida da REN. A alteração dos indexantes relevantes das taxas de juro de mercado poderá traduzir-se em custos de financiamento mais onerosos para o Grupo.

A REN gere a exposição ao risco da evolução das taxas de juro através da contratação de derivados financeiros, com o objetivo de obter uma relação equilibrada entre taxa de juro fixa e variável e minimizar os encargos financeiros no médio e longo prazos.

OCORRÊNCIA DE INCIDENTE GENERALIZADO

O desempenho da empresa poderá ser influenciado pela ocorrência de eventos que obrigam à interrupção do serviço de abastecimento de eletricidade e pela eventual dificuldade de reposição atempada do serviço. As infraestruturas que suportam a atividade da REN encontram-se expostas a um conjunto de condições (poluição, condições atmosféricas, incêndios, aves, entre outros), que poderão provocar interrupções de serviço.

O plano de reposição de serviço após incidente generalizado implementado na REN e a realização de simulações para verificação da capacidade de reposição do serviço em caso de incidente, são algumas das ações adotadas para gerir este risco.

APROVAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO

A existência de atrasos na aprovação dos planos de investimento por parte de Entidade Reguladora ou outras entidades responsáveis pode provocar desfasamentos temporais significativos na entrada em exploração de novas infraestruturas e/ou perda do investimento realizado, com impacto ao nível da qualidade do serviço prestado.

A REN adota procedimentos de gestão deste risco, que se traduzem no acompanhamento das ações da Entidade Reguladora e de outras entidades competentes no processo de autorização do Investimento a realizar.

OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO GRAVES

O incumprimento dos procedimentos de segurança e operação de equipamentos poderá originar a ocorrência de acidentes de trabalho graves com danos físicos e humanos em obras promovidas pela REN.

A gestão deste risco por parte da REN é feita através do sistema de gestão de segurança, com a formação específica para operações que envolvam riscos e formação para todos os colaboradores de prestadores de serviço da REN em conhecimentos de segurança.

SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento da atividade da REN está fortemente dependente dos sistemas e tecnologias de informação em funcionamento no Grupo. Assim, a segurança nos sistemas e tecnologias de informação, bem como sua adequabilidade às necessidades da empresa, são essenciais para o bom desempenho da REN.

Para gerir este risco, a REN mantém atualizados os sistemas de comunicações e os respetivos serviços de suporte, efetuando a revisão periódica das configurações dos equipamentos de rede e de segurança. Simultaneamente estão implementadas medidas de segurança para os sistemas considerados críticos tais como a existência de comunicações redundantes e o isolamento destes sistemas relativamente a tráfego potencialmente perigoso.

▸ CAPACIDADE DE ATRAIR/RETER AS COMPETÊNCIAS E *KNOW-HOW* NECESSÁRIOS AO NECÓCIO

O sucesso da REN depende das qualificações e dos esforços dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. A continuidade do êxito da empresa depende em larga medida da sua capacidade em atrair, reter e motivar colaboradores qualificados.

Para tanto, a REN desenvolve a sua política de recursos humanos apostando na formação, na ética,

no desenvolvimento do potencial e na motivação. A política de recursos humanos visa também a atualização permanente dos conhecimentos e o reforço de uma cultura de qualidade, indispensáveis ao cumprimento da sua missão de serviço público.

▸ ADEQUAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE GESTÃO

A REN produz informação de gestão com regularidade, para efetuar um acompanhamento rigoroso da sua atividade. Nesse sentido, toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sofisticados sistemas informáticos. A REN desenvolve ações que procuram a melhoria contínua dos processos e sistemas de informação de suporte que geram informação financeira e de gestão.

Deste modo, a produção de informação rigorosa e credível permite garantir que a informação não apresenta erros que ponham em causa as decisões a tomar.

5.9 NÃO ADOÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS QUE PROVOQUEM AUTOMATICAMENTE UMA EROSÃO GRAVE NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO

A REN não adotou quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito uma erosão automática e grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, evitando prejudicar, dessa forma, a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares dos órgãos de administração.

Nomeadamente não existem acordos significativos de que a REN seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, nem acordos entre a REN e os titulares do órgão de administração ou dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Cód.VM, que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de membros do órgão de administração, nem em caso de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou

cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Do mesmo modo, a REN não adotou qualquer medida que tenha como objetivo impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Realça-se, em qualquer caso, a existência de limitações legais à titularidade de ações representativas do capital da REN, na medida em que as alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho), assim como as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 20.º-A e as alíneas h) e i) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2011 de 20 de junho) proíbem a titularidade de participações sociais superiores a 5% ou 10% do capital social

ANEXOS



RELATÓRIO DE GESTÃO



0.1 LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA PUBLICADA EM 2011

1. ELETRICIDADE

**Despacho ERSE nº 122/2011,
de 4 de janeiro, DR nº 2, série II**

Aprova o procedimento do sistema de comunicações, execução e controlo de serviço de interruptibilidade.

**Despacho ERSE nº 1549/2011,
de 19 de janeiro, DR nº 13, série II**

Estabelece os perfis horários de perdas para as redes de BT, MT, AT e MAT entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e alterações aos perfis em BTN e BTE.

**Portaria nº 71/2011,
de 10 de fevereiro, DR nº 29, série I**

Altera as condições do serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de eletricidade ao operador da rede de transporte.

**Portaria nº 117/2011,
de 25 de março, DR nº 60, série I**

Altera o regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte.

**Decreto-lei nº 62/2011,
de 9 de maio, DR nº 89, série I**

Estabelece os procedimentos de identificação das infraestruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social da sociedade no setor da energia.

**Decreto-lei nº 78/2011,
de 20 de junho, DR nº 117, série I**

Estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2011, de 1 de agosto, DR nº 146, série I

Aprova o calendário para a extinção faseada das tarifas reguladas de eletricidade e gás natural.

**Regulamento nº 496/2011,
de 19 de agosto, DR nº 159, série II**

Revisão regulamentar do setor elétrico – Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento Tarifário e Regulamento do Acesso às Redes e Interligações.

**Despacho nº 13492/2011,
de 26 de setembro, DR nº 194, série II**

Reconhece o relevante interesse público da infraestrutura de apoio e equipamento de produção de eletricidade por fonte de energia renovável, *WaveRoller* Peniche, na Praia da Almagreira.

**Lei nº 51-A/2011, de 30 de setembro,
DR nº 189, série I, Supl.**

Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade, com a consequente sujeição deste bem à taxa normal.

**Portaria nº 286/2011,
de 31 de outubro, DR n.º 209, série I**

Fixa o coeficiente Z para projetos eólicos *offshore* com utilização de plataformas flutuantes.

**Diretiva ERSE nº 5/2011,
de 24 de novembro, DR nº 226, série II**

Estabelece os termos e condições de realização de Leilões de Colocação de PRE.

**Portaria nº 310/2011,
de 21 de dezembro, DR nº 243, série I**

Revoga o regime de interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muito alta tensão.

Diretiva ERSE nº 6/2011, de 22 de dezembro, DR nº 244, série II

Altera o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico.

Diretiva ERSE nº 7/2011, de 22 de dezembro, DR nº 244, série II

Aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2012 e parâmetros de regulação para o período de regulação 2012-2014.

GÁS NATURAL

Despacho ERSE, nº 3454/2011, de 21 de fevereiro, DR nº 36, série II

Aprova os termos e condições de realização do leilão para o ano gás 2011-2012 e as respetivas regras.

Despacho ERSE nº 8687/2011, de 28 de junho, DR nº 122, série II

Aprova as tarifas e preços de gás natural para o ano gás 2011-2012.

Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, DR n.º 67, série I

Adota como Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito a norma NP 1473.

Decreto-Lei nº 87/2011, de 18 de julho, DR nº 136, série I

Estabelece o regime aplicável ao reconhecimento e transmissão dos ajustamentos tarifários regulares devidos às entidades reguladoras do setor do gás natural.

Portaria nº 142/2011, de 6 de abril, DR nº 68, série I

Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.

Lei nº 51-A/2011, de 30 de setembro, DR nº 189, série I, Supl.

Elimina a taxa reduzida de IVA sobre o gás natural, com a consequente sujeição deste bem à taxa normal.

Despacho ERSE nº 6794/2011, de 14 de abril, DR nº 84, série II

Aprova o Manual de Gestão Logística do Abastecimento de UAG.

Diretiva ERSE nº 3/2011, de 7 de outubro, DR nº 193, série II

Aprova as condições gerais dos contratos de uso das redes de distribuição e transporte de gás natural.

Decreto-lei nº 62/2011, de 9 de maio, DR nº 89, série I

Estabelece o procedimento de identificação e proteção das infraestruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social nos setores da energia.

Regulamento nº 541/2011, de 10 de outubro, DR nº 194, série II

Altera o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural.

Decreto-lei n.º 77/2011, de 20 de junho, DR n.º 117, série I

Estabelece as regras comuns para o mercado interno de gás natural.

Portaria nº 297/2011, de 16 de novembro, DR nº 220, série I

Determina as reservas mínimas de segurança de gás natural de todos os consumos não interruptíveis.

Diretiva ERSE nº 2/2011, de 26 de junho, DR nº 142, série II

Aprova as condições comerciais de ligação às redes de transporte e distribuição de gás natural. Republica a metodologia de codificação universal das instalações.

SUSTENTABILIDADE



1.1 TABELA DE CORRESPONDÊNCIA CRI

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1 Mensagem do Presidente		Pag. 4-6
1.2 Impactes, riscos e oportunidades		Pag. 18-19, 93-95, 97-98, 105-107
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1 Denominação		REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
2.2 Marcas e serviços		Pag. 8-9
2.3 Estrutura operacional		Pag. 9-13
2.4 Sede social		AV. EUA, 55 - 1745-061 Lisboa
2.5 Países em que opera		Portugal
2.6 Tipo e natureza legal de propriedade		Pag. 8-9, 92
2.7 Mercados abrangidos		Pag. 8-9
2.8 Dimensão		Pag. 20-23
2.9 Principais alterações		Pag. 4-9, 18-19
2.10 Prémios		Pag. 95-96
EU1 Capacidade instalada (MW), discriminada por fonte de energia e por país ou regime regulatório		A atividade da REN não inclui a produção de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU2 Exportação líquida de energia, discriminada por fonte de energia e por país ou regime regulatório		A atividade da REN não inclui a produção de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU3 Número de clientes domésticos, industriais e comerciais		A atividade da REN não inclui a distribuição de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU4 Comprimento de linhas de transporte		Pag. 22-23
EU5 Distribuição das licenças de CO ₂ , por país e por regime		A atividade da REN não inclui a produção de energia pelo que não está sujeita à atribuição de licenças de emissão, não sendo por isso considerado um indicador relevante.
PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO		
Perfil do Relatório		
3.1 Período abrangido		1 Janeiro 2011 a 31 Dezembro 2011
3.2 Data do último relatório		Relatório de Sustentabilidade 2010
3.3 Ciclo de publicação		Anual
3.4 Contactos		Pág. 454-455, sustentabilidade@ren.pt
Âmbito e Limites do Relatório		
3.5 Definição do conteúdo		Pag. 92-93
3.6 Limites		Pag. 92-93
3.7 Limitações específicas		Pag. 92-93
3.8 Base para a elaboração		Pag. 92-93
3.9 Técnicas de medição e bases de cálculo		Pag. 92-93, 448-449
3.10 Reformulações		Ocorreu a reformulação do valor de azoto consumido pela REN Atlântico, devido a um erro no factor de conversão utilizado.

Continuação

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
3.11 Alterações significativas		Inclusão no âmbito da REN Telecom
Índice de Conteúdo do GRI		
3.12 Índice de conteúdo do GRI		Presente tabela
Verificação		
3.13 Política e prática atual relativa à procura de verificação externa para o relatório		Pag. 92-93
GOVERNAÇÃO		
Governança		
4.1 Estrutura de governação		Pag. 168-172
4.2 Papel do Presidente		Pag. 171, 231
4.3 Administradores independentes e/ou não-executivos		Pag. 171, 281-232
4.4 Mecanismos de comunicação com acionistas e colaboradores		Pag. 108
4.5 Relação entre remuneração e desempenho organizacional		Pag. 223-225
4.6 Conflitos de interesse		Pag. 211, 214
4.7 Qualificações e competências dos administradores		Pag. 232-235
4.8 Missão, valores, códigos de conduta e princípios		A missão, visão e valores da REN podem ser consultados em: http://www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Missao/Pages/Missao.aspx
4.9 Procedimentos de supervisão do desempenho económico, ambiental e social		Pag. 204, 210
4.10 Processos para avaliação do desempenho da administração		Pag. 204, 210
Compromissos com Iniciativas Externas		
4.11 Abordagem ao princípio da precaução	7	Pag. 135-137, 213-220
4.12 Participação em iniciativas que a organização subscreva	7	Pag. 125, UN Global Compact
4.13 Participação em associações e organismos nacionais/internacionais	7	Pag. 125, 130, 132
Relacionamento com as Partes Interessadas		
4.14 Lista das partes interessadas		Pag. 100-101, 105-107
4.15 Base para identificação das partes interessadas		Pag. 99
4.16 Abordagens do relacionamento com as partes interessadas		Pag. 99-108
4.17 Temáticas e preocupações das partes interessadas e resposta		Pag. 99-108

DESEMPENHO ECONÓMICO

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
FORMAS DE GESTÃO				Pag. 18-19, 75, 87-88, 97-98
ASPETO: DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE				
EU6	Setorial	Disponibilidade e fiabilidade do abastecimento de energia		Pag. 52-55
ASPETO: GESTÃO DA PROCURA				
EU7	Setorial	Programas de gestão da procura, incluindo programas residenciais, comerciais e industriais		A natureza da actividade da REN não permite desenvolver programas de gestão da procura.
ASPETO: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO				
EU8	Setorial	Abordagem de investigação e desenvolvimento		Pag. 129-131
ASPETO: DESCOMISSIONAMENTO DE CENTRAIS				
EU9	Setorial	Provisões para descomissionamento de centrais nucleares		Em Portugal, não existem centrais nucleares.
ASPETO: DESEMPENHO ECONÓMICO				
EC1	Essencial	Criação e distribuição de valor		Valor económico directo criado: € 342,203 M Valor económico directo distribuído: € 310,675 M Valor económico directo dos accionistas retido: € 31,529 M
EC2	Essencial	Implicações financeiras, avaliação de riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	7	Os riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas estão identificados pela REN, no entanto, ainda não são avaliadas as respetivas implicações financeiras.
EC3	Essencial	Cobertura de planos de reforma na organização		Pag. 118, 329-330, 363
EC4	Essencial	Comparticipações financeiras ao investimento		Pag. 130,306,330-331
ASPETO: PRESENÇA NO MERCADO				
EC5	Complementar	Rácio entre o salário mínimo praticado na REN e o salário mínimo nacional	6	O montante do salário mínimo auferido na REN é 1,44 vezes superior ao salário mínimo nacional de 2011 (485€)
EC6	Essencial	Contratação de fornecedores		O processo de contratação com vista à aquisição de bens, serviços e empreitadas tem por base as regras da contratação pública em vigor, designadamente, o Código dos Contratos Públicos. Este processo assenta na realização de concursos limitados, nos quais participam empresas que integram uma lista de fornecedores qualificados para diversas classes de fornecimento relevantes. A REN apresentou em 2011 um prazo médio de pagamento de 31 dias.
EC7	Essencial	Contratação de quadros dirigentes	6	A REN não possui uma política que limite a contratação de dirigentes a uma região específica de Portugal, país ao qual se confina a sua atividade.

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS				
EC8	Essencial	Desenvolvimento e impacto dos investimentos na comunidade de natureza comercial, pró-bono ou em espécie		Pág. 125-128 As iniciativas são desenvolvidas tendo em consideração a aviação efectuada às necessidades das comunidades e às acções espontâneas em resposta a pedidos formulados pelas instituições referidas.
EC9	Complementar	Descrição dos impactos económicos indirectos significativos para benefício público		Pág. 56-58, 68-69, 143
ASPETO: DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE				
EU10	Setorial	Cobertura da procura no longo prazo (incluindo reserva)		A REN colabora com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) na monitorização da segurança de abastecimento do SEN e do SNGN tendo como referência dados prospectivos sobre a evolução do sistema electroprodutor e da RNTIAT no médio e no longo prazo. Para mais informações consulte: páginas 46 e 47 do relatório de sustentabilidade 2010 (disponível em http://www.ren.pt)
ASPETO: GESTÃO DA PROCURA				
EU11	Setorial	Eficiência de geração média, por fonte de energia e por país ou regime regulatório		A REN não possui atividade de produção de energia pelo que não é efetuado este tipo de análise.
ASPETO: EFICIÊNCIA DO SISTEMA				
EU12	Setorial	Eficiência no transporte e distribuição de energia		Pág. 52-55
DESEMPENHO AMBIENTAL				
FORMAS DE GESTÃO				
ASPETO: MATERIAIS				
EN1	Essencial	Consumo de materiais	8	Pág. 139
EN2	Essencial	Percentagem de materiais utilizados que são reciclados	8,9	Pág. 139
ASPETO: ENERGIA				
EN3	Essencial	Consumo direto de energia		Pág. 145 Todos os combustíveis consumidos e contabilizados pela REN são de origem fóssil.
EN4	Essencial	Consumo indirecto de energia		Pág. 145 O fornecedor de eletricidade da REN é a EDP Serviço Universal e a informação referente à energia primária associada à produção de eletricidade pode ser consultada no seguinte link: http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/Pages/OrigensdaEnergia.aspx
EN5	Complementar	Conservação de energia e melhoria de eficiência	8,9	Pág. 141-145

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EN6	Complementar	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis e reduções nos consumos alcançados	8,9	Pág. 141-145
EN7	Complementar	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas		Pág. 141-145
ASPETO: ÁGUA				
EN8	Essencial	Consumo total de água	8	Pág. 140
EN9	Complementar	Recursos hídricos afetados	8	Pág. 140
EN10	Complementar	Água reutilizada	8,9	Pág. 140
ASPETO: BIODIVERSIDADE				
EN11	Essencial	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas	8	Pág. 146
EU13	Setorial	Comparação entre a biodiversidade dos habitats recuperados e a dos habitats originais		Estão implementados planos de monitorização em obras de linhas e subestações, para os aspetos ambientais de maior impacto. A REN não tem meios para aferir qual o estado original dos habitats, visto se tratarem de instalações antigas das quais a REN não dispõe de informação acerca do seu estado original. Pág. 136-138
EN12	Essencial	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas		Pág. 138, 146-150
EN13	Complementar	Habitats protegidos ou recuperados	8	Pág. 146-152
EN14	Complementar	Gestão de impactes na biodiversidade	8	Pág. 135-139, 146-150
EN15	Complementar	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN e na lista de conservação nacional de espécies com habitats em áreas afetadas pela REN	8	Pág. 148-149

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS				
EN16	Essencial	Emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa		Pág. 141-143
EN17	Essencial	Outras emissões indiretas de gases com efeito de estufa	8	Pág. 142 A REN tem intenção em 2012 de alargar o âmbito das emissões de GEE reportadas de acordo com o scope 3 do GHG Protocol.
EN18	Essencial para para o setor REN	Iniciativas para reduzir das emissões de gases com efeito de estufa	8,9	Pág. 141-143
EN19	Essencial	Emissões de substâncias depletoras da camada ozono	8	A REN não produz produtos nem possui serviços que utilizem substâncias depletoras da camada de ozono. Ao longo do tempo, têm sido substituídos os equipamentos de climatização que contêm gases depletos da camada de ozono, de acordo com o plano de substituição de equipamentos da REN.
EN20	Essencial	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	8	Decorrentes da atividade da REN não são consideradas materiais as emissões de NOx e SOx. Adicionalmente, este indicador não foi considerado relevante pelas nossas partes interessadas.
EN21	Essencial	Rejeição de águas residuais	8	Pág. 140
EN22	Essencial	Produção de resíduos por tipo e destino final	8	Pág. 140
EN23	Essencial	Ocorrências de derrames em atividades	8	Em 2011, ocorreram nove derrames de substâncias perigosas. Dos derrames registados apenas foi possível quantificar três destes todos de hidrocarbonetos: - 1 derrame de 200 l. - 2 derrames de 9 m3 É objetivo da REN, numa ótica de melhoria contínua, reforçar em 2012 a sensibilização dos colaboradores da REN e das equipas de acompanhamento ambiental no sentido de registarem sempre as quantidades derramadas de substâncias perigosas.
EN24	Complementar	Produção de resíduos segundo a Convenção da Basileia	8	Este indicador não é aplicável, uma vez que os resíduos produzidos pela REN são todos encaminhados para operadores de gestão de resíduos nacionais.
EN25	Complementar	Recursos hídricos e respetivos habitats afetados pela rejeição de águas residuais	8	Pág. 140

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: PRODUTOS E SERVIÇOS				
EN26	Essencial	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	8,9	Pág. 135-138
EN27	Essencial	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens	8,9	Este indicador não é aplicável à actividade da ren uma vez que a Empresa não comercializa produtos com embalagem.
ASPETO: CONFORMIDADE				
EN28	Essencial	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	8	No ano de 2011 foram levantados doze processos de contraordenações ambientais, ainda em curso; Foram concluídos dois processos de contraordenações ambientais, nos quais não foi atribuída culpa (sem multa); Transitaram de anos anteriores sessenta processos, ainda sem resolução em 2011.
ASPETO: TRANSPORTE				
EN29	Complementar	Impactes ambientais resultantes do transporte	8	Pág. 142
ASPETO: GERAL				
EN30	Complementar	Custos e investimentos com proteção ambiental	8,9	Pág. 140
DESEMPENHO SOCIAL – PRÁTICAS LABORAIS				
FORMAS DE GESTÃO				Pág. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
ASPETO: EMPREGO				
EU14	Setorial	Retenção e renovação de mão de obra especializada		Pág. 113-117
LA1	Essencial	Colaboradores por tipo de emprego		Não existem colaboradores a tempo parcial. A totalidade dos contratos de trabalho é a tempo inteiro. A REN não tem colaboradores supervisionados. Pág. 110-112
LA2	Essencial	Taxa de rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região		A taxa de rotatividade por região não é aplicável, uma vez que a operação da REN está concentrada em Portugal. Pág. 110
EU15	Setorial	Percentagem de colaboradores elegíveis para reforma nos próximos 5 e 10 anos		Pág. 110
EU16	Setorial	Políticas e exigências relativas à saúde e segurança dos colaboradores, empreiteiros e subempreiteiros		Pág. 119-123

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EU17	Setorial	Média de colaboradores subcontratados		Pág.121
EU18	Setorial	Formação de colaboradores subcontratados		Pág. 122 O aumento quase 3 vezes superior ao do ano passado no número de entidades envolvidas em ações de formação, deveu-se na sua maioria às obras de expansão do terminal da REN Atlântico.
LA3	Complementar	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro	6	Pág.118
ASPETO: RELAÇÕES ENTRE COLABORADORES E A GESTÃO				
LA4	Essencial	Colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva	3	Pág.118
LA5	Essencial	Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais	3	Os prazos de aviso prévio são os decorrentes da Lei Geral de Trabalho.
ASPETO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO				
LA6	Complementar	Colaboradores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional		Pág.120
LA7	Essencial	Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos resultantes da atividade laboral		Pág.120-121
LA8	Essencial	Programas relacionados com doenças graves		Pág.120
LA9	Complementar	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos		Os tópicos abrangidos encontram-se descritos no Título XV e anexo IV do Acordo Coletivo de Trabalho.
ASPETO: FORMAÇÃO				
LA10	Essencial	Formação anual por colaborador		Pág.114-115
LA11	Complementar	Programas de gestão de competências		Pág.113-118
LA12	Complementar	Colaboradores com avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira		100% Pág.117-118

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
LA13	Essencial	Efetivos por indicadores de diversidade	1,6	No universo de colaboradores da REN, existem dois colaboradores portadores de deficiência. Pág. 111
LA14	Essencial	Rácio entre os salários base do homem e da mulher por categoria funcional	1,6	A atribuição de salário na REN não depende do género mas da categoria profissional e competências demonstradas.
DESEMPENHO SOCIAL – DIREITOS HUMANOS				
FORMAS DE GESTÃO				Pag. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
ASPETO: PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA				
HR1	Essencial	Acordos de investimento com cláusulas sobre direitos humanos	1,2,4, 5,6	Em Portugal os aspectos relacionados com os direitos humanos estão contemplados na Constituição e da lei geral do trabalho. No entanto, a REN tem em preparação uma especificação, a incluir nos cadernos de encargo, que endereçará requisitos em matéria de responsabilidade social a cumprir em empreitadas e prestações de serviço, onde se incluem os direitos humanos.
HR2	Essencial	Fornecedores avaliados sobre direitos humanos	1,2,4, 5,6	O cumprimento da legislação é validado durante a supervisão da subcontratação e durante a realização de auditorias. A REN cumpre a legislação portuguesa, garantindo os direitos humanos espelhados no Código de Conduta da empresa (ver resposta HR1).
HR3	Complementar	Formação dos colaboradores quanto a direitos humanos	1,4,5	0% Embora a REN não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre direitos humanos, o Código de Conduta da empresa contempla o cumprimento dos Direitos Humanos, sendo conhecido de todos os colaboradores. Adicionalmente a REN é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas.
ASPETO: NÃO DISCRIMINAÇÃO				
HR4	Essencial	Casos de discriminação e ações tomadas	1,6	A REN cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. Não foram identificadas situações de discriminação ocorridas durante 2011.

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA				
HR5	Essencial	Direito de liberdade de associação e negociação coletiva	1,3	A REN garante o direito de liberdade de associação e negociação colectiva de acordo com os princípios éticos e normas de conduta estabelecidos no Código de Conduta. Em 2011 não foram identificadas situações em que o direito de liberdade de associação e negociação colectiva estivesse em risco. Os mecanismos de gestão do direito à greve são garantidos pela legislação nacional em vigor.
ASPETO: TRABALHO INFANTIL				
HR6	Essencial	Risco de ocorrência de trabalho infantil	1,5	A REN cumpre a legislação portuguesa que proíbe a contratação de trabalho infantil e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado aquando da supervisão e da realização de auditorias.
ASPETO: TRABALHO FORÇADO E ESCRAVO				
HR7	Essencial	Risco de trabalho forçado e escravo	1,4	A REN cumpre a legislação portuguesa que proíbe o trabalho forçado e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado aquando da supervisão e da realização de auditorias.
ASPETO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA				
HR8	Complementar	Pessoal de segurança formado em direitos humanos	1,2	0% A REN cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado durante a supervisão da subcontratação e durante a realização de auditorias.
ASPETO: DIREITOS INDÍGENAS				
HR9	Complementar	Casos de violação dos direitos dos povos indígenas	1	A atividade da REN é desenvolvida em Portugal pelo que este indicador não é aplicável.
DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE				
FORMAS DE GESTÃO				
ASPETO: COMUNIDADE				
EU19	Setorial	Processos decisórios participados pelas comunidades		Pág. 138
EU20	Setorial	Gestão de impactes resultantes de mudanças/deslocações involuntárias		Os prazos de aviso prévio são os decorrentes da Lei Geral de Trabalho, sendo cumpridas as medidas definidas nos Capítulos II, secção I do ACT.

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EU21	Setorial	Planeamento e resposta a situações de desastre/emergência		Pág. 120, 123
SO1	Essencial	Gestão de impactes nas comunidades		Pág. 124, 125-128
EU22	Setorial	Deslocação de pessoas em resultado da expansão ou construção de centros de produção e linhas de transporte, do ponto de vista económico e físico		A construção da infraestrutura a nível nacional tem uma forte componente suportada por subcontratação externa, a maioria realizada a nível local.
ASPETO: CORRUPÇÃO				
SO2	Essencial	Avaliação de riscos de corrupção	10	As contas do Grupo são sujeitas a auditoria externa e são objeto de certificação legal, nos termos das normas aplicáveis, não sendo, por isso, nossa prática a análise de risco de corrupção dentro das unidades ou áreas de negócio. É de realçar que não existe, até à data, qualquer processo, designadamente em fase de inquérito, contra as empresas da REN.
SO3	Essencial	Formação dos colaboradores em práticas anticorrupção		0% Embora a REN não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre políticas e procedimentos anticorrupção, o Código de Conduta da empresa define os mecanismos para comunicação de eventuais irregularidades ou infrações ao código (artigo 20º).
SO4	Essencial	Medidas tomadas em caso de corrupção	10	Não foi identificado nenhum caso de corrupção em nenhuma das empresas da REN. Vide SO2
ASPETO: POLÍTICA PÚBLICA				
SO5	Essencial	Posição sobre políticas públicas e práticas de lóbingue	10	A REN colabora na elaboração de estudos e em fóruns de debate ao nível governamental para o setor, nomeadamente: – Acompanhamento activo no processo de elaboração de legislação da União Europeia e estabelecimento de contactos com as suas instituições (Comissão Europeia e Parlamento Europeu). – Participação regular em diferentes projetos e em grupos de trabalho de organizações internacionais do setor elétrico e do gás natural, nomeadamente na ENTSO-E, ENTSO-G, Eurelectric e Cigré, que influenciam ativamente a definição das políticas europeias e promovem as boas práticas para o setor. – Articulação com a DGEG e a ERSE no estabelecimento dos novos códigos de rede europeus dos setores do gás natural e da eletricidade.
SO6	Complementar	Financiamento de partidos políticos		A REN não financia partidos políticos, sendo essa uma atividade não permitida por lei às empresas em Portugal.

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
ASPETO: CONCORRÊNCIA DESLEAL				
SO7	Complementar	Ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio		A REN é concessionária única para o transporte de energia em Portugal, cuja atividade está regulada, não tendo por isso qualquer interferência na definição de preços.
ASPETO: CONFORMIDADE				
SO8	Essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulações		Em 2011 não ocorreram multas ou sanções não monetárias.
DESEMPENHO SOCIAL – PRODUTO				
FORMAS DE GESTÃO				Pág. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
ASPETO: ACESSIBILIDADES				
EU23	Setorial	Programas, inclusive em parceria com o Governo, para melhorar e manter o acesso aos serviços elétricos		Ver resposta dada ao indicador SO5.
ASPETO: DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO				
EU24		Práticas para lidar com barreiras linguísticas, culturais, educativas e físicas de acesso e utilização em condições de segurança dos serviços elétricos		A REN não faz distribuição de energia para retalho e ao consumidor final. No entanto, sempre que se justifique publica informação necessária para esclarecer o público em geral, sobre temas relevantes do impacto do transporte de energia.
ASPETO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE				
PR1	Essencial	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços		Pág. 52-58, 66
PR2	Complementar	Casos de incumprimento legal relacionados com impactes dos produtos e serviços na saúde e segurança		Foram identificadas três não conformidades em auditorias por terceira parte à vertente segurança do SIGQAS da REN, certificado de acordo com os requisitos da OHSAS 18001, constatando-se uma redução de 50% face ao ano anterior.
EU25	Sectorial	Número de feridos e mortes, incluindo doenças, provocadas pelas infraestruturas da REN a pessoas externas à Empresa		Não foram registadas ocorrências em 2011.
ASPETO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS				
PR3	Essencial	Informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos	8	Pág. 52-56, 65-67
PR4	Complementar	Casos de incumprimento legal relacionados com informação sobre produtos e serviços e rotulagem	8	Não foram registados casos de incumprimento relativamente à informação disponibilizada em 2011.

Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
PR5	Complementar	Satisfação do cliente		Pág. 104
ASPETO: PUBLICIDADE				
PR6	Essencial	Programas de códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		Os princípios pelos quais a REN se rege em termos de comunicação estão contemplados no Código de Conduta da empresa (artigo 14º).
PR7	Complementar	Casos de incumprimento legal relacionados com códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		Não foram registados casos de incumprimento relacionado com a comunicação, marketing, publicidade, promoção e patrocínio, em 2011.
ASPETO: PRIVACIDADE DO CLIENTE				
PR8	Complementar	Reclamações registadas relativas à violação da privacidade do cliente		A REN cumpre o determinado pela legislação portuguesa no que respeita a confidencialidade da informação, estando este princípio contemplado no Código de Conduta da empresa. Não foram identificadas reclamações relativas à violação da privacidade do cliente.
ASPETO: CONFORMIDADE				
PR9	Essencial	Multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços		Não foram registadas em 2011 multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços.
ASPETO: ACESSIBILIDADES				
EU26	Setorial	Percentagem da população não abastecida em zonas de distribuição concessionada, por área rural e urbana		A atividade da REN não inclui a distribuição de energia, pelo que este indicador não é aplicável.
EU27	Setorial	Cortes de abastecimento doméstico e respetiva duração devido a não pagamento		A atividade da REN não inclui a distribuição, pelo que este indicador não é aplicável.
EU28	Setorial	Interrupção do abastecimento		Pág. 52-53, 65
EU29	Setorial	Duração média das interrupções do abastecimento		Pág. 52-53, 65
EU30	Setorial	Coefficiente médio de disponibilidade de uma central por fonte de energia, país e regime regulatório		A atividade da REN não inclui a distribuição, pelo que este indicador não é aplicável.

1.2 NOTAS METODOLÓGICAS

INDICADOR		DEFINIÇÃO / CRITÉRIOS DE CÁLCULO
EN1	Óleos lubrificantes	O valor de densidade média utilizado para a conversão do volume de óleos lubrificantes para unidades de massa foi de 0,89 kg/dm ³
EC1	Valor Económico Direto Criado	Corresponde ao somatório do valor acrescentado líquido, proveitos líquidos não inerentes ao VAB, proveitos financeiros e dividendos de empresas participadas, subtraído de outros custos e perdas.
	Valor Económico Distribuído	Corresponde aos custos com os colaboradores e corpos gerentes, dividendos pagos aos acionistas, pagamento de juros, pagamentos ao Estado em taxas, IRC e apoio à comunidade.
	Valor económico acumulado	Corresponde à subtração do Valor Económico Direto Criado pelo Valor Económico Distribuído.
EN3	Gasóleo	Poder calorífico inferior do gasóleo retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de junho): 43,3 GJ/t.
	Gasolina	Poder calorífico inferior da gasolina retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de junho): 44,8 GJ/t.
	Gás Natural	Poder calorífico inferior da gasolina retirado do Inventário Nacional de GEE publicado em 2008 pela Agência Portuguesa do Ambiente: 38,46 GJ/(Nm ³ x103).
	Propano	Poder calorífico inferior da gasolina retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho): 47,3 GJ/t.
EN16	Emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa	Quantidade total de emissões de gases com efeito de estufa, emitidos diretamente (SF ₆ usado como isolador dielétrico, CH ₄ das purgas do gasoduto e CO ₂ da queima das caldeiras) e emitidos indiretamente (através do consumo de eletricidade e das perdas na rede).
	Eletricidade	Em 2011 o fator de emissão utilizado foi de 234 gCO ₂ /kwh, que corresponde ao valor fornecido pelo fornecedor de energia da REN, a EDP Serviço Universal (média dos valores mensais de janeiro a novembro de 2011). http://www.erse.pt/pt/desempenhoambiental/rotulagemenergetica/comparacaoentrecomercializadores/Paginas/default.aspx .
	Gasóleo	Fator de emissão do gasóleo retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0741 tonCO ₂ /GJ.
	Gasolina	Fator de emissão da gasolina retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0686 ton CO ₂ /GJ.
	Gás Natural	Fator de emissão do gás natural retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0561 tonCO ₂ /GJ.
	Propano	Fator de emissão do gás natural retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0631 tonCO ₂ /GJ.

INDICADOR		DEFINIÇÃO / CRITÉRIOS DE CÁLCULO
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	<p>Calculado a partir do método de cálculo das emissões de GEE associadas ao transporte de passageiros por avião da DEFRA (2011 Guidelines to Defra/ DECC's GHG Conversion Factors for Company Reporting: Methodology Paper for Emission Factors). Apenas foram consideradas as emissões de âmbito 3 diretas, correspondentes às emissões associadas à queima do combustível nos voos. Foram assumidos os seguintes pressupostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consideraram-se short-haul todos os voos efetuados dentro do espaço europeu, à excepção dos voos domésticos. Os voos long-haul correspondem a voos intercontinentais; • Todas as distâncias foram obtidas com recurso ao Google Earth; • Não sendo conhecido com exatidão o n.º de viagens efetuadas em classe económica ou em executiva, considerou-se que todas as viagens corresponderam a average seats; • O cálculo do indicador passageiro.km foi efetuado tendo em consideração que a cada bilhete emitido corresponde a um passageiro. No caso de voos que tivessem a indicação de viagem de ida e volta consideraram-se duas viagens.
EN21	Rejeição de águas residuais	Rejeição de águas residuais associadas ao processo de regaseificação do GNL e lixiviação das cavernas para o armazenamento subterrâneo de gás natural.
LA2	Taxa de rotatividade	Quociente do número de saídas de colaboradores, ocorridas durante o ano de 2011, pelo número total de colaboradores a 31 de dezembro de 2011.
LA7	Taxa de absentismo	Quociente da soma das ausências remuneradas (por doença, sinistro, maternidade e outras razões) e ausências não remuneradas, pelo número total de horas teóricas de trabalho.
	Índice de incidência	Mede o número de acidentes de trabalho mortais e não mortais ocorridos num dado período por cada mil colaboradores expostos ao risco no mesmo período.
	Índice de gravidade	Mede o número de dias perdidos com acidentes não mortais que ocorrem num determinado período de tempo por cada milhão de horas trabalhadas nesse mesmo período.
EU27	Frequência média de interrupção do sistema (SAIFI)	<p>Quociente do número total de interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p>Eletricidade: O SAIFI corresponde ao número médio de interrupções acidentais de tempo superior a três minutos verificado nos pontos de entrega num determinado intervalo de tempo.</p> <p>Gás: O SAIFI corresponde ao número médio de interrupções acidentais verificadas nos pontos de entrega num determinado intervalo de tempo (um ano, geralmente).</p>
EU28	Duração média das interrupções do sistema (SAIDI)	<p>Quociente da soma dos tempos das interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p>Eletricidade: O SAIDI para um determinado período de tempo (um ano, geralmente) é o tempo médio das interrupções acidentais de tempo superior a três minutos nos pontos de entrega.</p> <p>Gás: O SAIDI para um determinado período de tempo (um ano, geralmente) é o tempo médio das interrupções acidentais nos pontos de entrega.</p>

1.3 RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Inscrição na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 – 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO

Ao Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Introdução

1. Efectuámos uma revisão à informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2011 da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., a qual abrangeu:
 - A fiabilidade da informação de Estratégia e perfil e dos dados de 2011 dos indicadores de desempenho essenciais, incluindo os específicos do sector, conforme identificado na “Tabela de correspondência GRI” incluída no Relatório & Contas 2011, e a sua coerência com o restante conteúdo desse Relatório, e conformidade com os requisitos de divulgação de informação definidos pelas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative, versão v3.0 de 2006, considerando o suplemento do sector eléctrico, para o nível de aplicação A+.
 - A informação prestada pela REN sobre a aplicação dos princípios da inclusão, relevância e capacidade de resposta, definidos na norma AA1000 *AccountAbility Principles Standard* 2008 (“AA1000APS (2008)”), descrita no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório & Contas 2011.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da REN a preparação do Relatório & Contas 2011, bem como a definição, implementação e execução de processos, procedimentos e critérios adequados para a recolha, tratamento, apresentação e validação da informação nele contida. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer, com base nos procedimentos adiante especificados, sobre a informação acima referida.

Âmbito

3. A nossa revisão foi efectuada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3000 – ISAE 3000, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, referente a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou exames simplificados de informação financeira histórica, para um nível de garantia limitada de fiabilidade. Foi também considerada a norma AA1000 *Assurance Standard* 2008, para revisão de tipo 2 e um nível de segurança moderado.
4. Estas normas exigem que sejam planeados e executados procedimentos e aplicadas técnicas e conhecimentos de auditoria, de modo a obter uma adequada compreensão dos assuntos em análise e, considerando as circunstâncias, obter evidências apropriadas e suficientes para basear o nosso parecer. Num trabalho de garantia limitada de fiabilidade (equivalente a segurança moderada), os procedimentos executados consistem principalmente em indagações a responsáveis da Empresa e procedimentos analíticos, incluindo a realização de testes numa base de amostragem, e por conseguinte, proporciona menos segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 6º, 1050-094 Lisboa | porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 – 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

5. Os principais procedimentos executados foram:

- Entrevistas com os responsáveis da REN pela gestão da sustentabilidade e pela preparação da informação de sustentabilidade, de modo a conhecer e compreender os princípios de gestão e de reporte, bem como os sistemas e os procedimentos adoptados;
- Revisão da conformidade dos conteúdos incluídos no Relatório & Contas 2011, conforme “Tabela de correspondência GRI”, com os requisitos de divulgação de informação das Directrizes GRI para o nível A+;
- Revisão dos conteúdos incluídos no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório Corporativo 2011, nomeadamente no capítulo “1. Abordagem de sustentabilidade” e “3. Diálogo com as partes interessadas”, relacionados com a aderência aos princípios da inclusão, relevância e capacidade de resposta da norma AA1000APS (2008);
- Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados quantitativos relativos ao exercício, relacionados com os indicadores por nós revistos;
- Revisão analítica dos dados e execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efectuados pela REN relacionados com os dados quantitativos sujeitos à nossa revisão, bem como de testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa inserida no âmbito do nosso trabalho, referida no parágrafo 1 acima, através da obtenção de evidências da mesma; e
- Verificação da consistência da informação de sustentabilidade constante do Relatório & Contas 2011 com o resultado do nosso trabalho e da sua concordância com o restante conteúdo desse Relatório.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que:
- A informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2011 da REN referida no parágrafo 1 acima, não tenha sido elaborada de uma forma fiável e coerente e não esteja em conformidade, em todos os aspectos materialmente relevantes, com os requisitos de divulgação das Directrizes GRI para o nível de aplicação A+; e
 - A REN não aplique, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de inclusão, relevância e capacidade de resposta, definidos na norma AA1000APS (2008), conforme descrito no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório & Contas 2011.

Independência e competência da equipa

7. Cumprimos com as políticas de independência da Deloitte, as quais são em tudo similares ao Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants*.
8. A nossa equipa é composta por colaboradores da Deloitte que possuem a competência e experiência necessárias para a execução deste trabalho.

Observações e recomendações

9. Foram comunicadas à REN as seguintes principais observações e oportunidades de melhoria, as quais não afectam as nossas conclusões:

- Princípio da inclusão: A REN reviu o mapeamento e reavaliou a relevâncias dos vários grupos de partes interessadas e executou, tal como planeado, um processo de auscultação especificamente desenhado para obter imputes que tomou em consideração na revisão das prioridades estratégicas em matéria de sustentabilidade. Paralelamente a REN dispõe de diversos mecanismos de interacção periódica ou contínua, através dos quais consegue assegurar envolvimento e comunicação regular com estes agentes.

Recomendamos que durante o próximo ciclo estratégico de sustentabilidade (2013 a 2015), a REN pondere as oportunidades de melhoria referentes ao envolvimento/comunicação com os grupos “clientes e utilizadores de infraestruturas”, “comunidade” e “colaboradores” que foram identificadas durante os grupos de trabalho e o exercício de auscultação das partes interessadas, levado a cabo para efeitos de revisão das prioridades estratégicas.

- Princípio da relevância: A REN revê com regularidade os temas relevantes sobre os quais deve focar a sua gestão e comunicação em matéria de gestão e desempenho sustentável do negócio, utilizando processos e critérios objectivos para o efeito. Recomendamos que a comunicação externa do processo de definição dos temas relevantes (ou materialidade) inclua a identificação dos critérios considerados na atribuição de níveis de relevância e não apenas as fontes/mecanismos utilizados.
- Princípio da capacidade de resposta: A REN procura dar resposta às necessidades de informação e preocupações das suas partes interessadas e definir mecanismos suficientes para o efeito, o que se reflecte no respectivo reconhecimento. A adopção de normas e directrizes internacionais de referência na sua gestão, e no reporte de informação, garante a abrangência e relevância da informação de sustentabilidade gerida e comunicada.

Recomendamos que a demonstração dos compromissos e consequentes planos de acção em matéria de sustentabilidade seja melhorada, através da evidenciação da relação causa-efeito entre esses compromissos e as acções definidas e as sugestões e necessidades expressas pelas partes interessadas, bem como através da definição e comunicação de metas e respectivo desempenho face às mesmas.

Lisboa, 02 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Frade



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A apresentou seu relatório "Relatório&Contas 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 12 abr 2012

Nelmar Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 10 abr 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO FINANCEIRO

CAPEX

Investimento, a custos totais, na aquisição ou melhoramento de ativo imobilizado corpóreo

DEBT TO EQUITY RATIO

Dívida líquida/capital próprio

DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida financeira de curto e longo prazo – disponibilidades

DIVIDENDO POR AÇÃO

Dividendo ordinário/número total de ações

EBIT

Earnings before interest and taxes (resultado operacional)

EBITDA

Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (resultado operacional, mais amortizações, mais provisões, ajustado por itens não recorrentes)

MARGEM DE EBITDA

EBITDA/Volume de negócios

PAYOUT RATIO

Dividendos ordinários/resultado líquido

RENTABILIDADE DO ATIVO (ROA)

EBIT/ativo líquido

RENTABILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE)

Resultado líquido/Capital próprio

VOLUME DE NEGÓCIOS

Vendas e prestações de serviços

GLOSSÁRIO TÉCNICO

SIGLAS

ACC

Acordo de Gestão de Consumos de Gás Natural

AIE

Agência Internacional de Energia

AT

Alta Tensão

BEI

Banco Europeu de Investimento

CAE

Contrato de Aquisição de Energia

CE

Comissão Europeia

CER

Certified Emissions Reductions

CESUR

Contratos de Energia para Entrega ao Fornecedor de Último Recurso

CIGRÉ

Conferência Internacional das Grandes Redes Elétricas

CMVM

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DCEG

Direção Geral de Energia e Geologia

DR

Diário da República

DRS

Disaster Recovery System

DWDM

Dense Wavelength Division Multiplexing

ECX

European Climate Exchange

EDP

Energias de Portugal, S.A.

EGIC

European Gas pipeline Incident Data Group

EMTN

Euro Medium Term Notes

ENF

Energia Não Fornecida

ERCEG

European Regulators Group for Electricity and Gas

ERSE

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ETS

Emissions Trading Scheme

ETSO

European Transmission System Operators

EUA

European Unit Allowances

EURELECTRIC

Agrupamento Europeu de Empresas de Eletricidade

FER

Diretiva sobre Fontes de Energia Renovável

GDP

Gás de Portugal, SGPS, S.A.

CEE

Gases com efeito de estufa

GMRS

Gas Regulating and Metering Station

GN

Gás natural

CNL

Gás natural liquefeito

CRM

Estação de regulação e medida

IFRS

Normas internacionais de relato financeiro

IHPC

Índice Harmonizado de Preços do Consumidor

IMIT

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INE

Instituto Nacional de Estatística

IOPS

Instituições Oficiais de Previdência Social

IP

Internet Protocol

IRC

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

ISDA

International Swap and Derivatives Association

IVA

Imposto sobre o Valor Acrescentado

I&D

Investigação e Desenvolvimento

MLP

Médio e Longo Prazo

MAT

Muito Alta Tensão

MEFF

Mercado Espanhol de Opções e Futuros Financeiros

MIBEL

Mercado Ibérico de Eletricidade

OCDE

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OMEL

Operador del Mercado Ibérico de Energía – Polo Español, S.A.

OMI

Operador do Mercado Ibérico de Energia

OMICLEAR

Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S. A.

OMIP

Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.

OPEX

Custos de Operação e Manutenção

PIB

Produto Interno Bruto

PNAL

Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão

PNBEPH

Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico

POC

Plano Oficial de Contabilidade Português

PPDA

Plano de Promoção do Desempenho Ambiental

PPEC

Plano para a Promoção da Eficiência no Consumo de Eletricidade

PRE

Produtores em Regime Especial

RAB

Regulatory Asset Base

RCCP

Rendibilidade Corrente dos Capitais Próprios

TDI

Rede de Dados Industrial

RECS

Renewable Energy Certificate System

RENTELECOM

RENTELECOM – Comunicações, S.A.

REORT

Rede Europeia dos Operadores das
Redes de Transporte
de Gás

RNDGN

Rede Nacional de Distribuição de Gás
Natural

RNT

Rede Nacional de Transporte de Energia
Elétrica

RNTGN

Rede Nacional de Transporte de Gás
Natural

RNTIAT

Rede Nacional de Transporte,
Infraestruturas de
Armazenamento e Terminais de GNL

ROA

Rendibilidade do Ativo

RQS

Regulamento de Qualidade de Serviço

SAP

Sistema de aplicações e produtos para
processamento
de dados

SDH

Synchronous Digital Hierarchy

SE

Subestação

SEI

Sistema Elétrico Independente

SEN

Sistema Elétrico Nacional

SEP

Sistema Elétrico de Serviço Público

SCNL

Sociedade Portuguesa de Gás Natural
Liquefeito, S.A.

SCPS

Sociedade Gestora de Participações
Sociais

SCRI

South Gas Region Initiative (Plano de
iniciativas para a zona
sul da Europa)

SNGN

Sistema Nacional de Gás Natural

SRPV

Serviço de Redes Privativas de Voz

TEE

Atividade de Transporte de Energia
Elétrica

TEN

Trans European Networks

TIE

Tempo de Interrupção Equivalente

TSO

Transmission System Operators

UAC

Unidades Autónomas de Gaseificação

UCTE

União para a Coordenação do
Transporte de Eletricidade

UE

União Europeia

UGS

Tarifa de Uso Geral do Sistema

URT

Tarifa de Uso da Rede de Transporte

VAB

Valor Acrescentado Bruto

UNIDADES

bcm 109 metros cúbicos

cent € centimos de euro

CO₂ dióxido de carbono

EUR euro

€ euro

GHz gigahertz

GJ gigajoule

GW gigawatt

GWh gigawatt hora

k€ milhares de euros

km quilómetro

kV quilovolt

kWh quilowatt hora

m₃ metro cúbico

m₃(n) metro cúbico normal (volume
de gás medido a 0o celsius e
à pressão de 1 atmosfera)

M€ milhões de euros

mEuros milhares de euros

MVA megavolt-ampere

Mvar megavolt-ampere reativo

MW megawatt

MWh megawatt hora

p.p. pontos percentuais

s segundo

t tonelada

tcm 10₁₂ metros cúbicos

tCO₂eq Tonelada equivalente de CO₂

TWh terawatt-hora

CONTATOS



**DIREÇÃO RELAÇÕES COM
O INVESTIDOR**

Ana Fernandes – Diretora
ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins
alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes
telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,
SGPS, S.A.
Relações com o Investidor
Avenida dos Estados Unidos da
América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46
Telefax: 21 001 31 50
E-mail: ir@ren.pt

**DIREÇÃO COMUNICAÇÃO
E MARKETING**

Margarida Ferreirinha
margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,
SGPS, S.A.
Direção Comunicação e Marketing
Avenida dos Estados Unidos da
América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
E-mail: comunicacao@ren.pt

DIREÇÃO SUSTENTABILIDADE

Rui Vicente Martins - Diretor
vicente.martins@ren.pt

Francisco Parada
francisco.parada@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,
SGPS, S.A.
Direção Sustentabilidade
Avenida dos Estados Unidos da
América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
E-mail: sustentabilidade@ren.pt



REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S.A.

Avenida Estados Unidos da América, 55

1749-061 Lisboa

Telefone: +351 210 013 500

www.ren.pt